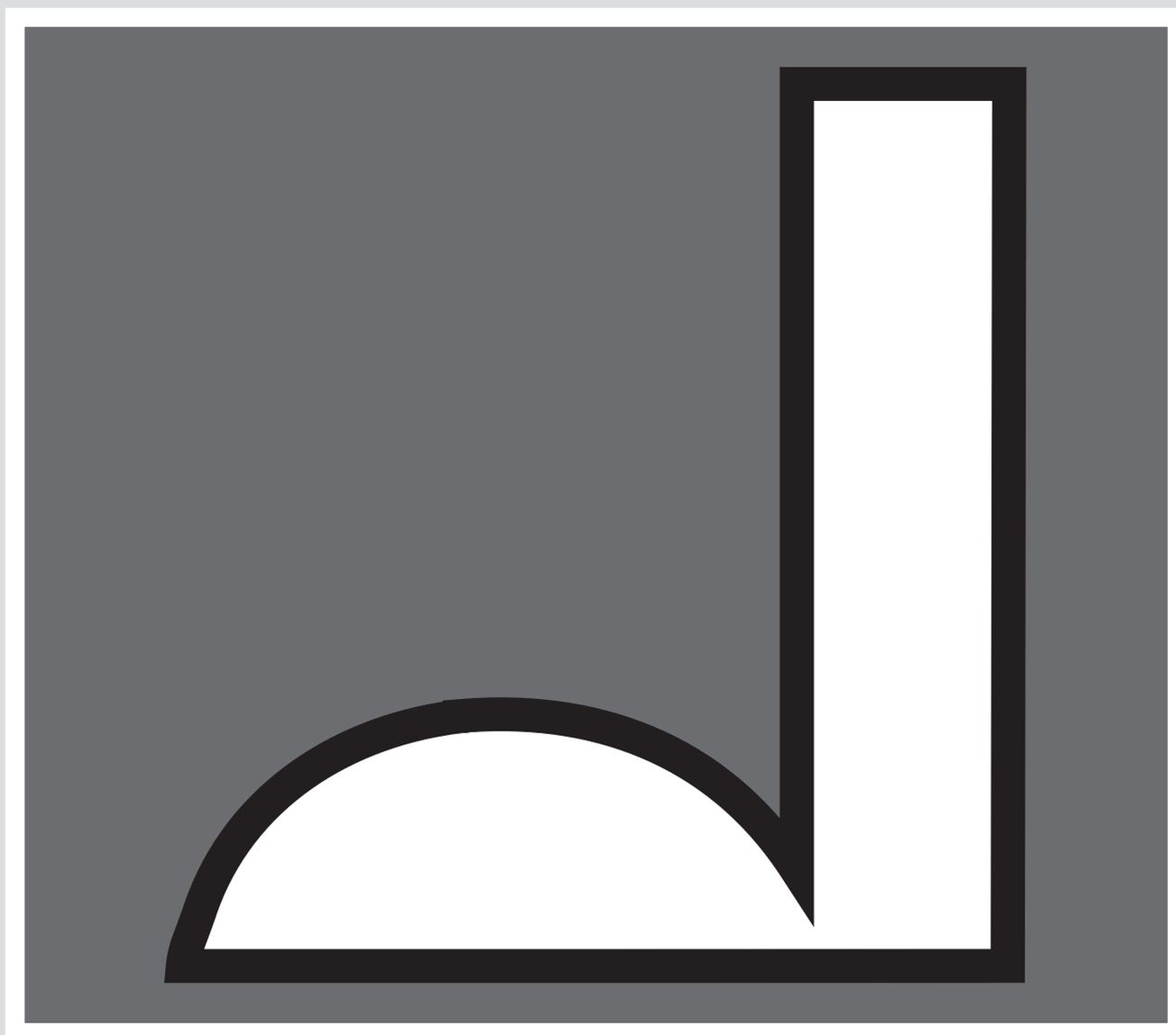




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 003 - TERÇA-FEIRA, 12 DE FEVEREIRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN²
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges¹ PR-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 28	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 27
LÍDER Valdir Raupp VICE-LÍDERES LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns LÍDER DO PTB – 6 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior LÍDER DO PSB – 2 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LÍDER Demóstenes Torres VICE-LÍDERES Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes ⁴ Romeu Tuma ⁴ LÍDER DO DEM – 14 José Agripino VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 5 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1 José Nery	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

¹ Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 2.10.2007).

² Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007)

EXPEDIENTE

<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 3ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2008	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Leitura de requerimentos	
Nº 23, de 2008, de autoria do Senador Papaléo Paes, solicitando voto de aplauso ao povo macapaense pelo transcurso dos 250 anos da fundação da cidade de Macapá – AP.	1064
Nº 24, de 2008, de autoria do Senador Osmar Dias e outros Srs. Senadores, solicitando que o período da Hora do Expediente da Sessão Deliberativa Ordinária do dia 18 de março de 2008, seja dedicado a comemorar o Dia Mundial da Água e o lançamento da Campanha “SOS H2O”.	1064
1.2.2 – Leitura de projetos	
Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera os arts. 47 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 – Lei do Petróleo –, e insere o art. 49-A na mesma lei para destinar parcela dos <i>royalties</i> à conservação da floresta amazônica.	1064
Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que institui o Programa de Preservação de Idiomas Indígenas Brasileiros, e dá outras providências.	1066
1.2.3 – Discursos do Expediente	
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Justificação de projeto que altera a Lei do Petróleo.	1078
SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Reflexão sobre a questão da Amazônia brasileira.	1080
SENADOR MARCO MACIEL – Reflexões sobre as reformas política e institucional.	1081
SENADOR JOSÉ SARNEY – Registro do transcurso, em 2008, dos 400 anos do nascimento do Padre Antonio Vieira.	1084
1.2.4 – Leitura de projeto	
Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para estabelecer normas sobre o repasse de recursos da União destinados ao pagamento dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às	
Endemias admitidos pelos gestores locais do Sistema Único de Saúde.	1092
1.2.5 – Leitura de requerimento	
Nº 25, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando ao Ministro de Minas e Energia as informações que menciona.	1093
1.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR TIÃO VIANA – Preocupação com a chamada “Agenda Verde”.	1093
SENADOR PAULO PAIM – Preocupação com a suspensão da compra da carne bovina brasileira pela Comunidade Européia. Relato da pauta do setor arrozeiro do Rio Grande do Sul.	1096
SENADOR ALVARO DIAS – Considerações sobre nota do Partido dos Trabalhadores a respeito dos cartões corporativos.	1098
SENADOR EFRAIM MORAIS – Manifestação sobre o constrangimento causado pela “farra dos cartões corporativos”.	1102
SENADOR HERÁCLITO FORTES – Considerações sobre a questão dos cartões corporativos e a instalação de uma CPI.	1105
SENADOR ROMERO JUCÁ – Esclarecimentos sobre a posição do Governo com relação à questão dos cartões corporativos e a instalação de uma CPI Mista.	1110
SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Realização de audiência pública na Comissão de Agricultura, na próxima quarta-feira, com o fim de debater as medidas a serem adotadas pelo Brasil no enfrentamento do embargo à carne brasileira, pela da União Européia.	1111
SENADOR PAPALÉO PAES – Registro do transcurso dos 250 anos de fundação da cidade de Macapá – AP.	1112
SENADOR ALVARO DIAS – Registro, nos Anais do Senado, de dois requerimentos encaminhados à CPI das ONGs no Senado.	1113
SENADOR RENATO CASAGRANDE, como Líder – Manifestação sobre a criação de uma CPI Mista para investigar o uso dos cartões corporativos.	1116

SENADOR <i>JOSÉ AGRIPINO</i> , como Líder – Manifestação sobre a criação de uma CPI Mista para investigar o uso dos cartões corporativos.	1117	Nº 28, de 2008, de autoria do Senador Art.hur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Anna Leopoldina Alvim Mello Franco Chagas.....	1133
SENADOR <i>ARTHUR VIRGÍLIO</i> , como Líder – Reflexões sobre a instalação de uma CPI Mista para investigar o uso dos cartões corporativos.	1118	Nº 29, de 2008, de autoria do Senador Art.hur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do empresário João Batista Sérgio Murad (Beto Carrero).	1134
SENADOR <i>MÃO SANTA</i> – Questionamentos sobre o uso dos cartões corporativos por membros do Governo Federal e a instalação de uma CPI Mista. .	1120	Nº 30, de 2008, de autoria do Senador Art.hur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Zilda Monteiro Serrano.....	1134
SENADOR <i>SIBÁ MACHADO</i> – Elogios ao Presidente Garibaldi Alves pelo pronunciamento feito na sessão de abertura dos trabalhos do Congresso Nacional. Desmentido sobre notícias divulgadas pela imprensa, a respeito de acordos no sentido do perdão às pessoas responsáveis por desmatamentos ilegais.....	1122	Nº 31, de 2008, de autoria do Senador Art.hur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-diretor do Jornal do Brasil Liwal Salles.....	1134
SENADOR <i>HERÁCLITO FORTES</i> – Transcrição, nos Anais do Senado, do centenário de nascimento do jornalista Zezé Amaral.....	1124	Nº 32, de 2008, de autoria do Senador Art.hur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ator Luiz Carlos Tourinho.....	1134
SENADOR <i>EDUARDO SUPLICY</i> – Anuncia a presença de diversas autoridades no Senado Federal para esclarecimentos sobre a transposição das águas do rio São Francisco. Votos de recuperação plena ao Presidente de Timor-Leste, José Manuel Ramos-Horta.....	1125	Nº 33, de 2008, de autoria do Senador Art.hur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Paulo Patarra.....	1135
SENADOR <i>PAULO DUQUE</i> – Elogios a iniciativa do Senador Eduardo Suplicy de reunir, no Senado Federal, diversas autoridades para debater o tema da transposição das águas do rio São Francisco.....	1129	Nº 34, de 2008, de autoria do Senador Art.hur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da atleta Dora Bria.....	1135
1.2.7 – Mensagem do Presidente da República		Nº 35, de 2008, de autoria do Senador Art.hur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria do Socorro Leitão Formiga.....	1135
Nº 42, de 2008, informando que se ausentará do País no dia 12 de fevereiro, para realizar visita oficial à cidade de Saint-Georges de L'Oyapock, Departamento Ultramarino da Guiana, República Francesa.	1131	Nº 36, de 2008, de autoria do Senador Art.hur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Marina Cruz Lyra.....	1136
1.2.8 – Avisos do Tribunal de Contas da União		Nº 37, de 2008, de autoria do Senador Art.hur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Sra. Violeta Jafet.....	1136
Nº 42, de 2008, de 22 de janeiro último, comunicando a fase atual do andamento e dos procedimentos adotados por aquele Tribunal sobre os processos decorrentes do Relatório Final nº 3, de 2006-SF, da CPMI.....	1131	Nº 38, de 2008, de autoria do Senador Art.hur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao advogado Maurício de Campos Bastos.....	1138
Nº 47, de 2008, de 28 de janeiro último, comunicando a remessa à Unidade Técnica daquela Casa do Relatório Final nº 4, de 2007-SF.....	1132	Nº 39, de 2008, de autoria do Senador Art.hur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao professor e economista Gustavo Franco.	1138
1.2.9 – Leitura de requerimentos		Nº 40, de 2008, de autoria do Senador Art.hur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Município de Envira – AM, pelo transcurso de seu 46º aniversário de criação.	1139
Nº 26, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ator Norton Nascimento, ocorrido em 21 de dezembro de 2007.	1132	Nº 41, de 2008, de autoria do Senador Art.hur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Sra. Georgete Abraham Lima.	1139
Nº 27, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores, solicitando voto de solidariedade à José Manuel Ramos-Horta, Presidente da República de Timor-Leste.....	1133	Nº 42, de 2008, de autoria do Senador Art.hur Virgílio, solicitando voto de aplauso à atleta Elis Regina.	1139
		Nº 43, de 2008, de autoria do Senador Art.hur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao professor José Alberto Neves.....	1140
		1.2.10 – Comunicação da Presidência	
		Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 12, terça-feira, com Ordem do Dia anteriormente designada.	1140

1.3 – ENCERRAMENTO		8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 11.02.2008		9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
3 – EMENDAS		10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
N ^{os} 1 e 2, apresentadas à Medida Provisória nº 406, de 2007.	1145	CONGRESSO NACIONAL
SENADO FEDERAL		11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53^a LEGISLATURA		12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS		13 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES		14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		

Ata 3ª Sessão não Deliberativa, em 11 de fevereiro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Garibaldi Alves Filho e da Sra. Rosalba Ciarlini.

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 23, DE 2008

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno, sejam registradas em ata voto de aplauso ao povo macapaense; ao Governador do Estado do Amapá, Waldez Góes; ao Vice-Governador, Pedro Paulo Dias de Carvalho; ao Prefeito de Macapá, João Henrique Pimentel; e a Câmara de Vereadores do Município de Macapá, na pessoa de sua Presidenta, Vereadora Helena Guerra, pelo transcurso dos 250ª da fundação da cidade de Macapá-AP.

Justificação

No último dia 4 do mês corrente, Macapá, capital do Estado do Amapá, completou duzentos e cinquenta anos desde sua fundação.

A cidade surgiu de um destacamento militar fixado no mesmo local das ruínas da antiga Fortaleza de Santo Antônio, no ano de 1740.

Macapá foi confirmada capital do então Território Federal do Amapá por meio do Decreto Presidencial 6.550 e ratificado como Capital do Estado, em 5 de outubro de 1988, por ocasião da promulgação da Nova Constituição Federal.

A capital do Estado do Amapá possui uma extensão territorial de 6.407 Km², onde predomina uma abundante flora e uma rica fauna. Sua economia tem como base o comércio e conta com uma população reconhecidamente acolhedora que gira em torno de 344.000 habitantes.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2008. – Senador **Papaléo Paes**

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 24, DE 2008

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o período da Hora do Expediente da Sessão Deliberativa Ordinária do dia 18 de março de 2008, seja dedicado a comemorar o Dia Mundial da Água e o lançamento da Campanha “SOS H₂O”.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2008

OSMAR DIAS
Senador

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, DE 2008

Altera os arts. 47 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 – Lei do Petróleo, e insere o art. 49-A na mesma lei para destinar parcela dos royalties à conservação da floresta amazônica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 47 e 49 da Lei nº 9.478, de, 6 de agosto de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 47. Os **royalties** serão pagos mensalmente, em moeda nacional, a partir da data de início da produção comercial de cada campo, em montante correspondente a quinze por cento da produção de petróleo ou gás natural”

..... (NR)

“Art. 49. A parcela do valor do **royalty** que exceder a cinco por cento e inferior a dez por cento da produção terá a seguinte distribuição”

..... (NR)

Art. 2º Inclua-se o art. 49-A na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com a seguinte redação:

“Art. 49-A. A parcela do valor do **royalty** do petróleo que exceder os dez por cento da produção referida no art. 49 será destinada a financiar o **royalty** de conservação, denominado “**royalty verde**” para a conservação da Floresta amazônica localizada dentro do território brasileiro.

Parágrafo Único. O “**royalty verde**” será administrado pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio de um Fundo criado para esta finalidade. O “**royalty verde**” será pago em igual valor ao estado e ao município na proporção de conservação de suas florestas, conforme indicada semestralmente pelo INPE.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O mundo inteiro observa com temor a ameaça ambiental que pesa sobre o Planeta. O Brasil é um dos responsáveis por esta crise planetária, tanto como produtor e consumidor de petróleo, como também pela constante destruição da Floresta Amazônica.

Este projeto de lei reúne estes dois problemas buscando solucioná-los, ao fazer a Exploração de Petróleo pagar pela proteção da Floresta Amazônica.

Ao regulamentar os artigos 47 e 49 da Lei Nº 9.478, este projeto de lei aumenta a alíquota de **royalty** de exploração do petróleo e transfere estes recursos adicionais para pagar um **royalty** de conservação – o **royalty verde** – pela proteção da floresta.

O **royalty** da exploração do petróleo será transferido ao Ministério do Meio Ambiente e utilizado para pagar aos estados e municípios que, no período, tiverem conservado sua respectiva parte da floresta amazônica.

Periodicamente, o INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais divulga as fotos da floresta amazônica, indicando a devastação feita entre dois momentos. Entre agosto e dezembro de 2007, 3.235 Km² foram desmatados. Uma indignação tomou conta do mundo inteiro. Com este Projeto de Lei, as fotos do INPE servirão também para definir o “royalty” a ser pago aos estados e municípios em proporção inversa ao desmate ocorrido no período.

O “**royalty verde**” seria distribuído em partes iguais ao estado e ao município na proporção inversa ao desmatamento verificado no período. O estado ou município poderá utilizar estes recursos, inclusive, para remunerar o morador que proteger a floresta em sua propriedade, como faz o atual governador do Amazonas, Eduardo Braga, com o projeto “Bolsa Floresta”

Com os cinco por cento a mais na atual proporção do **royalty** do petróleo, seria possível captar cerca de R\$4 bilhões que serviriam para financiar o “**royalty verde**”, cuja idéia apresentei no meu programa de governo na campanha presidencial de 2006. Ao mesmo tempo, este projeto” viabiliza no Brasil a idéia apresentada pelo senador Aloísio Mercadante da criação de um Fundo Mundial sobre o consumo de combustíveis.

O **royalty** do petróleo paga pelo que é retirado de riqueza do brasileiro; o “**royalty verde**” pagará pela riqueza conservada sobre o território brasileiro. É um preço que os atuais consumidores pagarão às gerações futuras pelo consumo do petróleo, utilizando-se estes recursos para conservar o patrimônio verde do Brasil para as próximas gerações.

Com uma só ação, o Brasil estaria criando dois desincentivos de grande alcance ecológico para a nação e a humanidade: reduzir o consumo de petróleo e reduzir a devastação florestal.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2008. – Senador **Cristovam Buarque**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas a monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
Art. 47. Os **royalties** serão pagos mensalmente, em moeda nacional, a partir da data de início da produção comercial de cada campo, em montante cor-

respondente a dez por cento da produção de petróleo ou gás natural.

§ 1º Tendo em conta os riscos geológicos, as expectativas de produção e outros fatores pertinentes, a ANP poderá prever, no edital de licitação correspondente, a redução do valor dos **royalties** estabelecido no **caput** deste artigo para um montante correspondente a, no mínimo, cinco por cento da produção.

§ 2º Os critérios para o cálculo do valor dos **royalties** serão estabelecido por decreto do Presidente da República, em função dos preços de mercado do petróleo, gás natural ou condensado, das especificações do produto e da localização do campo.

§ 3º A queima de gás em flares, em prejuízo de sua comercialização, e a perda de produto ocorrida sob a responsabilidade do concessionário serão incluídas no volume total da produção a ser computada para cálculo dos **royalties** devidos.

Art. 48. A parcela do valor do **royalty**, previsto no contrato de concessão, que representar cinco por cento da produção, correspondente ao montante mínimo referido no § 1º do artigo anterior, será distribuída segundo o critérios estipulados pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

Art. 49. A parcela do valor do **royalty** que exceder a cinco por cento da produção terá a seguinte distribuição: (Vide Lei nº 10.261, de 2001)

I – quando a lavra ocorrer em terra ou em lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres:

a) cinquenta e dois inteiros e cinco décimos por cento aos estados onde ocorrer a produção;

b) quinze por cento aos municípios onde ocorrer a produção;

c) sete inteiros e cinco décimos por cento aos municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

d) vinte e cinco por cento ao Ministério da Ciência e Tecnologia para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo;

e) 25% (vinte e cinco por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis; (Redação dada pela Lei nº 11.097, de 2005);

II – quando a lavra ocorrer na plataforma continental:

a) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento aos estados produtores confrontantes;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento aos municípios produtores confrontantes;

c) quinze por cento ao Ministério da Marinha, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas de produção;

d) sete inteiros e cinco décimos por cento aos municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

e) sete inteiros e cinco décimos por cento para constituição de um fundo especial, a ser distribuído entre todos os estados, territórios e municípios;

f) vinte e cinco por cento ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo;

g) 25% (vinte e cinco por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis. (Redação dada pela Lei nº 11.097, de 2005)

§ 1º Do total de recursos destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, serão aplicados no mínimo quarenta por cento em programas de fomento à capacitação e ao desenvolvimento científico e tecnológico nas regiões Norte e Nordeste.

§ 2º Do total de recursos destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia serão aplicados, no mínimo, 40% (quarenta por cento) em programas de fomento à capacitação e ao desenvolvimento científico e tecnológico das regiões Norte e Nordeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional. (Redação dada pela Lei nº 11.540, de 2007)

§ 3º O Ministério da Ciência e Tecnologia administrará os programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico previstos no **caput** deste artigo, com o apoio técnico da ANP, no cumprimento do disposto no inciso X do art. 8º, e mediante convênios com as universidades e os centros de pesquisa do País, segundo normas a serem definidas em decreto do Presidente da República.

(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, DE 2008

Institui o Programa de Preservação de Idiomas Indígenas Brasileiros, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Programa de Preservação de Idiomas Indígenas Brasileiros.

Art. 2º Fica instituído o Programa de Recuperação e Transmissão dos seguintes idiomas indígenas:

I – do tronco tupi:

a) da família tupi-guarani, o Akwawa, o Amanayé, o Anambé, o Apiaká, o Araweté, o Asurini do Xingu, o Asurini do Tocantins, o Avá-Canoeiro, o Guajá, o Guarani, o Kaapor (Urubu-Kaapor), o Kamayurá, o Kaya-bi, o Kawahib, o Kokama, a Língua Geral Amazônica (Nheengatu), o Tapirapé, o Tenetehara, o Wayampi (Waiãpi, Oiampi), o Xetá e o Zo'é (Puturu);

b) da família Arikém, o Karitiana;

c) da família Aweti, o Aweti;

d) da família Juruna, o Juruna (Yuruna) e o Xi-paia;

e) da família Mawé, o Mawé (Sateré-Mawé);

f) da família Monde, o Aruá, o Cinta-Larga, o Gavião (Ikoro), o Mondé, o Suruí. (Paiter) e o Zoró;

g) da família Puroborá, o Puroborá;

h) da família Munduruku, o Kuruaya e o Munduruku;

i) da família Ramarama, o Karo (Arara);

j) da família Tupari, o Ajuru (Wayoró), o Makurap, o Mekém, o Sakirabiar e o Tupari;

II – do tronco macro-gê:

a) da família bororo, o Bororo, o Umutina;

b) da família krenok, o Krenok;

c) da família guató, o Guató;

d) da família jê, o Akwén, o Apinayé, o Kaingong, o Kayapó, o Panará (Kren-akore, Kren-akarore), o Suyá, o Timbira e o Xokleng (Aweikoma);

e) da família karajá, o Javaé, o Karajá e o Xambioá;

f) da família maxakali, o Maxakali, o Pataxó e o Pataxó Hã-Hã-Hãe;

g) da família ofayé, o Ofayé (Opayé, Ofayé-Xavante);

h) da família rikbaktsá, o Rikibaktsá (Erikpksá);

i) da família yatê, o Yatê (Iatê, Fulniô, Carnijó);

III – de famílias lingüísticas não filiadas aos troncos tupi ou macro-jê:

a) da família Aikaná, o Aikaná (Masaká, Kasupá);

b) da família Arawá, o Banawá-Yafi, o Deni, o Jarawara, o Kanamanti, o Kulina, o Paumari, o Yamamadi e o Suruahá (Zuruahá);

c) da família Arúak (Arawak, Maipure), o Apurinã (Ipurinã), o Baniwa do Içana, o Baré, o Kampa (Axininka), o Mandawaka, o Mehináku, o Palikur, o Paresi (Ariti, Haliti), o Piro, o Salumã (Enawenê-Nawê), o Tariana, o Terena (Tereno), o Wapixana, o Warekena, o Waurá e o Yawalapiti;

d) da família Guaikuru, o Kadiwéu;

e) da família Iranxe, o Iranxe (Mynky);

f) da família Jabuti, o Arikapu e o Jabuti (Jeoromitxi);

g) da família Kanoê, o Kanoê (Kapixaná);

h) da família Karib, o Aparai (Apalaí), o Arara do Pará, o Bakairi, o Galibi do Oiapoque, o Hixkaryana, o Ingarikó (Kapong), o Kalapalo, o Kaxuyana, o Kuikúru, o Makuxi, o Matipu, o Mayongong (Makiritare, Yekuana), o Nahukwá (Nafukwá), o Taulipang (Pemong), o Tiriyo (Tirió, Trio), o Txikão (Ikpeng), o Waimiri (Waimiri-Atroari), o Warikyana, o Wayana e o Wai-Wai;

i) da família Katukina, o Kanamari, o Katawixi, o Katukina do rio Biá (Pedá Djapá) e o Txunhuã-Djapá (Tsohorn-Djapá);

j) da família Koazá (Kwazá), o Koazá (Koiá);

l) da família Máku, o Máku;

m) da família Maku, o Bará (Maku-Bará), o Dow (Kamã), o Guariba (Wariá-tapuya), o Hupda, o Nadab e o Yuhup;

n) da família Mura, o Mura e o Pirahã;

o) da família Nambikwara, o Nambikwara do Norte, o Nambikwara do Sul e o Sabanê.

p) da família Pano, o Amawaka, o Katukina do Acre(Xanenawá), o Kaxarari, o Kaxinawá, o Korubo, o Marubo, o Matis, o Matsé (Mayoruna), o Nukini, o Poyanawa, o Yaminawa e o Yawanawa;

q) da família Trumai, o Trumai;

r) da família Tikuna, o Tikuna;

s) da família Tukano, o Arapaço, o Bará, o Desana, o Karapanã, o Kubewa (Kubeo), o Makuna, o Pirá-Tapuya (Waíkana), o Siriano, o Tukano, o Tuyuka e o Wanano;

t) da família Txapakura, o Orowari, o Tora, o Urupá e o Wari (Pakaanova);

u) da família Yanomâmi, o Ninam, o Sanumá, o Yanomam e o Yanomâmi.

Parágrafo único. Os idiomas de que trata o **caput** serão codificados em gramáticas, e seus termos e expressões relacionados em vocabulários ortográficos e dicionários.

Art. 3º Para efeitos desta Lei, entende-se:

I – por recuperação, o registro dos referidos idiomas em vocabulários específicos e sua codificação em gramáticas, bem como sua preservação por qualquer meio;

II – por transmissão, a divulgação dos referidos idiomas nas regiões em que são falados, mediante sua utilização pelos canais de comunicação e na sinalização urbana e rural, na designação de estabelecimentos comerciais, no serviço público comunitário e no ensino fundamental e médio, como disciplina curricular facultativa e a garantia na oferta de cursos para o ensino destas línguas, em escolas do ensino

médio, sempre que houver o número necessário de alunos interessados.

Art. 4º Os documentos públicos requeridos pelos falantes dos idiomas de que trata esta Lei serão redigidos e expedidos em língua portuguesa e no idioma do interessado, no âmbito de cada comunidade.

Art. 5º Os idiomas de que trata o art. 2º serão protegidos como patrimônio histórico e artístico nacional, nos termos do que disciplina o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

Art. 6º As produções literárias, artísticas ou histórico-documentais, escritas, expostas, representadas ou mantidas em veículo videofonográfico, que objetivem a preservação dos idiomas de que trata esta Lei, poderão receber doações ou patrocínios, nos termos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 7º A regulamentação desta Lei estabelecerá os critérios de atendimento a seus dispositivos, especialmente no que se refere ao inciso II do art. 3º.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nos últimos anos tem ganho grande destaque a responsabilidade do Brasil na preservação do patrimônio natural da humanidade, que representa a Amazônia. Mas pouco debate-se sobre nossa responsabilidade na preservação do patrimônio cultural da humanidade que está sobre o território brasileiro e foi construído ou é praticado pelo povo brasileiro. A cada dia, nossa mídia descreve verdadeiros crimes contra o patrimônio da humanidade, por desleixo de brasileiros na sua preservação. Nossos museus, nossas igrejas, nossos prédios históricos não recebem os cuidados que deveriam. Isto é ainda mais grave, no caso dos bens patrimoniais imateriais, como nossa culinária, nossas danças folclóricas e nossos idiomas.

As políticas de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional vêm-se descurando de determinados bens imateriais, quer em decorrência de sua complexidade, quer pelo mero desleixo quanto à volatilidade de tais bens.

Os meios de comunicação, ao oferecer um padrão universal de cultura, vêm-se transformando em veículos de constrangimento à preservação de representações genuínas de nossa multidiversidade, reforçando sua efemeridade e sua fragilidade ao contato com referidos padrões. E não se pode imaginar que esses veículos se comportarão de forma diferente: a globalização em marcha leva inevitavelmente à padronização cultural dentro do País e mesmo internacionalmente. É por isto que o País tem obrigação de manter programa de Preservação do seu Patrimônio.

Um desses bens são as línguas regionais, não apenas a Língua Portuguesa com suas peculiaridades regionais, mas também os falares e as línguas indígenas. Quanto mais se descuida de um bem imaterial, mais tende ele a se extinguir.

Todos os estudos realizados mostram que as línguas faladas por nossos povos indígenas estão ameaçadas de extinção no curto prazo devido ao baixo número de falantes e à baixa transmissão delas às novas gerações. Segundo o coordenador da Área de Lingüística, da Coordenação de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi, pesquisador norte-americano Dennis Moore, em relatório do Grupo de Trabalho da Diversidade Lingüística do Brasil (GTDL) 2006-2007, 23% destes idiomas desaparecerão no curto prazo, se não forem tomadas medidas urgentes para protegê-las. As únicas formas de se conseguir isto é por uma lei que determine a preservação e a transmissão, incluindo o ensino desses idiomas.

Este projeto obedece a princípios expressos no art. 215 da Constituição da República: a proteção das manifestações culturais indígenas (§ 1º) e a valorização da diversidade étnica e regional (§ 3º, inciso V). Obviamente, como vários outros bens culturais, as línguas indígenas se inserem em tais princípios.

Se a Carta Magna impõe tal obediência, a legislação infraconstitucional não a acompanha no ritmo e conforme as necessidades impostas pelo decurso do tempo.

O escopo deste projeto tem como base a classificação dos idiomas indígenas brasileiros proposta pelo lingüista e filólogo Aryon Dall'Igna Rodrigues, em seu monumental estudo publicado em Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas (São Paulo, Edições Loyola, 1986), reputado como obra de referência para os estudiosos desse assunto. Rodrigues parte dos dois grandes troncos, o tupi e o macro-jê, para classificar não apenas as línguas indígenas, mas também dialetos decorrentes de algumas delas.

De acordo com essa metodologia, são constatados dois principais troncos indígenas no Brasil, subdivididos em 39 famílias e em 162 línguas: 41 do ramo tupi, 21 do ramo macro-jê, e outras 100, de ramos diversos daqueles.

Seu agrupamento em troncos e famílias obedece a uma lógica de similitude de origem. Com o correr do tempo, esses troncos e essas famílias foram se diversificando, por aculturação intergrupar, por perda de vocábulos e expressões, devido ao desuso, por influência do Português ou mesmo do Espanhol, na região de fronteira. Por outro lado, ocorrem também famílias de apenas uma língua, por sua dessemelhança em relação às demais existentes.

À vista desse quadro de desaparecimento de línguas e de falantes que possibilitem sua documentação a manutenção, urge estabelecer um programa efetivo de recuperação e de transmissão desse bem cultural, inclusive com seu ensino a pessoas interessadas, em benefício das comunidades falantes, da Lingüística, da Antropologia e do Patrimônio de toda a humanidade.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2008. – Senador **Cristovam Buarque**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937

Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

CAPÍTULO I

Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Art. 2º A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.

Art. 3º Excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira:

- 1) que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no País;
- 2) que adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam carreira no País;
- 3) que se incluam entre os bens referidos no art. 10 da Introdução do Código Civil, e que continuem sujeitas à lei pessoal do proprietário;

4) que pertençam a casas de comércio de objetos históricos ou artísticos;

5) que sejam trazidas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais;

6) que sejam importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno dos respectivos estabelecimentos.

Parágrafo único. As obras mencionadas nas alíneas 4 e 5 terão guia de licença para livre trânsito, fornecida pelo Serviço ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

CAPÍTULO II

Do Tombamento

Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º;

2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;

3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;

4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluam na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 1º Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.

§ 2º Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3 e 4 do presente artigo, serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente lei.

Art. 5º O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício, por ordem do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, a fim de produzir os necessários efeitos.

Art. 6º O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente.

Art. 7º Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se

lhe fizer, para a inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo.

Art. 8º Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição da coisa.

Art. 9º O tombamento compulsório se fará de acordo com o seguinte processo:

1) o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por seu órgão competente, notificará o proprietário para anuir ao tombamento, dentro do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, ou para, se o quiser impugnar, oferecer dentro do mesmo prazo as razões de sua impugnação;

2) no caso de não haver impugnação dentro do prazo assinado, que é fatal, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará por simples despacho que se proceda à inscrição da coisa no competente Livro do Tombo;

3) se a impugnação for oferecida dentro do prazo assinado, far-se-á vista da mesma, dentro de outros quinze dias fatais, ao órgão de que houver emanado a iniciativa do tombamento, a fim de sustentá-la. Em seguida, independentemente de custas, será o processo remetido ao Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que proferirá decisão a respeito, dentro do prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento. Dessa decisão não caberá recurso.

Art. 10. O tombamento dos bens, a que se refere o art. 6º desta lei, será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo.

Parágrafo único. Para todas os efeitos, salvo a disposição do art. 13 desta lei, o tombamento provisório se equiparará ao definitivo.

CAPÍTULO III

Dos Efeitos do Tombamento

Art. 11. As coisas tombadas, que pertençam à União, aos Estados ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas de uma à outra das referidas entidades.

Parágrafo único. Feita a transferência, dela deve o adquirente dar imediato conhecimento ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 12. A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado sofrerá as restrições constantes da presente lei.

Art. 13. O tombamento definitivo dos bens de propriedade particular será, por iniciativa do órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional, transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais do registro de imóveis e averbado ao lado da transcrição do domínio.

§ 1º No caso de transferência de propriedade dos bens de que trata este artigo, deverá o adquirente, dentro do prazo de trinta dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o respectivo valor, fazê-la constar do registro, ainda que se trate de transmissão judicial ou **causa mortis**.

§ 2º Na hipótese de deslocação de tais bens, deverá o proprietário, dentro do mesmo prazo e sob pena da mesma multa, inscrevê-los no registro do lugar para que tiverem sido deslocados.

§ 3º A transferência deve ser comunicada pelo adquirente, e a deslocação pelo proprietário, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do mesmo prazo e sob a mesma pena.

Art. 14. A coisa tombada não poderá sair do País, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 15. Tentada, a não ser no caso previsto no artigo anterior, a exportação, para fora do País, da coisa tombada, será esta seqüestrada pela União ou pelo Estado em que se encontrar.

§ 1º Apurada a responsabilidade do proprietário, ser-lhe-á imposta a multa de cinquenta por cento do valor da coisa, que permanecerá seqüestrada em garantia do pagamento, e até que este se faça.

§ 2º No caso de reincidência, a multa será elevada ao dobro.

§ 3º A pessoa que tentar a exportação de coisa tombada, além de incidir na multa a que se referem os parágrafos anteriores, incorrerá, nas penas cominadas no Código Penal para o crime de contrabando.

Art. 16. No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do prazo de cinco dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o valor da coisa.

Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Parágrafo único. Tratando-se de bens pertencentes à União, aos Estados ou aos municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.

Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

Art. 19. O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

§ 1º Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.

§ 2º À falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.

§ 3º Uma vez que verifique haver urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, a expensas da União, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário.

Art. 20. As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-los sempre que for julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de cem mil réis, elevada ao dobro em caso de reincidência.

Art. 21. Os atentados cometidos contra os bens de que trata o art. 1º desta lei são equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

CAPÍTULO IV

Do Direito de Preferência

Art. 22. Em face da alienação onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado, a União, os Estados e os municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência.

§ 1º Tal alienação não será permitida, sem que previamente sejam os bens oferecidos, pelo mesmo preço, à União, bem como ao Estado e ao município em que se encontrarem. O proprietário deverá notificar

os titulares do direito de preferência a usá-lo, dentro de trinta dias, sob pena de perdê-lo.

§ 2º É nula alienação realizada com violação do disposto no parágrafo anterior, ficando qualquer dos titulares do direito de preferência habilitado a seqüestrar a coisa e a impor a multa de vinte por cento do seu valor ao transmitente e ao adquirente, que serão por ela solidariamente responsáveis. A nulidade será pronunciada, na forma da lei, pelo juiz que conceder o seqüestro, o qual só será levantado depois de paga a multa e se qualquer dos titulares do direito de preferência não tiver adquirido a coisa no prazo de trinta dias.

§ 3º O direito de preferência não inibe o proprietário de gravar livremente a coisa tombada, de penhor, anticrese ou hipoteca.

§ 4º Nenhuma venda judicial de bens tombados se poderá realizar sem que, previamente, os titulares do direito de preferência sejam disso notificados judicialmente, não podendo os editais de praça ser expedidos, sob pena de nulidade, antes de feita a notificação.

§ 5º Aos titulares do direito de preferência assistirá o direito de remissão, se dela não lançarem mão, até a assinatura do auto de arrematação ou até a sentença de adjudicação, as pessoas que, na forma da lei, tiverem a faculdade de remir.

§ 6º O direito de remissão por parte da União, bem como do Estado e do município em que os bens se encontrarem, poderá ser exercido, dentro de cinco dias a partir da assinatura do auto de arrematação ou da sentença de adjudicação, não se podendo extrair a carta, enquanto não se esgotar este prazo, salvo se o arrematante ou o adjudicante for qualquer dos titulares do direito de preferência.

CAPÍTULO V

Disposições Gerais

Art. 23. O Poder Executivo providenciará a realização de acordos entre a União e os Estados, para melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e para a uniformização da legislação estadual complementar sobre o mesmo assunto.

Art. 24. A União manterá, para a conservação e a exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tomarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido de favorecer a instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares.

Art. 25. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procurará entendimentos com as autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas

ou artísticas e pessoas naturais ou jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional.

Art. 26. Os negociantes de antiguidades, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a um registro especial no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cumprindo-lhes outrossim apresentar semestralmente ao mesmo relações completas das coisas históricas e artísticas que possuem.

Art. 27. Sempre que os agentes de leilões tiverem de vender objetos de natureza idêntica à dos mencionados no artigo anterior, deverão apresentar a respectiva relação ao órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob pena de incidirem na multa de cinquenta por cento sobre o valor dos objetos vendidos.

Art. 28. Nenhum objeto de natureza idêntica à dos referidos no art. 26 desta lei poderá ser posto à venda pelos comerciantes ou agentes de leilões, sem que tenha sido previamente autenticado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou por perito em que o mesmo se louvar, sob pena de multa de cinquenta por cento sobre o valor atribuído ao objeto.

Parágrafo único. A autenticação do mencionado objeto será feita mediante o pagamento de uma taxa de peritagem de cinco por cento sobre o valor da coisa, se este for inferior ou equivalente a um conto de réis, e de mais cinco mil réis por conto de réis ou fração, que exceder.

Art. 29. O titular do direito de preferência goza de privilégio especial sobre o valor produzido em praça por bens tombados, quanto ao pagamento de multas impostas em virtude de infrações da presente lei.

Parágrafo único. Só terão prioridade sobre o privilégio a que se refere este artigo os créditos inscritos no registro competente, antes do tombamento da coisa pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 30. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1937, 116º da Independência e 49º da República. – **GETULIO VARGAS – Gustavo Capanema.**

**LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991 –
DOU DE 23-12-1991**

Restabelece princípios da Lei nº 7.505 (1), de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC e dá outras Providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC, com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor de modo a:

I – contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais;

II – promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais;

III – apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores;

IV – proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional;

V – salvaguardar a sobrevivência e florescimento dos modos de criar, fazer e viver da sociedade brasileira;

VI – preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro;

VII – desenvolver a consciência internacional e o respeito aos valores culturais de outros povos ou nações;

VIII – estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória;

IX – priorizar o produto cultural originário do País.

Art. 2º O Pronac será implementado através dos seguintes mecanismos:

I – Fundo Nacional da Cultura – FNC;

II – Fundos de Investimento Cultural e Artístico – FICART;

III – Incentivo a projetos culturais.

Parágrafo único. Os incentivos criados pela presente lei somente serão concedidos a projetos culturais que visem a exibição, utilização e circulação públicas dos bens culturais deles resultantes, vedada a concessão de incentivo a obras, produtos, eventos ou outros decorrentes, destinados ou circunscritos a circuitos privados ou a coleções particulares.

Art. 3º Para cumprimento das finalidades expressas no artigo 1º desta lei, os projetos culturais em cujo favor serão captados e canalizados os recursos do Pronac atenderão, pelo menos, a um dos seguintes objetivos:

I – incentivo à formação artística e cultural, mediante:

a) concessão de bolsas de estudo, pesquisa e trabalho, no Brasil ou no exterior, a autores, artistas e técnicos brasileiros ou estrangeiros residentes no Brasil;

b) concessão de prêmios a criadores, autores, artistas, técnicos e suas obras, filmes, espetáculos musicais e de artes cênicas em concursos e festivais realizados no Brasil;

c) instalação e manutenção de cursos de caráter cultural ou artístico, destinados a formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal da área da cultura, em estabelecimentos de ensino sem fins lucrativos.

II – fomento à produção cultural e artística, mediante:

a) produção de discos, vídeos, filmes e outras formas de reprodução fonovideográfica de caráter cultural;

b) edição de obras relativas às ciências humanas, às letras e às artes;

c) realização de exposições, festas de arte, espetáculos de artes cênicas, de música e de folclore;

d) cobertura de despesas com transporte e seguro de objetos de valor cultural destinados a exposições públicas no País e no exterior;

e) realização de exposições, festivais de arte e espetáculos de artes cênicas ou congêneres.

III – preservação e difusão do patrimônio artístico, cultural e histórico, mediante:

a) construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e acervos;

b) conservação e restauração de prédios, monumentos, logradouros, sítios e demais espaços, inclusive naturais, tombados pelos Poderes Públicos;

c) restauração de obras de arte e bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural;

d) proteção do folclore, do artesanato e das tradições populares nacionais.

IV – estímulo ao conhecimento dos bens e valores culturais, mediante:

a) distribuição gratuita e pública de ingressos para espetáculos culturais e artísticos;

b) levantamentos, estudos e pesquisas na área da cultura e da arte e de seus vários segmentos;

c) fornecimento de recursos para o FNC e para fundações culturais com fins específicos ou para museus, bibliotecas, arquivos ou outras entidades de caráter cultural.

V – apoio a outras atividades culturais e artísticas, mediante:

a) realização de missões culturais no País e no exterior, inclusive através do fornecimento de passagens;

b) contratação de serviços para elaboração de projetos culturais;

c) ações não previstas nos incisos anteriores e consideradas relevantes pela Secretaria da Cultura da Presidência da República – SEC/PR, ouvida a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC.

CAPÍTULO II

Do Fundo Nacional da Cultura – FNC

Art. 4º Fica ratificado o Fundo de Promoção Cultural, criado pela Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, que passará a denominar-se Fundo Nacional da Cultura – FNC, com o objetivo de captar e destinar recursos para projetos culturais compatíveis com as finalidades do Pronac e de:

I – estimular a distribuição regional eqüitativa dos recursos a serem aplicados na execução de projetos culturais e artísticos;

II – favorecer a visão interestadual, estimulando projetos que explorem propostas culturais conjuntas, de enfoque regional;

III – apoiar projetos dotados de conteúdo cultural que enfatizem o aperfeiçoamento profissional e artístico dos recursos humanos na área da cultura, a criatividade e a diversidade cultural brasileira;

IV – contribuir para a preservação e proteção do patrimônio cultural e histórico brasileiro;

V – favorecer projetos que atendam às necessidades da produção cultural e aos interesses da coletividade, aí considerados os níveis qualitativos e quantitativos de atendimentos às demandas culturais existentes, o caráter multiplicador dos projetos através de seus aspectos sócio-culturais e a priorização de projetos em áreas artísticas e culturais com menos possibilidade de desenvolvimento com recursos próprios.

§ 1º O FNC será administrado pela Secretaria da Cultura da Presidência da República – SEC/PR e gerido por seu titular, assessorado por um comitê constituído dos diretores da SEC/PR e dos presidentes das entidades supervisionadas, para cumprimento do Programa de Trabalho Anual aprovado pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC de que trata o artigo 32 desta Lei, segundo os princípios estabelecidos nos artigos 1º e 3º da mesma.

§ 2º Os recursos do FNC serão aplicados em projetos culturais submetidos com parecer da entidade supervisionada competente na área do projeto, ao Comitê Assessor, na forma que dispuser o regulamento.

§ 3º Os projetos aprovados serão acompanhados e avaliados tecnicamente pelas entidades supervisionadas, cabendo a execução financeira à SEC/PR.

§ 4º Sempre que necessário, as entidades supervisionadas utilizarão peritos para análise e parecer sobre os projetos, permitida a indenização de despesas com o deslocamento, quando houver, e respectivos

pró labore e ajuda de custos, conforme ficar definido no regulamento.

§ 5º O Secretário da Cultura da Presidência da República designará a unidade da estrutura básica da SEC/PR que funcionará como secretaria executiva do FNC.

§ 6º Os recursos do FNC não poderão ser utilizados para despesas de manutenção administrativa da SEC/PR.

§ 7º Ao término do projeto, a SEC/PR efetuará uma avaliação final de forma a verificar a fiel aplicação dos recursos, observando as normas e procedimentos a serem definidos no regulamento desta Lei, bem como a legislação em vigor.

§ 8º As instituições públicas ou privadas receptoras de recursos do FNC e executoras de projetos culturais, cuja avaliação final não for aprovada pela SEC/PR, nos termos do parágrafo anterior, ficarão inabilitadas pelo prazo de três anos ao recebimento de novos recursos, ou enquanto a SEC/PR não proceder a reavaliação do parecer inicial.

Art. 5º O FNC é um fundo de natureza contábil, com prazo indeterminado de duração, que funcionará sob as formas de apoio a fundo perdido ou de empréstimos reembolsáveis, conforme estabelecer o regulamento, e constituído dos seguintes recursos:

I – recursos do Tesouro Nacional;

II – doações, nos termos da legislação vigente;

III – legados;

IV – subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;

V – saldos não utilizados na execução dos projetos a que se referem o capítulo IV e o presente capítulo desta Lei;

VI – devolução de recursos de projetos previstos no capítulo IV e no presente capítulo desta Lei, e não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa;

VII – um por cento da arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais, a que se refere a Lei nº 8.167 (2), de 16 de janeiro de 1991, obedecida na aplicação a respectiva origem geográfica regional;

VIII – um por cento da arrecadação bruta das loterias federais, deduzindo-se este valor do montante destinado aos prêmios;

IX – reembolso das operações de empréstimo realizadas através do Fundo, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhe preserve o valor real;

X – resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria;

XI – Convenção da dívida externa com entidades e órgãos estrangeiros, unicamente mediante doações, no limite a ser fixado pelo Ministério da Economia, Fazenda de Planejamento, observadas as normas e procedimentos do Banco Central do Brasil;

XII – saldos de exercícios anteriores;

XIII – recursos de outras fontes.

Art. 6º O FNC financiará até oitenta por cento do custo total de cada projeto, mediante comprovação, por parte do proponente, ainda que pessoa jurídica de direito público, da circunstância de dispor do montante remanescente ou estar habilitado à obtenção do respectivo financiamento, através de outra fonte devidamente identificada, exceto quanto aos recursos com destinação especificada na origem.

§ 1º (Vetado).

§ 2º Poderão ser considerados, para efeito de totalização do valor restante, bens e serviços oferecidos pelo proponente para implementação do projeto, a serem devidamente avaliados pela SEC/PR.

Art. 7º A SEC/PR estimulará, através do FNC, a composição, por parte de instituições financeiras, de Carteiras para financiamento de projetos culturais, que levem em conta caráter social da iniciativa, mediante critérios, normas, garantias e taxas de juros especiais a serem aprovados pelo Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO III

Dos Fundos de Investimento Cultural e Artístico – FICART

Art. 8º Fica autorizada a constituição de Fundos de Investimento Cultural e Artístico – FICART, sob a forma de condomínio, sem personalidade jurídica, caracterizando comunhão de recursos destinados à aplicação em projetos culturais e artísticos.

Art. 9º São considerados projetos culturais e artísticos, para fins de aplicação de recursos do FICART, além de outros que assim venham a ser declarados pela CNIC:

I – a produção comercial de instrumentos musicais, bem como de discos, fitas, vídeos, filmes e outras formas de reprodução fonovideográficas;

II – a produção comercial de espetáculos teatrais, de dança, música, canto, circo e demais atividades congêneres;

III – a edição comercial de obras relativas às ciências, às letras e às artes, bem como de obras de referência e outras de cunho cultural;

IV – construção, restauração, reparação ou equipamento de salas e outros ambientes destinados a atividades com objetivos culturais, de propriedade de entidades com fins lucrativos;

V – outras atividades comerciais ou indústrias, de interesse cultural, assim considerados pela SEC/PR, ouvida a CNIC.

Art. 10. Compete à Comissão de Valores Mobiliários, ouvida a SEC/PR, disciplinar a constituição, o funcionamento e a administração do Ficart, observadas as disposições desta Lei e as normas gerais aplicáveis aos fundos de investimento.

Art. 11. As quotas dos Ficart, emitidas sempre sob a forma nominativa ou escritural, constituem valores mobiliários sujeitos ao regime da Lei nº 6.385 (3), de 7 de dezembro de 1976.

Art. 12. O titular das quotas de Ficart:

I – não poderá exercer qualquer direito real sobre os bens e direitos integrantes do Patrimônio do Fundo;

II – não responde pessoalmente por qualquer obrigação legal ou contratual, relativamente aos empreendimentos do Fundo ou da instituição administradora, salvo quanto à obrigação de pagamento do valor integral das quotas subscritas.

Art. 13. À instituição administradora de Ficart compete:

I – representá-lo ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

II – responder pela evicção de direito, na eventualidade da liquidação deste.

Art. 14. Os rendimentos e ganhos de capital auferidos pelos Ficart ficam isentos do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, assim como do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

Art. 15. Os rendimentos e ganhos de capital distribuídos pelo Ficart, sob qualquer forma, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a Renda na fonte à alíquota de vinte e cinco por cento.

Parágrafo único. Ficam excluídos da incidência na fonte da fonte de trata este artigo, os rendimentos distribuídos a beneficiário pessoal jurídica tributada com base no lucro real, os quais deverão ser computados na declaração anual de rendimentos.

Art. 16. Os ganhos de capital auferidos por pessoas físicas ou jurídicas não tributadas com base no lucro real, inclusive isentas, decorrentes da alienação ou resgate de quotas do Ficart, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a Renda, à mesma alíquota prevista para tributação de rendimentos obtidos na alienação ou resgate de quotas de Fundos Mútuos de Ações.

§ 1º Considera-se ganho de capital a diferença positiva entre o valor de cessão ou resgate da quota e o custo médio atualizado da aplicação, observadas as datas de aplicação, resgates ou cessão, nos termos da legislação pertinente.

§ 2º O ganho de capital será de apurado em relação a cada resgate ou cessão, sendo permitida a compensação do prejuízo havido em uma operação com o lucro obtido em outra, da mesma ou diferente espécie, desde que de renda variável, dentro do mesmo exercício fiscal.

§ 3º O imposto será pago até o último dia útil da primeira quinzena do mês subsequente àquele em que o ganho de capital foi auferido.

§ 4º Os rendimentos e ganhos de capital a que se referem o **caput** deste artigo e o artigo anterior, quando auferidos por investigadores residentes ou domiciliados no exterior, sujeitam-se atribuição sobre a renda, nos termos da legislação aplicável a esta classe de contribuintes.

Art. 17. O tratamento fiscal previsto nos artigos precedentes somente incide sobre os rendimentos decorrentes de aplicações em FICART que atendam a todos os requisitos previstos na presente Lei e na respectiva regulamentação a ser baixada pela Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. Os rendimentos e ganhos de capital auferidos por FICART, que dexam de atender os requisitos específicos desse tipo de Fundo, sujeitar-se-ão atribuição prevista no artigo 43 da Lei nº 7.713 (4), de 22 de dezembro de 1988.

CAPÍTULO IV

Do Incentivo a Projetos Culturais

Art. 18. Com o objetivo de incentivar as atividades culturais, a União facultará às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do imposto sobre a Renda a título de doações ou patrocínios, tanto no apoio a projetos culturais apresentados por pessoas físicas ou por pessoas jurídicas de natureza cultural, de caráter privado, como através de contribuições ao FNC, nos termos do artigo 5º desta Lei, desde que os projetos atendam aos critérios estabelecidos no artigo 1º desta Lei, em torno dos quais será dada prioridade de execução pela CNIC.

Art. 19. Os projetos culturais previstos nesta Lei serão apresentados à SEC/PR, ou a quem esta delegar a atribuição, acompanhados de planilha de custos, para aprovação de seu enquadramento nos adjetivos do PRONAC e posterior encaminhamento a CNIC para decisão final.

§ 1º No prazo máximo de noventa dias do seu recebimento poderá a SEC/PR notificar o proponente do projeto de não fazer jus aos benefícios pretendidos informando os motivos da decisão.

§ 2º Da notificação que se refere o parágrafo anterior, caberá recurso à CNIC, que deverá decidir no prazo de sessenta dias.

§ 3º (vetado)

§ 4º (vetado)

§ 5º (vetado)

§ 6º A provação somente terá eficácia após publicação de ato oficial contendo o título do projeto aprovado e a instituição por ele responsável, o valor autorizado para obtenção de doação ou patrocínio e o prazo de validade da autorização.

§ 7º A SEC/PR publicará anualmente até 28 de fevereiro, montante de recursos autorizados no exercício anterior pela CNIC, nos termos do disposto nesta Lei, devidamente discriminados por beneficiário.

Art. 20. Os projetos aprovados do artigo anterior serão, durante sua execução, acompanhados e avaliados pela SEC/PR ou quem receber a delegação destas atribuições.

§ 1º A SEC/PR, após o término da execução dos projetos previstos neste artigo, deverá, no prazo de seis meses, fazer uma avaliação final da aplicação correta dos recursos recebidos, podendo inibir seus responsáveis pelo prazo de até três anos.

§ 2º Da decisão da SEC/PR caberá recursos à CNIC, que decidirá no prazo de sessenta dias.

§ 3º O Tribunal de Contas da União incluirá em seu parecer prévio sobre as contas do Presidente da República análise relativa à avaliação de que trata este artigo.

Art. 21. As entidades incentivadoras e captadoras de que trata este Capítulo deverão comunicar, na forma que venha a ser estipulada pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, e SEC/PR, os aportes financeiros realizados e recebidos, bem como as entidades captadoras efetuar a comprovação de sua aplicação.

Art. 22. Os projetos enquadrados nos objetivos de desta Lei não poderão ser objeto de apreciação quanto ao seu valor artístico ou cultural.

Art. 23. Para fins deste Lei, considera-se:

I – (vetado).

II – patrocínio: a transferência de numerário, com finalidade promocional ou a cobertura pelo contribuinte do Imposto sobre a Renda e porventos e Qualquer Natureza, de gastos, ou a utilização de bem móvel ou imóvel do seu patrimônio, sem a transferência de domínio, para a realização, por outra pessoa física ou jurídica de atividade cultural com ou sem finalidade lucrativa prevista no artigo 3º desta Lei.

§ 1º Constitui infração a esta Lei o recebimento pelo patrocinador, de qualquer vantagem financeira ou material em decorrência do patrocínio que efetuar.

§ 2º As transferências defendidas neste artigo não estão sujeitas ao recolhimento do Imposto sobre a Renda na fonte.

Art. 24. Para os fins deste Capítulo, equiparam-se a doações, nos termos do regulamento

I – distribuições gratuitas de ingressos para eventos de caráter artístico-cultural por pessoa jurídicas a seus empregados e dependentes legais;

II – despesas efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas com o objetivo de conservar, preservar ou restaurar bens de sua propriedade ou sob sua posse legítima, tombados pelo Governo Federal, desde que atendidas as seguintes disposições:

a) preliminar definição, pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC, das normas e critérios técnicos que deverão reger os projetos e orçamentos de que trata este inciso;

b) aprovação prévia, IBPC, dos projetos e respectivos orçamentos de execução de obras;

c) posterior certificação, pelo referido órgão, das despesas efetivamente realizadas e das circunstâncias de terem sido obras executadas de acordo com os projetos aprovados.

Art. 25. Projetos a serem apresentados por pessoas físicas ou pessoas jurídicas, de natureza cultural para fins de incentivo, objetivarão desenvolver as formas de expressão, os modos de criar e fazer, os processos de preservação e proteção do patrimônio cultural brasileiro, e os estudos e métodos de interpretação da realidade cultural, bem como contribuir para propiciar meios, à população em geral, permitam o conhecimento dos bens e valores artísticos e culturais, compreendendo entre outros, os seguintes segmentos:

I – teatro, dança, circo, ópera, mímica e congêneres;

II – produção cinematográfica, videocinematográfica, fotográfica, discográfica e congêneres;

III – literatura, inclusive obras de referência;

IV – música;

V – artes plásticas, artes gráficas, gravuras, cartazes, filatelia e outras congêneres;

VI – folclore e artesanato;

VII – patrimônio cultural inclusive histórico, arquitetônico, arqueológico, bibliotecas, museus, arquivos e demais acervos;

VIII – humanidades; e

IX – rádio e televisão, educativas e culturais, de caráter não-comercial.

Parágrafo único. Os projetos culturais relacionados com os segmentos culturais do inciso II deste artigo deverão beneficiar, única e exclusivamente, produções independentes conforme definir o regulamento desta Lei.

Art. 26. O doador ou patrocinador poderá deduzir do imposto devido na declaração do imposto sobre a renda os valores efetivamente contribuídos em favor

de projetos culturais aprovados de acordo com os dispositivos desta Lei, tendo como base os seguintes percentuais:

I – no caso das pessoas físicas, oitenta por cento das doações e sessenta por cento dos patrocínios;

II – no caso das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, quarenta por cento das doações e trinta por cento dos patrocínios.

§ 1º A pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá abater as doações e patrocínios como despesa operacional.

§ 2º O valor máximo das deduções de que trata o **caput** deste artigo será fixado anualmente pelo presidente da República, com base em um percentual da renda tributável das pessoas físicas e do imposto devido por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.

§ 3º Os benefícios de que trata este artigo não excluem ou reduzem outros benefícios, abatimentos e deduções em vigor, em especial as doações a entidades de utilidade pública efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas.

§ 4º (Vetado)

§ 5º O Poder Executivo estabelecerá mecanismo de prevenção do valor real das contribuições em favor de projetos culturais, relativamente a este Capítulo.

Art. 27. A doação ou o patrocínio não poderá ser efetuada a pessoa ou instituição vinculada ao agente.

§ 1º Consideram-se vinculados ao doador ou patrocinador:

a) a pessoa jurídica da qual o doador ou patrocinador seja titular, administrador, gerente, acionista ou sócio, na data da operação, ou nos doze meses anteriores;

b) o cônjuge, os parentes até o terceiro grau, inclusive os afins, e os dependentes do doador ou patrocinador ou dos titulares, administradores, acionistas ou sócios de pessoa jurídica vinculada ao doador ou patrocinador, nos termos da alínea anterior;

c) outra pessoa jurídica da qual o doador ou patrocinador seja sócio.

§ 2º Não se consideram vinculadas as instituições culturais sem fins lucrativos, criadas pelo doador ou patrocinador, desde que, devidamente construídas e em funcionamento, na forma da legislação em vigor e aprovadas pela CNIC.

Art. 28. Nenhuma aplicação dos recursos previstos nesta Lei poderá ser feita de qualquer tipo de intermediação.

Parágrafo único. A contratação de serviços necessários à elaboração de projetos para obtenção de

doação, patrocínio ou investimentos não configura a intermediação referida neste artigo.

Art. 29. Os recursos provenientes de doações ou patrocínios deverão ser depositados e movimentados, em conta bancária específica, em nome do beneficiário, e a respectiva prestação de contas deverá ser feita nos termos do regulamento da presente Lei.

Parágrafo único. Não serão consideradas, para fins de comprovação do incentivo, as contribuições, em relação às quais não se observe esta determinação.

Art. 30. As infrações aos dispositivos deste Capítulo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, sujeitarão o doador ou patrocinador ao pagamento do valor atualizado do imposto sobre a renda devido em relação a cada exercício financeiro, além das penalidades e demais acréscimos previstos na legislação que rege a espécie.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, considera-se solidariamente responsável por inadimplência ou irregularidade verificada a pessoa física ou jurídica proponente do projeto.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 31. Com finalidade de garantir a participação comunitária, a representação de artistas e criadores no trato oficial dos assuntos da cultura e a organização nacional sistêmica da área, o Governo Federal estimulará a institucionalização de conselhos de cultura no Distrito Federal, nos Estados, e nos Municípios.

Art. 32. Fica instituída a Comissão Nacional de Incentivos à Cultura – CNIC, com a seguinte composição:

I – o Secretário da Cultura da Presidência da República;

II – os presidentes das entidades supervisionadas pela SEC/PR;

III – o presidente da entidade nacional que congrega os secretários de cultura as unidades federadas;

IV – um representante do empresariado brasileiro;

V – seis representantes de entidades associativas dos setores culturais e artístico de âmbito nacional.

§ 1º A CNIC será presidida pela autoridade referida no inciso I deste artigo que, para fins de desempate terá voto de qualidade.

§ 2º Os mandatos, a indicação e a escolha dos representantes a que se referem os incisos IV e V deste artigo, assim como a competência da CNIC, serão estipulados e definidos pelo regulamento desta Lei.

Art. 33. A SEC/PR, com a finalidade de estipular e valorizar a arte e a cultura, estabelecerá um sistema

de premiação anual que reconheça as contribuições mais significativas para a área:

I – de artistas ou grupos de artistas brasileiros ou residentes no Brasil, pelo conjunto de sua obra por obras individuais;

II – de profissionais da área do patrimônio cultural;

III – de estudiosos e autores na interpretação crítica da cultura nacional, através de ensaios, estudos e pesquisas.

Art. 34. Fica instituída a Ordem do Mérito Cultural, cujo estatuto será aprovado por decreto do Poder Executivo, sendo que as distinções serão concedidas pelo presidente da República, ato solene, às pessoas que, por sua atuação profissional ou como incentivadoras das artes e da cultura, merecem reconhecimento.

Art. 35. Os recursos destinados ao então Fundo de Promoção Cultural, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, serão recolhidos ao Tesouro Nacional para aplicação pelo FNC, observada a sua finalidade.

Art. 36. O Departamento da Receita Federal, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, no exercício de suas atribuições específicas, fiscalizará a efetiva execução desta Lei, no que se refere à aplicação de incentivos fiscais nela previstos.

Art. 37. O Poder Executivo a fim de atender ao disposto no art.º 26, § 2º desta Lei, adequando-o às disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, enviará, no prazo de 30 dias, mensagem ao Congresso Nacional, estabelecendo o total da renúncia fiscal e correspondente ao cancelamento de despesas orçamentárias.

Art. 38. Na hipótese de dolo, fraude ou simulação, inclusive no caso de desvio de objeto, será aplicada, ao doador e ao beneficiário, a multa correspondente a duas vezes o valor da vantagem recebida indevidamente.

Art. 39. Constitui crime, punível com a reclusão de dois a seis meses e multa de vinte por cento do valor do projeto, qualquer discriminação de natureza política que atente contra a liberdade de expressão, de atividade intelectual e artística, de consciência ou crença, no andamento dos projetos a que se referem esta Lei.

Art. 40. Constitui crime, punível, com reclusão de dois a seis meses e multa de vinte por cento do valor do projeto, obter redução do imposto sobre a renda utilizando-se fraudulamente de qualquer benefício desta Lei.

§ 1º No caso de pessoa jurídica respondem pelo crime o acionista controlador e os administradores que para ele tenham concorrido.

§ 2º Na mesma pena incorre aquele que, recebendo recursos, bens ou valores em função desta Lei, deixe de promover, sem justa causa, atividade cultural de objeto do incentivo.

Art. 41. O Poder Executivo, no prazo de sessenta dias, regulamentará a presente Lei.

Art. 42. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 43. Revogam-se as disposições em contrário. – **FERNANDO COLLOR**, Presidente da República – **Jarbas Passarinho**.

(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas pedir permissão para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

Em seguida, falará o Senador Geraldo Mesquita Júnior, como primeiro orador inscrito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, este instituto do Regimento, a comunicação inadiável, muitas vezes o usamos para aproveitar a chance de falar. Mas, desta vez, Senador Mesquita, eu creio que, de fato, trata-se de uma comunicação inadiável, diante da tragédia que vivemos nós, os brasileiros, com a destruição constante e sistemática das nossas florestas em geral e não apenas da Amazônica.

Se nós nos dedicássemos um pouco a pensar o que vão dizer dos brasileiros daqui a vinte, trinta, cinquenta, cem anos, eu não tenho dúvida, Sr. Presidente, de que a marca que nós vamos deixar é a marca dos destruidores da Amazônia. Cada geração deixa uma marca, a nossa vai ser essa. Não vai ser a da construção de Brasília, não vai ser a do desenvolvimento econômico pelo que ele tem de positivo; vai ser a marca de uma geração de brasileiros que destruiu um patrimônio do País e também um patrimônio da Humanidade. Obviamente, os nossos governantes vão pagar um preço maior, porque eles foram, por

omissão ou incompetência, os responsáveis por essa destruição. Mas nós todos, brasileiros, vamos pagar. É por isso que nós precisamos agir.

Eu quero propor aqui, Senador Mesquita, o senhor que é homem de lá, algumas ações. A primeira, claro, é criar uma consciência nacional da necessidade de proteger as nossas florestas. Nós não temos essa consciência. A verdade é que a ânsia, a ganância de todos nós – não vamos pôr a culpa nos outros – pelo lucro, pelo aumento do Produto Interno Bruto, pela pecuária, pela soja, leva à tolerância da destruição da Amazônia. Além disso, ali há habitantes, habitantes pobres, que têm o direito de sobreviver, mesmo que para isso eles sejam obrigados a destruir matas. Por isso, consciência é preciso.

Segundo, defendo que tenhamos áreas que sejam, de fato, reservas florestais garantidas, com a ocupação, se possível e necessária, militar para que ali não se toque.

E o terceiro ponto, Senador Mesquita, que quero falar e para o qual pedir seu apoio é de termos uma solução para financiar os moradores da Amazônia, para que eles protejam a floresta. Nesse sentido, eu apresentei um projeto de lei que tenta casar dois problemas ambientais de hoje: o superconsumo de petróleo e a superdestruição das florestas. Apresentei um projeto simples. Hoje, o Brasil paga 10% de **royalty** a cada Estado de onde sai o petróleo: 10% são pagos, os 5% são uma questão de reserva. Se passar de 5% até 10%, o dinheiro vai para o Estado, para o Município, para o Ministério da Marinha. O meu projeto aumenta o **royalty** de 10% para 15%. Agora, esses 5% adicionais serão transferidos, por meio do Ministério do Meio Ambiente, aos Estados e Municípios, para que eles mantenham as florestas.

Estamos vendo o Inpe apresentando as fotografias das queimadas. Nós podemos fazer o contrário: através dessas fotos, nós identificamos onde as florestas continuam, de um ano para o outro, de um mês para o outro, e, onde continuam, esse dinheiro seria transferido em partes iguais ao Estado e ao Município, que poderiam usar esse dinheiro tanto para financiar as atividades de controle, como, inclusive, para dar renda à população local. Com renda à população local, ela se sente na obrigação, no interesse de proteger aquela floresta: o **royalty** verde, uma expressão que usei em 2006, durante a campanha presidencial, e que, agora, transformo num projeto de lei.

Nós, consumidores, destruidores de petróleo, que queimamos petróleo, pagamos 5% a mais do **royalty**, que não vai dar mais do que 0,5% se a Petrobras transferir todo o custo para o consumidor. E esse dinheiro a gente usa para pagar o recurso que não é gasto; ou

seja, a destruição de um recurso servindo para proteger o outro recurso.

Fora isso, só uma coisa a mais: um grande programa para ensinar os nossos caboclos a usarem os recursos que ali estão. E, aí, se eu pudesse dar um conselho ao Presidente Lula, eu sugeriria que convidasse nosso ex-colega, o Senador Capiberibe, que como Governador do Amapá mostrou que é possível gerar renda sem destruir a floresta, para que viesse aqui, a Brasília, dar uma lição ao Ministério do Meio Ambiente, aos diversos órgãos deste País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Cristovam Buarque, entendo a importância do pronunciamento de V. Ex^a, mas, quero, ao mesmo tempo, fazer com que o tempo dos oradores seja obedecido...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Mas ainda faltam alguns segundos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concederei mais dois minutos a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito obrigado. Já estava pronto para concluir no tempo. Agradeço, Sr. Presidente, dentro do seu espírito de entender a importância desta Casa na defesa dos assuntos que temos de enfrentar.

Sr. Presidente, eu estava pronto para cumprir meus cinco minutos, como costume fazer aqui, mas quero apenas lembrar a esta Casa a necessidade de que nos reunamos para saber que nossa marca na história da Humanidade, nos próximos vinte, trinta, cinquenta, cem anos, vai ser a marca vergonhosa daquela geração de brasileiros que destruiu a Amazônia.

Ainda é tempo, se soubermos divulgar como explorar a riqueza sem destruir a natureza, como Capiberibe fez quando Governador; se criarmos **royalties** que pague aquela população dos Estados e Municípios para que mantenham as florestas e, obviamente, ocuparmos, militarmente se preciso for, certas áreas para que elas sejam guardadas como patrimônio que temos a obrigação de manter para o Brasil e para a Humanidade.

Há alguns anos, em um dos cursos que fiz nos Estados Unidos, perguntaram-me se eu era a favor da internacionalização da Amazônia, e eu disse que não. Um jovem disse-me que não queria ouvir minha opinião de brasileiro, mas, sim, de humanista, de ser humano. Então eu lhe respondi que, nesse caso, até seria favorável à internacionalização, desde que internacionalizássemos todas as reservas de petróleo; desde que internacionalizássemos também os arsenais nucleares do seu país, os Estados Unidos; desde que internacionalizássemos Nova Iorque, sede das Nações

Unidas. Enquanto isso não fosse feito, a Amazônia seria nossa e só nossa.

Eu temo que, se a destruição continuar, em breve, haverá pessoas que dirão: “A Amazônia não é de vocês, porque vocês não são capazes de mantê-la”. Ainda há tempo de mantê-la eficientemente, respeitando o povo que ali vive e tem direito a uma parte da riqueza. Ainda há tempo e é com essa intenção, Senador Mesquita, que apresentei esse projeto: aumentar o **royalty** do petróleo e usar esse dinheiro para proteger a Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque e concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, primeiro orador inscrito, que disporá de vinte minutos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Cristovam, que bom que V. Ex^a abre a sessão de hoje com um pronunciamento sobre a Amazônia, a Floresta Amazônica, trazendo suas preocupações e propostas porque, como já havia anunciado – e gostaria muito da atenção do Senador Cristovam Buarque porque o assunto é praticamente uma continuidade do que ele traz hoje à Casa –, eu me comprometi e vou cumprir à exaustão: vou eleger este tema como aquele sobre o qual mais me pronunciarei nesta Casa.

Vou fazer uma série de discursos a respeito dele, trazendo propostas, assim como V. Ex^a trouxe hoje, porque o Senado Federal, particularmente, deve se preocupar excessivamente, deve se mobilizar de forma absoluta em torno dessa questão sob pena de daqui... Antigamente, falava-se em cem anos; hoje o prazo está encurtando, Senador Cristovam; talvez hoje já tenhamos que falar que, daqui a trinta anos, a situação vai estar terrível se não tomarmos tento, se não tomarmos algumas providências inevitáveis.

Faço hoje mais um pronunciamento sobre o tema, fruto das minhas reflexões, fruto da minha experiência, das minhas andanças pelo meu Estado, pela nossa grande Amazônia e quero compartilhar particularmente com V. Ex^a. Quando um homem público da sua envergadura entra numa discussão como esta, Senador Cristovam, fico mais animado. Ficamos mais próximos da possibilidade de conseguir sensibilizar meio mundo, todos os brasileiros acerca de um problema que fingimos, fazemos de conta que não está no nosso calcanhar, mas está no nosso calcanhar, Senador, e é um problema de gravidade extrema.

Trago hoje informações a respeito do tema e começo citando uma pergunta angustiada do subchefe do Ibama em Alta Floresta. Ele pergunta o seguinte:

“De que adianta bloquear autorizações de desmate em uma região em que a maior parte das derrubadas são feitas sem autorização?”

Essa pergunta angustiada foi feita no final de janeiro ao repórter Rodrigo Vargas, da **Folha de S. Paulo**, pelo chefe-substituto do Ibama em Alta Floresta, Mato Grosso, Cláudio Cazal, para mostrar que as medidas até agora tomadas pelo Governo Federal para coibir o desmatamento ilegal da Amazônia são inócuas e “o quanto Brasília desconhece a realidade da Amazônia”. O Ibama, na opinião do Cláudio Cazal, “atua de forma precária nas regiões críticas e tem excesso de servidores, verbas e estrutura em Brasília e nos escritórios das capitais”. Ainda, segundo ele, “os servidores e os recursos estão concentrados onde o problema não existe”.

De acordo com a reportagem de Rodrigo Vargas, publicada no dia 28 de janeiro último, “o escritório do Ibama de Alta Floresta é responsável pela fiscalização de crimes ambientais em treze municípios da região norte de Mato Grosso. É uma área superior ao território dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo juntos. “Teríamos que ter pelo menos cinquenta servidores para dar retorno a essas medidas de emergência, mas temos somente três. E, atualmente, nenhum carro”, declarou o funcionário do Ibama.

Esse é apenas um dos aspectos do drama imenso que vivemos na Amazônia e evidencia, como os demais, a inexistência completa de um projeto para aquela importante região do País. O Ibama não era para ser um organismo apenas fiscalizador, multador, expectador do desastre que ocorre na Amazônia. Tivéssemos um projeto nacional para aquela região, o Ibama teria papel relevante na sua execução e se destacaria mais pela sua atividade de educação ambiental que propriamente pela sua atuação fiscalizatória. Mas, para isso, é fundamental a elaboração de um grande projeto, tendo como premissa a realização de inventário exaustivo das riquezas existentes no interior da Amazônia que servisse de base para a realização de zoneamentos e diagnósticos capazes de indicar quais atividades poderíamos realizar, onde, como e quando e para quais propósitos.

Temos organismos que poderiam dar conta da missão, por exemplo: Inpa (Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia), Inpe, universidades, o próprio Ibama, Incra e tantos outros instrumentos de pesquisa e de atuação na Amazônia, que, com a colaboração dos habitantes da floresta e com o apoio logístico das Forças Armadas, podem fazer aquilo que há muito já deveria ter sido feito, ou seja, esse grande inventário, esse grande levantamento das riquezas, das potencialidades da Amazônia, dos seus aspectos mais peculia-

res e mais particulares, para que, enfim, façamos um grande diagnóstico que possa orientar uma política, um projeto para aquela grande e importante região do País. É necessário, entretanto, que essas instituições sejam dotadas de recursos humanos e matérias proporcionais ao tamanho da tarefa, do contrário, Senador Paim, continuaremos fazendo de conta que estamos nos esforçando para mudar o quadro.

Quando temos que viver correndo atrás do prejuízo é porque, por imprevidência ou incúria, não nos programamos para evitá-lo. Ano após ano, mostramos “surpresos” e “indignados” com os desastres que na Amazônia se repetem com uma frequência imperiturbável, quando, no fundo, sabemos tratar-se de desastres previamente anunciados.

Querem ver? Todos os anos, centenas de pessoas morrem nos rios da Amazônia, vítimas de naufrágios de embarcações precárias que não oferecem a mínima segurança, e nada é feito para acabar com essa tragédia; todos os anos, milhares de pessoas contraem malária, e muitas morrem – muitas, Senador Paim –, por absoluta ausência de políticas públicas responsáveis na região; todos os anos, milhões de árvores são arrancadas criminosamente e ilegalmente do solo da Amazônia sem que ação concreta seja tomada para impedi-lo.

É aquela história: quem não sabe onde quer chegar é levado a chegar onde não deseja. Seguidamente, temos sido levados a chegar à boca do inferno, porque até agora não fixamos o que queremos da Amazônia e para a Amazônia.

A nossa história, ao longo dos tempos, é a história do enriquecimento de poucos e do empobrecimento de muitos; é a história da exploração predatória de matéria-prima bruta às custas do trabalho quase escravo da maioria da população amazônica, para o enriquecimento de alguns no Brasil e de muitos mundo afora. Isso aconteceu com a borracha, com a castanha, com os minérios, e agora acontece com a nossa madeira. A ausência de um projeto nacional para a Amazônia só acentua dramaticamente aquilo que os espertalhões dizem ser a nossa vocação, ou seja, a produção e exportação de matéria-prima bruta.

Até a energia que vamos gerar nas usinas que serão construídas em Rondônia será exportada para gerar riquezas lá fora, quando, em grande parte, deveria ser aproveitada para alavancar o desenvolvimento da região. Mas como retê-la, se não temos projeto de desenvolvimento para a Amazônia?

Enquanto não levamos a sério assunto tão importante, Senador Garibaldi, continuaremos com o jogo de acusar uns e outros pelo malfeito. Muitos, de fato, são criminosos e deveriam estar na cadeia, Senador

Sarney. Aqueles que derrubam a floresta de forma irracional para saciar a sede do lucro irresponsável cometem o mais grave crime ambiental e contra a humanidade. Cadeia para eles, em qualquer circunstância. Mas responsabilizar e punir pequenos agricultores pelos desmates sem que se lhes coloque à disposição recursos, equipamentos e insumos que lhes permitam reutilizar áreas já derrubadas é de uma injustiça extrema, além de desumano e cruel. Não se pode emparedar milhares e milhões de pequenos agricultores, impedindo-os de produzir com os meios e os conhecimentos ao seu alcance, sem oferecer-lhes alternativas tecnológicas para continuarem a fazer o que sabem e gostam: produzir alimentos para si e para todos nós que vivemos na Amazônia.

Foi por causa dessa política vesga que, no Acre, perdemos a capacidade de auto-suficiência na produção de alimentos. Hoje, no Acre, importamos mais de 70% do que comemos. Do leite ao feijão; do arroz ao milho. Milhares de pequenos produtores acreanos estão sendo impedidos de produzir porque não podem mais derrubar e não dispõem de outros meios para o reaproveitamento de áreas já derrubadas. A pretendida segurança alimentar está se tornando cada vez mais uma miragem. Enquanto isso, os verdadeiros assassinos da floresta continuam lépidos e fagueiros, desafiando a incúria e a incompetência do Poder Público. Não podemos almejar a preservação da floresta às custas do sacrifício de milhares de pequenos produtores, que, esquecidos e abandonados pelos governos, acabam migrando para a periferia das cidades, para viver uma vida de miséria e de maiores sofrimentos. Qualquer política a ser executada na Amazônia tem que ter como foco principal os homens e as mulheres que ainda vivem aos milhares na floresta e na zona rural daquela grande região. Se dermos a eles melhores condições de sobrevivência, estaremos garantindo a sobrevivência de toda a Amazônia.

Senador Garibaldi, era o que tinha a dizer nesta oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

Em seguida, falará o Senador José Sarney.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi convite formulado pelo Professor Celso Lafer, ex-chanceler e jurista, para escrever artigo para o n^o 74 da **Revista USP**, cujo editor é o Dr. Francisco Costa. O tema da citada revista era “Pensando o futuro – Humanidades”. A mim, foi atribuído fazer reflexões

sobre o futuro da política. O ensejo serviu para ferir tema recorrente em nosso País, posto que ainda não solucionado, qual seja: a necessidade de promover as reformas institucionais ou, para usar expressão mais conhecida, as chamadas reformas políticas.

A reforma eleitoral é tema que raramente deixou de figurar na agenda política do País. Não me refiro só à agenda atual, mas também a dos dois séculos atrás: o século XX e o século XIX. A diferença reside na circunstância de que a expressão reforma política, hoje tão cediça, no século XIX, com mais propriedade se designava reforma eleitoral. Este é, por sinal, o título do livro publicado em 1875 pelo Conselheiro Antonio Pereira Pinto, à época Diretor da Secretaria da Câmara dos Deputados. Nele, estão as propostas que, entre 1827 e 1874, tramitaram no velho Parlamento do Império, com o objetivo de aprimorar a legislação eleitoral do País.

Por esse livro a que me reporte, constata-se, por exemplo, que o projeto do Deputado Ferreira França, de 1835, estabelecendo eleição direta, só foi adotado pela Lei Saraiva, em 1881. Sequer foi considerado objeto de deliberação quando submetido ao turno regimental de apreciação preliminar de discussão.

Os 46 anos que separam o projeto de Ferreira França da Lei Saraiva, de 1881, mostram a morosidade das mudanças políticas no Brasil a que Joaquim Nabuco se referiu quando na monumental biografia de seu pai – “*Um Estadista do Império*”, registrou que suas idéias como Ministro da Justiça levavam em regra cerca de 30 anos para serem materializadas.

Isso, inclusive, se aplica, Sr. Presidente, ao projeto que Nabuco de Araújo, pai de Joaquim Nabuco, empreendeu com relação ao aprimoramento da prestação jurisdicional por parte do Estado, ao tempo do Império brasileiro.

Hoje, Sr^{as} e Srs. Senadores, é vezo generalizado referirmo-nos à reforma política, tomando esse termo como sinônimo de reforma eleitoral e das questões adjetivas delas decorrentes.

Nas propostas aprovadas pelo Senado Federal e em tramitação na Câmara dos Deputados – por sinal há tempos em condições de serem submetidas às deliberações do Plenário –, os temas relevantes cingem-se a três mudanças: primeiro, mudança do sistema proporcional para eleição dos deputados, matéria constitucional (Art. 45 do texto da nossa Carta em vigor), adotando-se a modalidade do voto em listas fechadas e bloqueadas; como segundo ponto está a questão da fidelidade partidária, tão importante para fortalecer os partidos políticos; e terceiro, a adoção do financiamento público de campanha.

O financiamento público não é conseqüência do sistema de listas fechadas e bloqueadas. Ao contrário, o voto em lista é requisito para viabilizar o financiamento público, impraticável com o modelo em vigor de listas abertas, ou seja, o sistema que praticamos, o que torna impossível fazer e vertebrar verdadeiros partidos políticos.

A questão do financiamento público tem de ser feito naturalmente por intermédio dos partidos. Veja-se por oportuno que este ano haverá eleições municipais. E a pergunta que se faz é: como repartir R\$880 milhões de recursos públicos, nas eleições municipais, entre 340 mil candidatos a vereador e mais de 15 mil a prefeito, número do último pleito de 2004? Certamente, nas eleições deste ano, o número de candidatos será maior, até porque há 29 partidos devidamente registrados no TSE, e há também o processo de ampliação do número de candidatos que buscam a via eleitoral.

A proposta do sistema de listas visa exatamente a tornar possível a distribuição do financiamento. Não entre os candidatos, o que seria inviável, mas entre os partidos, aos quais caberia a condução das campanhas eleitorais.

Sempre entendi que a reforma política é reiteradamente preconizada, mas lentamente materializada. Depois de longos anos de discussão e debate, exige-se um espectro bem mais amplo de medidas, com o objetivo de torná-las não só coerentes entre si, mas também consistentes com as demais soluções propostas.

A meu juízo – e posso estar equivocado –, a pauta das reformas políticas deve abranger grande parte do universo dos diferentes componentes do nosso sistema político. Daí ter-se sempre dado preferência aos termos “reforma institucional” em lugar de “reforma política”, com o propósito de contemplar não só, como até agora, a opção entre os sistemas majoritário, proporcional ou misto.

Entendo que as questões referentes à organização federativa, ao relacionamento entre os Poderes do Estado e à reforma legislativa devem integrar a agenda política com a mesma intensidade com que se defendem mudanças no sistema eleitoral.

A reforma legislativa, por exemplo, é pressuposto da reforma do Legislativo e da modernização e simplificação da legislação brasileira. Aliás, matéria objeto do discurso que o Presidente Garibaldi Alves Filho pronunciou na abertura da sessão legislativa deste ano.

Trata-se também, Sr. Presidente, de objetivo de se conseguir a consolidação legislativa prevista no art. 59 da Constituição de 1988 e já regulamentada pelas Leis Complementares nº 95, de fevereiro de 1998, e nº 107, de abril de 2001. Mas, em que pese esse aparato legal, pouco se avançou neste tema. É certo que

no Senado já se faz algum esforço neste sentido, por intermédio do Senador Tião Viana, e o mesmo ocorre também na Câmara. Ainda não mereceu um tratamento prioritário por parte das duas Casas do Congresso Nacional.

Embora entenda, Sr^{as} e Srs. Senadores, seja necessária a mudança do sistema eleitoral brasileiro, para ensejar o fortalecimento dos partidos políticos, ele está razoavelmente atualizado e testado, compõe-se de um conjunto de disposições constantes dos arts. 2º e 4º da Constituição, que tratam, respectivamente, dos direitos e garantias constitucionais e da organização dos poderes, e das seguintes leis: a) a que estabelece a inelegibilidade e as incompatibilidades eleitorais (Lei Complementar nº 64, de 1990); b) a que dispõe sobre a Justiça Eleitoral e a administração dos pleitos (Código Eleitoral, Lei nº 4.737, de 1965); c) a que regula a organização e o funcionamento dos partidos políticos (Lei nº 9.096, de 1995) e d) a denominada lei das eleições (Lei nº 9.504, de 1997), ambas, aliás, por mim sancionadas no exercício da Presidência da República, de cujas discussões participei com relatores, líderes e dirigentes do Congresso Nacional. Com exceção do Código Eleitoral, que é da década de 60 do século passado, mas sistematicamente atualizado, todo restante do sistema legal foi aprovado na década de 90. De forma suplementar, mais de vinte mil resoluções do TSE regulam aspectos normativos da legislação vigente e esclarecem dúvidas suscitadas por candidatos, partidos, parlamentares e a sociedade de um modo geral.

Esse sistema, portanto, não exige modificações maiores no modelo em vigor, salvo as imprescindíveis ao seu aperfeiçoamento.

Sr. Presidente, sei que o inimigo tempo não me impede que continue a expor meus pontos de vista.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a ainda dispõe de dez minutos de tempo regimental, não é concessão.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Então, se V. Ex^a me permitir, gostaria de dizer que vou avançar em algumas considerações que acho pertinentes no momento em que estamos iniciando uma nova sessão legislativa. Aliás, as matérias relativas às reformas institucionais, como as classifico, no lugar de considerá-las como reformas políticas, envolvem não somente esse arcabouço do sistema eleitoral e partidário, mas, diz respeito a outros pontos sensíveis e que tanto interessam à sociedade brasileira.

Refiro-me, por exemplo, à questão federativa um pouco esquecida. Sinto, cada vez mais, que a federação se enfraquece em virtude de uma enorme concentração de poderes da União em detrimento de Estados

e Municípios. Essa constatação pode parecer paradoxal, sobretudo num momento em que a Constituição de 1988 considerou também os municípios entes federativos, o que levou o jurista Miguel Reale dizer que passamos a praticar, a partir da Constituição de 1988, de um federalismo trino. O que Reale queria dizer com essa expressão? Que além da União e os Estados, como assim se define geralmente uma federação, incluímos na Constituição de 1988, os municípios como entes federativos.

Vemos, como disse há pouco, concentração cada vez maior de poderes e sobretudo no plano fiscal, em prol da União, em detrimento para Estados e Municípios.

A CPMF, por ser uma contribuição, não repassava, conseqüentemente, parcela de seus recursos para o Fundo de Participação dos Estados – FPE, tampouco para o Fundo de Participação dos Municípios – FPM, o que mostra que a União continua a dispor de maior volume de recursos em detrimento dos dois demais entes da Federação.

Sabemos que a Federação foi a grande conquista da primeira constituição republicana de 1891 mas se quisermos recuar no passado, vamos verificar facilmente que a federação sempre foi um objetivo colimado por grandes figuras da época do Império. José Bonifácio, Patriarca da Independência, para dar um exemplo, tratou desse assunto. Poderia lembrar outros que também advogaram a federação, entre muitos, Rui Barbosa – de quem temos um busto aqui no Plenário – foi o primeiro federativista ou defederalista, se assim posso dizer, do que republicano. Ele só se converteu à República depois de ver que a Federação não era possível no Brasil durante a monarquia. A mesma coisa aplicaria a Joaquim Nabuco, um monarquista convicto até a Proclamação da República; Joaquim Nabuco defendia uma monarquia federalista ou federativa.

Um país com a extensão e dimensão do nosso não pode descurar da questão federativa. Temos de fortalecer a Federação até por aplicar o “princípio da subsidiariedade”, isto é, fazer com que aquelas questões menores sejam resolvidas pelos municípios; as questões que não podem ser resolvidas pelos municípios venham a ser resolvidas pelos estados, e somente venham ao plano federal quando transcenderem o âmbito do município ou do estado.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois não, concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a tem sido, sem dúvida nenhuma, o maior defensor da reforma política. É claro que outros par-

lamentares têm se interessado pelo tema, mas sem sombra de dúvida V. Ex^a se sobressai por ser estudioso e aprofundar essa questão, e ser persistente, sempre tentando convocar à responsabilidade os agentes públicos que deveriam assumir essa missão de promover uma reforma política no País. Se ela tivesse precedido as demais reformas, certamente as outras que vieram, e vieram precariamente, teriam sido melhor sucedidas, sem dúvida nenhuma; e, certamente, os percentuais de corrupção teriam sido reduzidos significativamente, não somente a corrupção eleitoral, mas a corrupção que vem depois do período eleitoral, até como consequência daquela havida durante as campanhas eleitorais. V. Ex^a está de parabéns por esse esforço. Esse é um tema que, lamentavelmente, é debatido há pelo menos dez anos no Congresso Nacional, e nós não avançamos. Certamente, com a liderança de V. Ex^a, poderemos despertar outras consciências para que assumam a responsabilidade desse debate com V. Ex^a. Parabéns, Senador Marco Maciel!

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Nobre Senador Alvaro Dias, agradeço as palavras de V. Ex^a. Tenho – e devo dar esse testemunho – acompanhado a participação de V. Ex^a em nosso debate e sei que V. Ex^a também tem sido um constante defensor dessas reformas.

Sr. Presidente, além das reformas a que já me reportei, inclusive o fortalecimento da Federação, precisamos também pensar em olhar as instituições republicanas. E, ao analisar as instituições republicanas, devemos buscar melhorar o desempenho dos Três Poderes. O Judiciário já foi objeto de uma Reforma Constitucional, a PEC 45, cujo relator nesta Casa foi o Senador José Jorge. Precisamos pensar na reforma do Legislativo a que V. Ex^a aludiu no discurso de abertura da sessão legislativa e também a reforma do Poder Executivo, pois assistimos, cada dia que se passa, ao aprofundamento de conflitos no plano federal; entre o Executivo e o Legislativo, entre o Legislativo e o Judiciário, etc.

Um dos temas que eu gostaria de destacar diz respeito, por exemplo, à questão das medidas provisórias, que tem produzido freqüente atrito entre o Legislativo e o Executivo, com seus reflexos no Poder Judiciário. Não podemos deixar de enfrentar neste momento a questão dos vetos. Ouço o nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Sr. Senador, sei que V. Ex^a já está no final do seu pronunciamento, o Presidente já sinalizou, mas eu gostaria, em breves palavras, apenas de me congratular com V. Ex^a pelas reflexões aqui feitas no seu discurso, envolvendo tema tão importante. O próprio

Presidente do Senado, o Senador Garibaldi Alves, foi muito preciso. S. Ex^a interpretou os sentimentos do Congresso Nacional, das duas Casas, do Senado e da Câmara, quando disse que há, realmente, uma invasão nas atribuições constitucionais do Poder Legislativo. E quando V. Ex^a toca nesse assunto, afirmando que deveremos fazer uma reforma política, modificando a forma de atuação das nossas instituições, atinge em cheio as pretensões da sociedade brasileira: cada Poder atuando de acordo com a sua competência, sem nenhuma porta aberta para a invasão dos poderes de um sobre o outro. Porque a verdadeira democracia é isto: harmonia entre os poderes. Os poderes são harmônicos e independentes. Infelizmente, temos de reconhecer que o Legislativo tem sido omissivo, principalmente com os projetos que são feitos aqui e enviados para a Câmara dos Deputados – eles praticamente dormem nas gavetas. É preciso, então, que haja um entendimento entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Quanto a isso, temos certeza de que V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e o nosso Presidente do Senado haverão de envidar esforços neste sentido, de um compartilhamento entre os Poderes, todos respeitando uns aos outros e as atribuições específicas definidas na nossa Constituição. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Agradeço, nobre Senador Antonio Carlos Valadares, o seu aparte, que deu novas considerações ao complexo tema. V. Ex^a observou que, pela tradição constitucional brasileira, os Poderes são independentes, mas devem ser harmônicos. Em busca dessa harmonia e, consequentemente, em busca de melhor prestar serviços à sociedade, precisamos aprimorar as nossas instituições e fazê-las cada vez mais atentas às grandes demandas da sociedade brasileira.

Nobre Presidente Garibaldi Alves Filho, encerro, portanto, as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador José Sarney. Em seguida, falará o Senador Tião Viana, nas comunicações inadiáveis, e, depois, o Senador Paulo Paim.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, este ano de 2008 é um ano de celebração para a Língua Portuguesa: quatrocentos anos do nascimento do Padre Antônio Vieira.

Aos 6 de fevereiro de 1608, nascia o Padre Vieira. Neste ano, foi o dia em que nós, aqui, abríamos esta sessão legislativa. Como se tratava de uma sessão solene, eu achei que não devia – nem podia, na forma do Regimento –, interromper a solenidade para dizer

dessa grande data. Mas hoje venho aqui, nesta primeira oportunidade, para dizer o que representa para todos nós, brasileiros e portugueses, este ano de 2008.

As datas redondas constituem uma parada no tempo. Quatrocentos anos! E quatrocentos anos em que a figura de Antônio Vieira ocupou e dominou nosso universo como – na definição de Fernando Pessoa – “Imperador da Língua Portuguesa”.

Eu recorro Vieira com um dado pessoal que me é muito grato, porque, a vida inteira, sempre fui um cultor e leitor de Vieira. As centenas e centenas de citações que tenho feito, ao longo da minha vida, do Padre Antônio Vieira, atestam a minha fidelidade a essa leitura, que não parou um só tempo, tendo sempre entre meus livros de cabeceira textos de Vieira e estudos a respeito de sua vida e obra.

Quando eu comecei, muito jovem, a gostar de escrever, eu pedi ao meu pai, que era um leitor dos clássicos portugueses, para orientar a minha formação. E ele então me respondeu: “Meu filho, em primeiro lugar, você leia o Padre Vieira”. E eu lhe respondi: “E depois, meu pai?” Ele disse: “Você leia uma vez mais o Padre Vieira”. E, eu tornei a perguntar: “E depois?” Ele disse: “Leia o Padre Antônio Vieira”. Eu segui esse conselho ao longo da minha vida, desde os primeiros anos da minha juventude. E insisti: “E depois, meu pai, só vou ler o Padre Antônio Vieira?” Ele disse: “Não. Quando você estiver mais maduro, você leia ‘Um estadista do Império’ de Joaquim Nabuco, que é o livro melhor escrito em língua portuguesa no Brasil”. Portanto, é essa fidelidade ao Padre Vieira é que me faz vir aqui, com uma grande felicidade, exaltá-lo, porque é um autor de minha permanente convivência.

O livro tem, para quem gosta de livro, um gosto não só no ler, mas também, às vezes, no tocar. Ele tem uma mágica tátil. Nós nos sentimos felizes em tocá-lo. Assim, gostando de livros, uma das coisas que procurei ter foram edições raras do Padre Antônio Vieira. Tive a felicidade de ter a primeira edição do Padre Antônio Vieira – toda a coleção da primeira edição, desde quando os primeiros volumes foram publicados, ele ainda vivo.

Mais ainda, Srs. Senadores – os Srs. Senadores estão, naturalmente, admirados ou com medo de eu ler esses livros aqui, durante a sessão –, tive uma outra felicidade também. Quando Presidente da República, fui à **New York Library**, a Biblioteca de Nova Iorque, e, lá, eles me organizaram uma exposição de livros raros sobre língua portuguesa, sobre o Brasil. E entre esses livros eles colocaram, como uma raridade bibliográfica, a biografia do Padre Antônio Vieira feita pelo Padre André de Barros.

Não disse nada, mas eu também tinha na minha coleção de livros, na minha biblioteca construída ao longo, a primeira edição deste livro. E para, talvez, elogiar o Padre Vieira eu não precisasse outra coisa senão ler o frontispício da obra, que diz:

“Vida do apostólico Padre Antônio Vieira, da Companhia de Jesus, chamado por antonomásia ‘O Grande’, aclamado no mundo por ‘Príncipe dos Oradores Evangélicos’, pregador incomparável dos Augustíssimos Reis de Portugal, varão esclarecido em virtude e letras divinas e humanas, restaurador das Missões do Maranhão e do Pará, dedicado ao Sr. Infante Dom Antonio, pelo Padre André de Barros, da Companhia de Jesus, feito na Oficina de Lisboa, Silviana, em 1746.”

Estou mostrando esse livro aqui para que também fique nos Anais do Senado o que se dizia a respeito do Padre Antônio Vieira, já no título do livro de Padre André de Barros.

Mas para não ficar aí, também recebi um milagre de Padre Antônio Vieira. Eu estava na Bienal de Veneza, e na hora do almoço procurava, como sempre, uma livraria. Fui a um sebo e ao olhar a vitrine lá estava um livro: Padre Vieira. Não é possível! Era uma raridade bibliográfica que eu sabia de uma raríssima edição, em italiano, de uma seleção dos Sermões do Vieira, os de Maria, Rosa Mística. Estava aberto lá na vitrine. Eu disse: “isso é uma graça, um milagre do Padre Vieira para comigo, pela minha devoção para com ele”. O estabelecimento estava fechado e eu não saí da porta do estabelecimento, com medo de que alguém entrasse na minha frente na hora que ele fosse aberto e levasse o livro. Esperei ali na porta até abrir, depois das três horas da tarde. Comprei esta edição que é uma raridade bibliográfica, porque são poucos volumes que existem no mundo, e que foi publicado em 1698. A edição foi feita por Geovanni Badoaro, que era patriarca de Veneza naquele tempo.

A vida do Padre Vieira é uma vida extraordinária porque é uma vida de ação e ao mesmo tempo uma vida de pregação, é uma vida que tem um pouco de lendas, um pouco de realidade, um pouco de ficção, mas, sobretudo, é a construção da grande obra que é por todos nós reverenciada.

Existe na Bahia uma pequena imagem quinhentista da Virgem das Maravilhas. É a nossa imagem mais milagrosa, ou pelo menos a que fez o maior milagre: um dia, com um *estalo*, transformou um pequeno portuguêsinho no Imperador da Língua Portuguesa, Antônio Vieira.

Vieira nasceu no dia 6 de fevereiro de 1608 – há 400 anos – numa viela da Alfama – um bairro bem português, um bairro pobre, que muito se assemelha nos seus becos, nas suas vielas, com a área da cidade

velha de São Luís do Maranhão –, a rua dos Cônegos, atrás da Sé de Lisboa, filho de um pequeno funcionário que fora nomeado *Escrivão dos Agravos e Apelações Cíveis da Relação da Bahia*, Cristóvão Vieira Ravasco, e de dona Maria de Azevedo. Sua avó paterna era negra ou mulata. Aos 6 anos o pai, que viera ao Brasil tomar posse no cargo, voltou para buscá-los.

A primeira grande lenda do Padre Vieira se refere justamente a como ele teve a cabeça iluminada. A Cidade da Bahia de São Salvador tinha naquele tempo 3.000 portugueses, 8.000 índios e 3 a 4.000 negros, e já se dividia em Cidade Alta e Cidade Baixa, unidas por dois elevadores. A alguns passos da Porta de São Bento – mais ou menos onde hoje Castro Alves estende o braço ao povo – morava a família. O menino, como tantos outros, estudava no Colégio da Companhia de Jesus, no outro lado da cidade, no Terreiro de Jesus. Ali as igrejas gêmeas, do Colégio e da Sé, ainda sem os ouros e maravilhas, eram o deslumbramento da cidade. No altar principal, essa imagem da Mãe de Deus, os braços estendidos que oferecem o Menino Jesus, despido de roupas e ornamentos, despido de poder e glória, a nossa salvação: essa a maravilha maior da História, que Deus e Nossa Senhora tenham oferecido Seu Filho. Maravilhado, o portuguêsinho António orou. Era tido como parco de inteligência. Ouvia-se um estrondo, um estalo rompeu-lhe as portas, abriu-lhe as janelas, inundou de luz essa inteligência tão extraordinária que ainda trazia reflexos quando, cem anos depois, mudaram de lugar seu crânio.

A partir de então foi o mais brilhante estudante da Companhia de Santo Inácio. Deixou a casa paterna, assumiu essa nova casa – *aos 11 de março de 1623, ouvindo uma história do inferno, em uma pregação da tarde, do Padre Manuel do Couto, me deu Deus a primeira inspiração eficaz de entrar religioso*, escreveu –, nela fez os estudos todos, todos os votos, entre eles o exclusivo da Companhia, de obedecer como um cadáver – *perinde ac cadaver* – à hierarquia da Igreja, isto é, a seus superiores, ao Papa Negro e ao Papa Romano.

Ele teve sempre uma grande fidelidade, um grande amor pela Companhia de Jesus. Relembro que, quando o Papa João Paulo II esteve aqui no Brasil, eu mandei fazer uma edição rara, apenas 1 exemplar, para que ficasse como uma raridade na biblioteca do Vaticano, de 7 sermões de Vieira. O primeiro deles era o sermão chamado do Beato Estanislau, que é um santo polonês. Nesse sermão ele já falava da sua devoção à Companhia de Jesus, dizendo que, se ele saísse da Companhia, se fosse expulso, ele ficaria na porta dormindo até que os muros caíssem e ele pu-

desse entrar de novo na Companhia, como o Beato Estanislau havia feito.

Aos 16 anos foi encarregado de escrever o relatório dos acontecimentos da Província, no lugar do Superior. Esse é o primeiro documento que temos de sua autoria, embora não em língua portuguesa: a longa carta, narrativa viva e minuciosa da invasão holandesa 1624, foi escrita em latim, em que já superava a toda a comunidade. Mais tarde ele mesmo a traduziu.

Nos próximos 73 anos, António Vieira foi um criador incansável, e contê-lo e classificá-lo será sempre vã tentativa. Não quero e não devo e não posso passar aqui a tarde a me deslumbrar com seus pensamentos, palavras e obras, atos e omissões, Sr. Presidente – já vi que V. Ex^a foi tão generoso e eu estava a pedir que desse os dez minutos do Senador Marco Maciel para que eu pudesse utilizá-los – repito apenas uma palavra do próprio Vieira, lembrando S. João que dizia que o coro dos anjos parara meia hora *para se ouvirem as vozes da terra: eu farei por não exceder a meia, nem ainda o quase*.

Gigante que ocupou o seu século, Vieira é uma multidão de temas: índios, negros, judeus, e a defesa das minorias; a causa do encoberto, o quinto império, a Clavis Prophetarum, isto é, as diversas vertentes do que chamou História do Futuro; a viabilidade da economia luso-brasileira, seus caminhos, sua intervenção; a relação Portugal-Brasil, Reino-Colônia; a Amazônia, a natureza brasileira, descrita na observação direta e objetiva; as guerras de *religiões*, jesuítas versus dominicanos, as questões das províncias jesuítas; de como desafiar a Inquisição e sobreviver nos seus cárceres; o cortesão, em Portugal e Roma, o confessor de D. João IV e o orador de Cristina de Suécia; o devoto mariano, o canto de Maria, Rosa Mística; o velho da cidade da Bahia; o combatente do Maranhão; o inventor da língua portuguesa do Brasil...

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Sr. Senador José Sarney, V. Ex^a me concede uma breve intervenção?

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Com muito prazer Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do orador.) – Gostaria de felicitar V. Ex^a pela iniciativa de vir à tribuna do Senado para suscitar, com o conhecimento de que V. Ex^a é possuidor, a passagem dos 400 anos de nascimento do Padre Vieira que estamos celebrando neste ano. Ele nasceu, como lembrado, no dia 6 de janeiro de 1608 e viveu quase 90 anos, senão me engano 89 anos...

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – 89 anos.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – 89 anos e podemos dizer...

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Esse livro foi publicado ainda quando ele vivia.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Pois bem, pelo fato de haver tido uma vida longa – naquela época, a expectativa de vida era muito mais baixa –, ele, uma pessoa superdotada, pensou nos diferentes campos, não somente no religiosos, mas também no da política externa. Tratou de temas, como V. Ex^a lembrou, extremamente complexos, como as questões indígena, da escravidão, de enfrentamento de problemas que lhe valeram, como mencionado por V. Ex^a, punições inclusive por parte da Santa Sé. Vieira, nascido em Lisboa, foi, como se diz, “um cidadão de dois mundos”: do mundo europeu e do mundo americano. Vieira deixou peças extremamente importantes não somente da oratória religiosa, mas também sobre questões políticas. Por isso, mais do que um sacerdote, ele foi um ente político, por que fez política externa. Com relação a Pernambuco, ele foi autor de uma opinião extremamente polêmica a respeito da invasão holandesa, depois por ele retificada, deixou mais clara a sua posição. É muito oportuno que nesta hora nos lembremos do Padre Antônio Vieira. Estou certo de que devemos fazer uma sessão especial do Senado Federal em homenagem à passagem dessa efeméride, pois é instante para que reflitamos sobre o nosso passado e nos ajude a iluminar o futuro. Sobre Vieira há muito a ser discutido e estudado, em função de problemas de seu tempo ainda atuais e que, conseqüentemente, merecem a nossa atenção. Espero, portanto, concluindo o meu aparte, que possamos fazer desses 400 anos de Vieira um instante de reflexão, inclusive sobre a Língua Portuguesa, de que ele foi um cultor admirável, servindo de mestre não somente no Brasil, mas também em Portugal.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a, realmente, traz um dos aspectos da vida do Padre Antônio Vieira. Como eu disse, ele não foi somente um pregador, ele foi também um homem de ação e, como homem de ação, ele se dedicou a causas extraordinárias, como a da liberdade dos índios, com tudo que ele desafiava para isso nas missões do Maranhão e do Pará, até ser expulso. E depois sua ação diplomática, vamos dizer assim, na Europa, e sua ação política com a causa dos judeus.

Sobre esse caso de Pernambuco a que V. Ex^a aludiu, que realmente ele chamava de troca *a retro-aberto* dos territórios, foi graças a ele que a reação pernambucana contra os holandeses pôde ser feita, porque foi dele a iniciativa de criar a companhia do comércio, que deu tão bons resultados e que sustentou a reação pernambucana.

Nos anos de formação, Vieira deseja, sobretudo, ser missionário. Trabalha com os negros. Visita as aldeias de índios entre Salvador e Olinda. Contém ainda sua rebeldia. Essa só explode quando os holandeses voltam à Bahia, sob o comando de Nassau, e Deus não toma as providências evidentes: afinal, se dirige ao Céu, *Vossa mão foi a que venceu e sujeitou tantas nações bárbaras, belicosas e indômitas*. As conseqüências serão fatais, sobretudo a ele, Senhor, que sairá do sermão arrependido. Os hereges andarão a dizer que sua religião é a verdadeira, e a católica falsa. Enfim – cito novamente – *já sei, Senhor, que vos haveis de enternecer e arrepender*. ...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

... E Deus o ouve, e logo a Bahia é libertada. É quando a ela chega o Marquês de Montalvão. Diante dele, dirige-se novamente a Deus: *Perde-se o Brasil, Senhor (digamo-lo em boa palavra), porque alguns ministros de Sua Majestade não vêm cá buscar o nosso bem, vêm buscar os nossos bens*. Assim, *o Brasil o dá, Portugal o leva*. À denúncia, junta a solução: *tudo o que se tirar do Brasil com o Brasil se há de gastar*.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Pouco depois, na Restauração – o retorno da coroa de Portugal aos portugueses, com D. João IV, depois dos 60 anos de domínio espanhol – nosso Padre é enviado com a delegação que vai saudar o novo rei. João Lúcio de Azevedo, seu grande biógrafo, começa sua *História de Antônio Vieira* com uma citação: *aos 28 de 641 chegamos a Peniche onde quiseram matar ao Marechal. Aos 29 de 641 me quiseram matar e me prenderam; e parti para Lisboa aos 30 de 641; cheguei a Lisboa e via a Sua Majestade*. D. João se deslumbrou com o que chamava *sua lábia*. Em um instante se torna Pregador Régio, o homem mais polêmico da corte, opinando decisivamente nas grandes questões do momento: a guerra com Espanha e Holanda – e nela o problema brasileiro – e o papel dos judeus na vida e na economia portuguesa. Durante dez anos bate, bate, e aconselha, e negocia. Vai em missões a Holanda, França e Itália. Visita sinagogas. Veste *grã* – carmim, vermelho vivo – com rendas, espada à cinta, e assim o vê um religioso que o vai denunciar ao Santo Ofício.

Sr. Presidente, nem comecei o meu discurso que trouxe escrito, porque, evidentemente, não pude fazê-lo em função do nosso horário. Não quero...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Presidente José Sarney, V. Ex^a deseja quantos minutos de prorrogação?

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Sr. Presidente, eu nem posso dizer, porque eu iria pedir a sessão

inteira. De maneira que, não podendo fazer isso, para não criar constrangimento nem a V. Ex^a nem a mim, eu queria justamente fazer como fez o Senador Marco Maciel, terminar e entregar o discurso à Taquigrafia para que possa constar dos **Anais** da nossa Casa.

Mas eu queria terminar com os versos sobre Vieira...

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Presidente Sarney, só queria acrescentar às palavras de V. Ex^a muito oportunas, que Vieira não se omitiu sobre assunto algum. Ns seus sermões, disse – posso não transcrever literalmente suas palavras – que a omissão é um pecado que se comete, não se cometendo. Isso mostra bem sua preocupação em falar sem cessar dos assuntos que considerava relevantes. Cumprimento V. Ex^a mais uma vez.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Não há um tema que não encontramos o Padre Vieira discutindo, aqui ou ali, polêmico ou não. Ele mesmo dizia: “A minha voz é uma trombeta.” E Odylo Costa, filho dizia: “Esse padre tinha a língua do diabo.” Na realidade, é isso o que ele representa para todos nós.

Para mim, Sr. Presidente, ele representa uma parte da minha vida. Foi um companheiro, por meio dos seus livros, que, desde a minha juventude, não me abandonou e que, até hoje, continua ao meu lado, acompanhando-me, lendo-o com o mesmo encantamento que li quando comecei a ler o primeiro sermão de Vieira.

Quero terminar não com minhas palavras, mas com as palavras de Fernando Pessoa, no seu único livro, *Mensagem*, publicado quando ainda era vivo, em que diz:

O céu estrela o azul e tem grandeza.
Este, que teve a fama e a glória tem,
Imperador da língua portuguesa...

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOSÉ SARNEY

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores:

Existe na Bahia uma pequena imagem quinhentista da Virgem das Maravilhas. É a nossa imagem mais milagrosa, ou pelo menos a que fez o maior milagre: um dia, com um *estalo*, transformou um pequeno portuguêsinho no maior de todos os brasileiros, António Vieira.

Vieira nasceu no dia 6 de fevereiro de 1608 – há 400 anos – numa viela da Alfama, a rua dos Cônegos, atrás da Sé de Lisboa, filho de um pequeno funcionário que fora nomeado *Escrivão dos Agravos e Apelações Cíveis da Relação da Bahia*, Cristóvão Vieira Ravas-

co, e de dona Maria de Azevedo. Sua avó paterna era negra ou mulata. Aos 6 anos o pai, que viera ao Brasil tomar posse no cargo, voltou para buscá-los.

A Cidade da Bahia de São Salvador tinha naquele tempo 3.000 portugueses, 8.000 índios e 3 a 4.000 negros, e já se dividia em Cidade Alta e Cidade Baixa, unidas por dois elevadores. A alguns passos da Porta de São Bento – mais ou menos onde hoje Castro Alves estende o braço ao povo – morava a família. O menino, como tantos outros, estudava no Colégio da Companhia de Jesus, no outro lado da cidade, no Terreiro de Jesus. Ali as igrejas gêmeas, do Colégio e da Sé, ainda sem os ouros e maravilhas, eram o deslumbramento da cidade. No altar principal, essa imagem da Mãe de Deus, os braços estendidos que oferecem o Menino Jesus, despido de roupas e ornamentos, despido de poder e glória, a nossa salvação. Maravilhado, o portuguêsinho António orou. Era tido como parco de inteligência. Ouviu-se um estrondo, um estalo rompeu-lhe as portas, abriu-lhe as janelas, inundou de luz essa inteligência tão extraordinária que ainda trazia reflexos quando, cem anos depois, mudaram de lugar seu crânio.

A partir de então foi o mais brilhante estudante da Companhia de Santo Inácio. Deixou a casa paterna, assumiu essa nova casa – *aos 11 de março de 1623, ouvindo uma história do inferno, em uma pregação da tarde, do Padre Manuel do Couto, me deu Deus a primeira inspiração eficaz de entrar religioso*, escreveu –, nela fez os estudos todos, todos os votos, entre eles o exclusivo da Companhia, de obedecer como um cadáver – *perinde ac cadaver* – à hierarquia da Igreja, isto é, a seus superiores, ao Papa Negro e ao Papa Romano.

Aos 16 anos é o jovem o encarregado de escrever o relatório dos acontecimentos da Província, no lugar do Superior. Esse é o primeiro documento que temos de sua autoria, embora não em língua portuguesa: a longa carta, narrativa viva e minuciosa da invasão holandesa 1624, foi escrita em latim, em que já superava a toda a comunidade. Mais tarde ele mesmo a traduziu.

Nos próximos 73 anos, António Vieira foi um criador incansável, e contê-lo e classificá-lo será sempre vã tentativa. Não quero e não devo e não posso passar aqui a tarde a me deslumbrar com seus pensamentos, palavras e obras, atos e omissões; repito apenas uma palavra sua, lembrando S. João que dizia que o coro dos anjos parara meia hora *para se ouvirem as vozes da terra: eu farei por não exceder a meia, nem ainda o quase*.

Gigante que ocupou o seu século, Vieira é uma multidão de temas: índios, negros, judeus, e a defesa das minorias; a causa do encoberto, o quinto império,

a Clavis Prophetarum, isto é, as diversas vertentes do que chamou História do Futuro; a viabilidade da economia luso-brasileira, seus caminhos, sua intervenção; a relação Portugal-Brasil, Reino-Colônia; a Amazônia, a natureza brasileira, descrita na observação direta e objetiva; as guerras de *religiões*, jesuítas versus dominicanos, as questões das províncias jesuíticas; de como desafiar a Inquisição e sobreviver nos seus cárceres; o cortesão, em Portugal e Roma, o confessor de D. João IV e o orador de Cristina de Suécia; o devoto mariano, o canto de Maria, Rosa Mística; o velho da cidade da Bahia; o combatente do Maranhão; o inventor da língua portuguesa do Brasil...

Nos anos de formação, Vieira deseja, sobretudo, ser missionário. Trabalha com os negros. Visita as aldeias de índios entre Salvador e Olinda. Contém ainda sua rebeldia. Essa só explode quando os holandeses voltam à Bahia, sob o comando de Nassau, e Deus não toma as providências evidentes: afinal, se dirige ao Céu, *Vossa mão foi a que venceu e sujeitou tantas nações bárbaras, belicosas e indômitas*. As conseqüências serão fatais, sobretudo a ele, Senhor, que sairá do sermão arrependido. Os hereges andarão a dizer que sua religião é a verdadeira, e a católica falsa. Enfim – cito novamente – *já sei, Senhor, que vos haveis de enternecer e arrepender*. E Deus o ouve, e logo a Bahia é libertada. É quando a ela chega o Marquês de Montalvão. Diante dele, dirige-se novamente a Deus: *Perde-se o Brasil, Senhor (digamo-lo em boa palavra), porque alguns ministros de Sua Majestade não vêm cá buscar o nosso bem, vêm buscar os nossos bens*. Assim, *o Brasil o dá, Portugal o leva*. À denúncia, junta a solução: *tudo o que se tirar do Brasil com o Brasil se há de gastar*.

Pouco depois, na Restauração – o retorno da coroa de Portugal aos portugueses, com D. João IV, depois dos 60 anos de domínio espanhol – nosso Padre é enviado com a delegação que vai saudar o novo rei. João Lúcio de Azevedo, seu grande biógrafo, começa sua *História de António Vieira* com uma citação: *aos 28 de 641 chegamos a Peniche onde quiseram matar ao Marechal. Aos 29 de 641 me quiseram matar e me prenderam; e parti para Lisboa aos 30 de 641; cheguei a Lisboa e via a Sua Majestade*. D. João se deslumbrou com o que chamava *sua lábia*. Em um instante se torna Pregador Régio, o homem mais polêmico da corte, opinando decisivamente nas grandes questões do momento: a guerra com Espanha e Holanda – e nela o problema brasileiro – e o papel dos judeus na vida e na economia portuguesa. Durante dez anos bate, bate, e aconselha, e negocia. Vai em missões a Holanda, França e Itália. Visita sinagogas. Veste *grã* – carmim, vermelho vivo – com rendas, espada à cin-

ta, e assim o vê um religioso que o vai denunciar ao Santo Ofício.

Por duas vezes propôs políticas perigosas, pelas quais foi muito atacado. Uma delas foi a mudança da capital do reino para o Brasil. O que seríamos, se tivéssemos tido imprensa e universidade no século XVII? A outra foi a incorporação da riqueza dos judeus à economia portuguesa.

Sua obra desses anos, dizia, dera, sim, resultados concretos: por sugestão sua fizera-se a Companhia de Comércio que bancou a reação final em Pernambuco; por sugestão as caravelas haviam sido substituídas por navios maiores e mais poderosos; por sugestão sua trouxeram-se para o Brasil as especiarias e plantas da Ásia – e talvez devêssemos fazer uma oração ao Padre Vieira quando comemos uma manga, uma jaca, uma fruta-pão como se fossem frutas brasileiras.

Chega o ano de 1652. Desiludido com a corte e a diplomacia, Vieira reúne uma vintena de religiosos para restaurar a missão no Estado do Maranhão, que o padre Luís Figueira deixara com a vida em 1643. Parte para São Luís, pequena cidade de seiscentos fogos, já com o traçado que corria desde o antigo forte fundado pelos franceses em direção ao interior da ilha, da mata, do desconhecido. A tarefa é salvar os índios. Os colonos são ferozes: a única coisa que se dispõem a fazer é trucidar – alguns anos antes Bento Maciel Parente passava por ter morto meio milhão de *selvagens* na região. Tendo trocado os palácios de Lisboa, Amsterdã, Paris, Roma, pelas casas pobres de São Luís, o colchão por uma rede, parte para dupla luta: converter os índios, salvar suas almas, e libertar os índios, salvar seus corpos.

Se desdobra entre a selva e as duas cidades do Maranhão, São Luís e Belém. Aprende as inúmeras línguas da região. Negocia compromissos. Mas finalmente parte para a luta. Consegue uma ordem régia de liberdade. A cidade se revolta. Ele escreve ao rei:

Os moradores deste novo mundo (que assim se pode chamar) ou são portugueses ou índios naturais da terra. Os índios uns são gentios, que vivem nos sertões, infinitos no número e diversidade de línguas; outros são pela maior parte cristãos, que vivem entre os portugueses. Destes que vivem entre os portugueses uns são livres, que estão em suas aldeias, outros são parte livres parte cativos, que moram com os mesmos portugueses e os servem em suas casas e lavouras, e sem os quais eles de maneira nenhuma se podem sustentar... Os índios que moram em suas aldeias, com o título de livres, são muito mais cativos que os que moram nas casas particu-

lares dos portugueses, só com uma diferença, que cada três anos tem um novo senhor, que é o governador ou capitão-mor que vem a estas partes, o qual se serve deles como de seus, e os trata como alheios, em que vem a estar de muito pior condição que os escravos, pois, ordinariamente os ocupam em lavouras de tabaco, que é o mais cruel trabalho de quantos há no Brasil...

Durante algum tempo consegue uma convivência. Mas logo em São Luís a revolta reacende-se. Do púlpito, na festa de Santo António, fala aos peixes, na mais feroz sátira que o povo – todo ele reunido para a obrigação da missa – podia ouvir. E parte para buscar reforço em Portugal.

Na passagem fulminante pela capital usa a Capela Real para desferir golpes a torto e a direito. Todos, os dominicanos, a inquisição, os ministros, os áulicos, e, por quê não, o Rei, levam sua vergastada: *os príncipes são companheiros dos ladrões. E por quê? São companheiros dos ladrões, porque os dissimulam; são companheiros dos ladrões, porque os consentem; são companheiros dos ladrões porque lhes dão os postos e os poderes; são companheiros dos ladrões, porque os defendem; e são, finalmente, seus companheiros, porque os acompanham e não de acompanhar ao inferno, onde os mesmos ladrões os levam consigo.*

Volta com um novo governador, André Vidal de Negreiros, um dos heróis de Pernambuco. Com o novo estado de coisas, por um tempo se dedica às almas. Em 1660 desce a costa maranhense *a pé e descalço*, em jornada à Serra do Ibiapaba. Atravessa os lençóis maranhenses – *25 léguas de perpétuos areais, chamados vulgarmente os Lançóis* –, a jornada infundável pela areia. É o *Pai Grande*, o herói da batalha contra a escravidão dos índios.

Na minha terra António Vieira travou o bom combate, foi o defensor da liberdade, o resistente à opressão. A vida era simples, o Maranhão era muito pobre, o Colégio – adaptação da pequena ermida que em 1612 construíra Claude d’Abeville – era uma das poucas casas de pedra e cal, *um corredor, com quatro cubículos por baixo e seis por cima, dos quais um era livraria, outro rouparia, outro botica, outro adega, outro tinha as coisas da sacristia, outro outros despejos de casa, com que apenas ficavam quatro livres para morar e tomar exercícios, sendo às vezes dezasseis os que ali se ajuntavam, e não havendo outro lugar em que receber as visitas dos seculares senão o mesmo corredor, a primeira cama dera à Santa Casa, a roupa sotainas remendadas, de algodão grosseiro, tinto na lama, e um pouco de farinha era o bastante para luta.*

A roda da fortuna se move. Morre o rei, André Vidal volta a Pernambuco, e a ambição volta a levantar os colonos. Está navegando do Gurupá para São Luís em maio de 1661 quando lhe chega notícia da nova revolta. Volta a Belém. Mas os rebeldes dominam toda a colônia. Numa canoa furada o levam para São Luís, de lá o mandam a Lisboa. Uma velha caravela o conduz para um país mergulhado em crise. Nunca mais pisará no Maranhão.

Mas ele descobrira que o Maranhão também era a terra prometida pelo profeta: *Assim que vem a dizer Isaías que a terra de que fala é terra que usa embarcações que têm nomes de sinos; e estas são pontualmente os maracatins dos Maranhões. [...] E não faz dúvida dizer o profeta que estas embarcações iam ao mar: Qui mittit in mare; porque, além de entrarem com elas pelo mar Oceano, o mesmo arquipélago que dizemos, de água doce, se chama na sua língua, por sua grandeza, mar, e de aqui veio o nome que os Portugueses lhe puseram de Grão-Pará ou Maranhão, o que tudo quer dizer mar grande, porque Pará significa mar.*

Em Portugal logo cai nas garras da Inquisição. A luta começara na década de 40, com a defesa da causa maldita da liberdade dos judeus e cristãos-novos, pedindo que fossem *abertas e publicadas* as acusações contra eles, e isentos de confisco seus bens. Com ele forte, a Inquisição deixara passar, mas fora acumulando pacientemente as denúncias. Morto D. João IV, cheio de inimigos na Colônia e no governo, começa o processo. Indiciado em fevereiro de 1663, desde maio em prisão domiciliar, é enfim conduzido aos cárceres do Tribunal do Santo Ofício, da Inquisição. No quarto de quinze palmos por doze, sem janela, passará de 1º de outubro de 1665 até o Natal de 1667.

O processo de Vieira – sua defesa foi publicada pelo professor Hernani Cidade em 1957 – levanta ao vivo a questão da visão profética. Uma professora de Campinas, Adma Muhana, mostrou que nesses quatro anos, de um lado, os inquisidores tentam formalizar o pensamento de Vieira, e este, esgrimindo passo a passo, argumenta – viva voz –, que somente dá *opiniões prováveis*. Anos terríveis, pela prisão e pelas condições de saúde – a constante recaída de malária antiga, com febres e hemoptises, e outras conseqüências da dura vida que levava no Brasil e do clima em Coimbra – e que terminam com a condenação à privação de pregar e de voz ativa e passiva para sempre, e reclusão perpétua em casa da Companhia. Escapara do auto-de-fé.

Saíra vivo, e já nova reviravolta política muda sua situação: D. Afonso VI, declarado incompetente, é substituído pelo irmão, D. Pedro II, proposta que Vieira formulara alguns anos antes. A sentença é relaxada,

tem a oportunidade de buscar em Roma sua revisão. Um breve de Clemente X o declarará, e a todos seus escritos, sujeito unicamente ao juízo papal. São anos de uma glória cansativa, cercado pela adulação nas três cortes romanas, a do Papa, a do Papa Negro – o Geral da Companhia de Jesus –, Padre João Paulo Oliva, e a da Rainha Cristina de Suécia.

De volta ao Brasil, sem abandonar suas tarefas sacerdotais, inicia a tarefa desmesurada de organizar seus sermões, que dizia fazer por obrigação e encomenda. Conservava, por mares e desastres – até mesmo resgatando a dinheiro um baú capturado por piratas – os borrões, apontamentos em estado caótico, indicações para a composição feita ao vivo, com a prodigiosa memória que lhe permitia fazer, não só dezenas de citações das escrituras em cada sermão, mas as citações exatas. Tornava-se escritor à força, pois mais do que ninguém sabia que seus sermões eram peças únicas, movidas por circunstância e auditório, e, mais ainda, pelos princípios da arte oratória. Dizia: *começo a tirar da sepultura estes meus borrões, que sem a voz que os anima, ainda resuscitados, são cadáveres.*

Nunca saberemos como era sua voz, mas os testemunhos são unânimes no louvor da pronúncia precisa, do volume poderoso, do encanto do sotaque brasileiro. Nas grandes igrejas de Portugal, nas capelas de França, nas basílicas romanas, nas barrancas maranhenses, ela era ouvida com igual admiração. Por si só já era meio convencimento. A figura ficou em uns poucos retratos: mulato, mouro como dizia Shakespeare de Otelo – e da origem humilde ficou o assento de batismo.

Falava várias línguas: o latim aprendido ainda menino, depois as línguas indígenas do Estado do Brasil, começando pela *geral*, e o português, o francês, o italiano, o espanhol...; mas no Estado do Maranhão elas eram centenas, e ele as dominou apesar das dificuldades: *Por vezes me aconteceu estar com o ouvido aplicado à boca do bárbaro, e ainda do intérprete, sem poder distinguir as sílabas, nem perceber as vogais ou consoantes de que se formavam, equivocando-se a mesma letra com duas e três semelhantes, ou compondo-se – o que é mais certo – com mistura de todas elas.* Era inquieto, inquisitivo, perspicaz. Ativo: andava de um lado para outro o tempo todo, quando não estava viajando, a pé, a cavalo, em carro, em nave grande ou pequena, em canoa. Se era possível escrevia dia e noite, se não, à noite. Sermões, cartas aos grandes, ou a história do futuro.

Apesar do que parece à primeira vista, Vieira não foi essencialmente um *animal político*. Um defensor da justiça e liberdade, sim. Vieira lutou por causas difíceis, mas sobretudo pelos oprimidos. Mas, antes de chegar a Portugal pela primeira vez, em 1641, e depois de voltar, expulso, do Maranhão, ele não foi um propugnador político,

um homem de soluções. As exceções foram sua atividade na defesa dos judeus em Roma, em 1670/5, continuação de sua batalha ao longo dos anos 40, e três pareceres sobre os índios. Para a defesa da gente hebréia, feita por um homem que ainda não se livrara completamente dos grillhões, era necessária uma coragem excepcional, que ele tinha; mas o combate se inseria no contexto de sua guerra particular: ajudar os judeus, além de justo, feria a Inquisição. A defesa dos índios, respondendo a consultas em 1668, 78 e 94, é um eco do combate antigo.

No período de ação política, 1641–1662, seus únicos objetos (fora da atividade religiosa) foram a consolidação do Estado português, do Portugal restaurado, e mais os dois problemas de opressão com que se defrontou. No contexto português, a minoria perseguida era a judiaria, judeus e cristãos-novos; no Maranhão, era o índio.

Na Bahia, onde existia o problema da escravidão negra, Vieira não exerceu propriamente ação política. Os sermões do período filipino, se duros na descrição das situações – da espoliação colonial, por exemplo – não apresentavam soluções ou alternativas, não pretendiam intervir, mudar a realidade. Os sermões do Rosário correspondem quase todos a este período. Eles antecedem, neste caso, ao exame (longo, arguto, minucioso, político) da questão indígena. Nos textos não políticos, é ainda maior o horror com que Vieira vê o sofrimento negro do que como vê a miséria índia. Seguiu o tão citado versículo de Isaías: *Brada, ó pregador, e não cesses; levanta a tua voz como trombeta.* E como soa alto sua trombeta.

Antônio Vieira é um precursor, avançado no tempo, da defesa do negro. Foi um dos raros europeus de seu tempo a fazer a denúncia da escravidão – não há, em língua portuguesa, palavras que queimem como as dele, nem as de Castro Alves. Assim reivindica para os negros que chama imitadores de Cristo (e para um jesuíta a imitação de Cristo é o ideal de santidade) um papel maior no Reino do Céu.

Já velho, fazendo um breve, brevíssimo comentário sobre Palmares, Vieira parece voltar à lógica dos raciocínios inverificados e inverificáveis: sustenta que a *liberal e segura liberdade* é a única solução do conflito.

Uma lucidez absoluta – só rompida em raros momentos de irritação, que o leva a puxar a faca a um traidor, ou de emoção, ao ver uma mulher chorar os filhos vivos, que estes ainda sofrem –, ao lado da luta pela liberdade, marca sua imagem de homem de contrastes. E é nos contrastes, justamente, que se descobre a humanidade de Vieira, a enorme humanidade de Vieira: são os contrastes feitos pela busca dos destinos dos homens e do destino do homem.

Vieira era, a um só tempo, um pragmático e um sonhador. Era o homem da História do Futuro e do Pa-

pel Forte. Mas não era um realizador. Um só Império ele conquistou: a língua portuguesa.

Quero concluir dando a palavra aos poetas. São versos de Miguel Torga, nos *Poemas Ibéricos*:

Filho peninsular e tropical
De Inácio de Loyola,
Aluno do Bandarra
E mestre
De Fernando Pessoa,
No Quinto Império que sonhou, sonhava
O homem lusitano
À medida do mundo.
E foi ele o primeiro,
Original
No ser universal...
Misto de gênio, mago e aventureiro.
 E versos de Fernando Pessoa, em *Mensagem*:

O céu estrela o azul e tem grandeza.
Este, que teve a fama e a glória tem,
Imperador da língua portuguesa,
Foi-nos um céu também,
No imenso espaço seu de meditar,
 Constelado de forma e de visão,
 Surge, prenúncio claro do luar,
 El-Rei D. Sebastião.
 Mas não, não é luar: é luz do etéreo.
 É um dia; e, no céu amplo de desejo,
 A madrugada irreal do Quinto Império
 Doira as margens do Tejo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido, Senador José Sarney. Agradeço ao Senador José Sarney.

Antes de conceder a palavra ao próximo orador, Senador Tião Viana, solicito ao Sr. 1º Secretário que faça a leitura do Expediente.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10, DE 2008

Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para estabelecer normas sobre o repasse de recursos da União destinados ao pagamento dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias admitidos pelos gestores locais do Sistema Único de Saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 8º

Parágrafo único. A União somente repassará, aos gestores locais do SUS, recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias que tiverem o seu vínculo direto com o respectivo ente federado regularmente formalizado, de acordo com o regime jurídico adotado na forma do **caput.** (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias contados da data de sua publicação.

Justificação

O Programa de Agentes Comunitários de Saúde é, com certeza, uma das mais importantes iniciativas no campo da saúde pública no Brasil. O significado desses profissionais para a nossa população tem enorme relevo e só cresce com o recente surgimento de novos focos de doenças graves, como a dengue hemorrágica e a febre amarela.

Não foi por outra razão que o Congresso Nacional aprovou, no ano de 2006, a Emenda Constitucional nº 51 e a Lei nº 11.350, que buscavam promover a regularização da situação funcional desses profissionais, que muitas vezes estavam em situação absolutamente precária.

Com o mesmo objetivo, o Ministério da Saúde, em julho de 2007, previu o repasse, aos municípios, de um incentivo de R\$532,00 por ano por agente.

Ou seja, verifica-se que, de um lado, a legislação exige que os municípios procedam à formalização do vínculo com os respectivos agentes comunitários de saúde e, de outro lado, que o Ministério da Saúde promova repasses a esses entes, com a finalidade de assegurar o pagamento daqueles profissionais, inclusive no tocante às obrigações funcionais ou trabalhistas.

Apesar disso, observa-se que ainda existem agentes comunitários de saúde em situação funcional precária.

Para buscar uma solução para esse problema, estamos apresentando a presente proposição, tornando mais rígida a concessão dos incentivos do Ministério da Saúde aos municípios, exigindo-se a regularização do vínculo dos agentes comunitários de saúde para que o repasse seja feito, inclusive dando um prazo de cento e oitenta dias para que isso tenha lugar.

Temos a certeza de que essa iniciativa permitirá fazer justiça com esses brasileiros e brasileiras que sacrificam a sua vida para garantir condições mínimas de saúde especialmente àquelas camadas mais sofridas

da nossa sociedade, dando efetividade à legislação já aprovada pelo Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2008. – Senador **Expedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 51, DE 2006

Acrescenta os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal.

LEI Nº 11.350, DE 5 DE OUTUBRO DE 2006

Art. 8º Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias admitidos pelos gestores locais do SUS e pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, na forma do disposto no § 4º do art. 198 da Constituição, submetem-se ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, salvo se, no caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, lei local dispuser de forma diversa.

(Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O projeto lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 25, DE 2008

Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja encaminhado ao Ministro de Minas e Energia, Ex^{mo} Sr. Edson Lobão, o presente pedido de informações:

“Com o intuito de subsidiar a atuação deste parlamentar no acompanhamento das obras do gasoduto Urucu–Porto Velho, solicito as seguintes informações:

1) Qual o valor oficial já investido na construção do gasoduto Urucu–Porto Velho?

2) Qual a previsão de investimentos para a conclusão das obras do gasoduto Urucu–Porto Velho?

3) Qual o cronograma oficial das obras de construção do gasoduto Urucu–Porto Velho?

4) Tendo em vista que o licenciamento ambiental para instalação do gasoduto Urucu–Porto Velho

foi outorgado em 2005; a autorização pela ANP, para construção do gasoduto, data de abril de 2006, e o decreto de utilidade pública data de agosto de 2005, qual a razão oficial para as obras de construção do gasoduto Urucu–Porto Velho estarem paradas?

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2008. – Senador **Expedito Júnior**.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento lido será despachado à Mesa para a decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, que falará por cinco minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço a V. Ex^a a solidariedade na permissão do tempo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago um debate sobre nossa chamada Agenda Verde, matéria plenamente constituída como uma das principais preocupações do Brasil nos dias de hoje, construída como agenda pela imprensa brasileira; pelos organismos de preocupação ambiental internacional; pelo Ministério do Meio Ambiente, capitaneado tão bem pela nossa querida Ministra Marina Silva; pelo Governo do Brasil; pelo Congresso Nacional; pelas organizações não-governamentais.

Reporto-me aqui a uma matéria assinada pelo jornalista Melchiades Filho, do jornal **Folha de S. Paulo**, no último sábado, intitulada “Sinal Verde?”, com o seguinte teor: “Para uma economia em expansão, o Brasil não fez feio no *Environmental Performance Index*, o índice-piloto que procura calcular o desempenho ambiental [...]”. Ele diz que o Brasil procura calcular o desempenho ambiental de todos os países do planeta. Esse é um índice que reflete isso na verdade.

Diz o artigo:

Na edição deste ano do **ranking** elaborado pelas universidades de Yale e Columbia, ele [o Brasil] emplaca a 35ª posição, com nota 82,7 (0 a 100). Aparece à frente de nações com “vocação” parecida, como México e Austrália (empatados em 46º, com 79,8), África do Sul (97º; 69), China (105º; 65,1) e Índia (120º; 60,3).

O estudo computa 25 indicadores, divididos em saúde ambiental (poluição do ar, qualidade da água, saneamento) e vitalidade de ecossistemas (emissão de gases-estufa, conservação de matas, controle de pesticidas). Os 25 indicadores dizem respeito a políticas públicas, ou seja, àquilo pelo qual os governos podem – ou deveriam – ser responsabilizados.

Trata-se de um “trabalho em progresso”, devido a limitações metodológicas: ainda não há um padrão métrico mundial para monitorar o ambiente. A pesquisa tenta driblar [diz Melchiades Filho] essa situação por meio de modelagens estatísticas e do descarte de quem não tem dados confiáveis.

O EPI, mesmo assim, parece antenado. Os EUA tombaram, da 28ª para a 39ª colocação (nota 81) [lembro que o índice é de 0 a 100]. Faz sentido, dado o desdém do governo Bush pela questão. A Suíça (95,5) tirou a liderança da Nova Zelândia, que ficou na 7ª (88,9). A Argentina caiu de 30ª para a 38ª (81,8).

O Brasil perdeu um lugar desde 2006, mas a nota subiu 5,7 pontos. Surpreendente, se consideradas as pressões por inclusão e demandas de consumo atendidas após décadas. Mérito de ativistas, servidores, cientistas e jornalistas que divulgaram por aqui a agenda verde.

Aí, faço um reparo. Acho que esse dado do *Environmental Performance Index* traduz, sim, uma responsabilidade de todos, do Congresso Nacional brasileiro, do Ministério do Meio Ambiente, do Governo brasileiro e de toda a sociedade, não apenas dos ativistas, como ele diz, como também dos servidores, dos jornalistas e dos cientistas.

Há uma agenda verde dividida entre uma análise muito melancólica, uma análise de pontos científicos, que aborda de maneira muito elevada a questão, dividindo a responsabilidade no seu campo correto, e uma análise passional, política, que tenta pegar qualquer indicador negativo para fazer com isso um cavalo de batalha, como se a guerra tivesse sido sempre inócua, de resistência, que é o que tem tido o Ministério do Meio Ambiente, no fortalecimento da defesa de uma consciência ambiental, de uma consciência florestal no Brasil, na defesa da Amazônia.

Penso que esse indicador demonstra que o Brasil pode-se sentir bem como um País que oferece uma razoável qualidade de vida ambiental às suas populações, como um País que está preparado para assumir sua agenda verde à altura do seu tempo e das responsabilidades, como um País que é capaz de definir seu zoneamento econômico e ecológico de maneira muito clara, como um País que pode voltar a conquistar a confiança internacional de toda a comunidade

ambiental, no sentido da sua responsabilidade com uma política pública para o meio ambiente.

A Ministra Marina tem a mais elevada envergadura e responsabilidade na condução da questão ambiental do Brasil. Entendo que estamos numa fase de luta de um País que dobrou seu potencial econômico em relação à última década, nos dias de hoje, de um País que está preparado para uma grande arrancada de crescimento. A expansão econômica, sabemos o quanto ela pode, muitas vezes, não estar em harmonia, em sintonia, em coerência com os desafios da preservação ambiental, e a Ministra Marina tenta mediar essa questão com a mais elevada responsabilidade, com a mais elevada certeza de que é possível trazer a consciência ambiental para todas as decisões brasileiras, inclusive para as de ordem econômica pura.

Acredito que essa matéria do jornalista Melchiades Filho – peço que seja transcrita nos *Anais* do Senado – reflete muito bem esse sentimento.

Hoje, no jornal **O Estado de S. Paulo**, a Drª Eliana Cardoso, professora titular da Fundação Getúlio Vargas, apresenta um artigo que cita também o índice de desempenho para o meio ambiente no *Environmental Performance Index*. No artigo “Geografia da Felicidade”, ela faz uma análise crítica de todo esse caminho que têm as nações em relação às suas responsabilidades ambientais.

Penso que o jornalista Melchiades Filho chamou a atenção para a questão e provocou um debate com a sociedade. O Congresso Nacional, hoje, debate um tema ultra atual, que são as áreas de compensação em relação à preservação de florestas, do que o Governo deve tratar em relação aos processos penais que estão envolvidos na área de meio ambiente, e espero que possamos estar à altura das nossas responsabilidades e dos nossos desafios, conduzindo essa agenda como algo do tamanho do Brasil, não como uma agenda localizada, de maneira passional, no setor político “a” ou “b”.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

MELCHIADES FILHO

Sinal verde?

BRASÍLIA - Para uma economia em expansão, o Brasil não faz feio no Environmental Performance Index, o índice-piloto que procura calcular o desempenho ambiental de todos os países do planeta.

Na edição deste ano do ranking elaborado pelas universidades de Yale e Columbia, ele emplaca a 35ª posição, com nota 82,7 (0 a 100). Aparece à frente de nações com “vocações” parecidas, como México e Austrália (empatados em 46º, com 79,8), África do Sul (97º; 69), China (105º; 65,1) e Índia (120º; 60,3).

O estudo computa 25 indicadores, divididos em saúde ambiental (poluição do ar, qualidade da água, saneamento) e vitalidade de ecossistemas (emissão de gases-estufa, conservação de matas, controle de pesticidas). Os 25 dizem respeito a políticas públicas, ou seja, àquilo pelo qual os governos podem —ou deveriam— ser responsabilizados.

Trata-se de um “trabalho em progresso”, devido a limitações metodológicas: ainda não há um padrão métrico mundial para monitorar o

ambiente. A pesquisa tenta driblar essa situação por meio de modelagens estatísticas e do descarte de quem não tem dados confiáveis.

O EPI, mesmo assim, parece antenado. Os EUA tombaram, da 28ª para a 39ª colocação (nota 81). Faz sentido, dado o desdém do governo Bush pela questão. A Suíça (95,5) tirou a liderança da Nova Zelândia, que ficou na 7ª (88,9). A Argentina caiu da 30ª para a 38ª (81,8).

O Brasil perdeu um lugar desde 2006, mas a nota subiu 5,7 pontos. Surpreendente, se consideradas as pressões por inclusão e demandas de consumo atendidas após décadas. Mérito de ativistas, servidores, cientistas e jornalistas que divulgaram por aqui a agenda verde.

Sem transigir com erros de gestão nem ignorar urgências ambientais, o EPI reconhece esses avanços. De certa maneira, confirma a necessidade de uma discussão menos superficial sobre a (não) ocupação da Amazônia. O apocalipse, sugere o ranking, está em outras paragens.

mfilho@folhasp.com.br

RUY CASTRO

Tapioca corporativa

RIO DE JANEIRO - Os ricos não gostam de pegar em dinheiro. Por isso inventaram o talão de cheques e o cartão de crédito, sem falar no seu velho e respeitável substituto, o calote. Homens como Onassis, J. Paul Getty e Antonio Petiño, que

me” de seus cargos, não parecem ter muita paciência para conferir números.

É essa liberalidade que explica seus gastos com mesas de sinuca, lojas de enxoval, piscinas, colchões,

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Tião Viana.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes de conceder a palavra ao Senador Paulo Paim, ouço o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço a gentileza ao querido Senador Paulo Paim.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço questão absoluta de pedir a palavra pela ordem, até porque não estou inscrito, para dizer que estou voltando, hoje, às atividades parlamentares. Espero que o ano de 2008 seja muito proveitoso para o Congresso, mas, sobretudo, para o Senado.

Quero registrar, de forma prazerosa, a satisfação que senti ao ouvir o pronunciamento de V. Ex^a na abertura dos trabalhos do Congresso Nacional. Seu discurso, Senador Garibaldi Alves, foi marcante e vai ficar registrado na história desta Casa. Por onde andei no meu Estado de Mato Grosso, nesses últimos dias após a abertura dos trabalhos, pude perceber que a opinião pública mato-grossense renovou sua confiança nesta Casa, na medida em que V. Ex^a mostrou, com muita clarividência, de que forma vai atuar o Senado Federal: de maneira independente, sempre defendendo os interesses da coletividade brasileira.

Desse modo, meu querido amigo Presidente Garibaldi Alves, volto com as energias renovadas, para defender, como fiz no ano passado, os interesses de toda a sociedade.

V. Ex^a se pronunciou em relação às medidas provisórias, dizendo que elas devem ter preceitos constitucionais e devem ter urgência e relevância. V. Ex^a tem razão, e espero que possamos, realmente, fazer valer em toda a sua plenitude aquilo que é da responsabilidade do Senado Federal. Agradeço-lhe e coloque-me à disposição, para ser, com certeza, um Senador exemplar, mas, acima de tudo, um Senador aliado da Presidência da Casa.

Também quero dizer que V. Ex^a iniciou seus trabalhos, neste ano, marcando um gol de ouro, na medida em que, todos os dias, está presente na abertura dos trabalhos. Certamente, é isto que o povo brasileiro quer: um Senador exemplar, um Senador ético, mas, acima de tudo, um Senador que tem compromisso com o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, querido Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Jayme Campos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço tolerância ao Senador Paulo Paim, para ouvir, pela ordem, o Senador Papaléo Paes, a quem concedo a palavra.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço-lhe a concessão. Agradeço também ao Senador Paulo Paim a compreensão.

Eu não poderia deixar de registrar, na mesma linha do Senador Jayme Campos, o discurso que V. Ex^a proferiu na abertura dos trabalhos da nossa Sessão Legislativa. Quero dizer que, como Senador, senti que V. Ex^a conseguiu colocar no discurso o grau de importância desta Casa para o Brasil, conseguiu honrar todos nós, que representamos nossos Estados. Com o que V. Ex^a pensa e com o que até chamou, em determinado momento do seu discurso, de utopia, V. Ex^a realmente está determinado por esta Casa. Como cidadão brasileiro, quero dizer que V. Ex^a, com seu discurso, resgata em todo cidadão brasileiro a importância desta Casa para o cenário democrático do País.

Quero parabenizá-lo e dizer que o acompanhei atentamente, palavra por palavra. Já falei a V. Ex^a, pessoalmente, do meu reconhecimento, mas quero, publicamente, registrá-lo, parabenizando V. Ex^a e o Senado Federal, por ter um representante do quilate de V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Papaléo Paes.

Comunico ao Senador Tião Viana que a solicitação de S. Ex^a será atendida nos termos do nosso Regimento.

Finalmente, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Garibaldi Filho, Presidente do Senado e do Congresso Nacional; Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje, Sr. Presidente, demonstrar as minhas preocupações com a suspensão da compra da carne bovina brasileira pela comunidade européia.

Agradeço, em primeiro lugar, ao Senador Hércilio Fortes, que cedeu seu espaço para que eu pudesse comentar este tema que interessa a todo o povo brasileiro e, naturalmente, interessa muito para os produtores gaúchos.

Sr. Presidente, isso nos preocupa pois os produtores nacionais perdem – com essa decisão da Comunidade Européia que espero seja revogada rapidamente – um mercado consumidor que comprou mais de um

bilhão de dólares no ano passado. E a perspectiva era de ampliarmos as importações de carne neste ano.

A carne brasileira, ninguém tem dúvida, é uma das melhores, uma das mais saborosas do mundo. Ela é conhecida como carne verde: o gado não é alimentado com ração, mas com pasto, que além de barato é de melhor qualidade.

Sr. Presidente, não é só a Europa que quer comprar a carne brasileira, nós sabemos. A carne brasileira tem espaço em todo o mundo, mas temos que reconhecer que é no continente europeu que faturamos 31% de nossas exportações.

O jornalista Rogério Mendelski, na sua coluna dominical do jornal **Correio do Povo**, de Porto Alegre, contribuiu no seu espaço com alguns dados importantes. Por exemplo, diz ele que um quilo de contrafilé, que custa no Brasil cerca de R\$10,00, na Itália custa em torno de R\$60,00; na Inglaterra, mais de R\$80,00; e, no Japão, essa mesma carne pode custar em torno de R\$150,00.

Sr. Presidente, é claro que nesses países o imposto é mais alto, mas nenhum deles tem condição de produzir carne tão boa e da qualidade da nossa. Logo, somos concorrentes em potencial para os países produtores de carne, como Inglaterra, Irlanda, Austrália, Canadá, EUA e a própria Argentina, bem próxima a nós.

Os pecuaristas irlandeses e britânicos, por terem altos custos de produção, se acharam prejudicados pela carne brasileira, que é mais barata e de melhor qualidade. Sr. Presidente, eles, defendendo o seu braseiro para assar um churrasco, como diz o gaúcho, pressionaram a União Européia, que cedeu a esse *lobby*.

Creio que o Congresso Nacional, esta Casa, tem que agir rápido. Para tanto é de saudar, o que faço agora, a audiência pública chamada para a próxima quarta-feira, na Comissão de Agricultura do Senado, quando este tema será discutido.

Recentemente, percebemos que estavam aqui no Brasil comissões de parlamentares e produtores de outros países estudando a situação da carne brasileira e tentando criar condições para esse boicote.

Sr. Presidente, esse setor da economia é fundamental, não só pela questão da exportação brasileira, para as divisas do nosso País, mas também pela área em que eu tanto atuo que é o emprego para a nossa gente, o mercado de trabalho com carne no campo e na cidade. São milhões de empregos que de forma direta e indireta atuam nesse setor.

Sr. Presidente, não podemos subestimar os nossos concorrentes nessa área. O que a União Européia fez outros países podem fazer; temos o dever de defender os nossos produtores e as nossas exportações. É

importante que o Congresso Nacional apóie as ações dos Ministérios da Agricultura e Relações Exteriores para reverter essa situação.

Claro que devemos nos preocupar se há problemas que possam contribuir com esse tipo de retaliação e que busquemos a solução o mais rápido possível. Quero aqui reafirmar o nosso apoio aos produtores e a todas as ações que venham a garantir a manutenção e o aumento das exportações da carne brasileira.

Sr. Presidente, na mesma linha, quero ainda falar de outro setor produtivo do Rio Grande do Sul e do Brasil.

O Rio Grande do Sul, Sr. Presidente, é responsável por 60% da produção nacional do arroz. Recebi, na semana passada, a pauta do setor, tendo em vista que a próxima safra deverá ser iniciada já no final deste mês de fevereiro.

A Associação dos Arrozeiros solicitou ao Ministério da Agricultura a adoção de diversas medidas e mecanismos, visando a sustentação de preços e apoio à comercialização para a safra 2007/2008.

Passo a citar, Sr. Presidente, algumas das solicitações do setor:

Recursos para a aquisição do Governo Federal e a equalização de preços. Trata-se de uma cifra em torno de 500 milhões.

Que sejam consolidadas as doações propostas pelo setor tanto para o mercado interno, por meio do Programa Fome Zero, para atender as pessoas carentes nas regiões de intensa estiagem, quanto para o mercado externo, por doações humanitárias a países com má condição alimentar e ocorrência de catástrofes climáticas.

Propõe também, Sr. Presidente, nessa linha, é claro, de comércio mas também humanitária, a remoção de parte dos estoques públicos do Rio Grande do Sul para outras regiões brasileiras, para ampliar a capacidade de estocagem no estado, visando a receber a safra 2007/2008.

Liberação dos recursos possibilitando a realização do Balcão de Negócios durante a 18ª Abertura Oficial da Colheita do Arroz, que se realizará em Cachoeirinha, que fica na grande Porto Alegre, de 28 de fevereiro a 2 de março de 2008, a exemplo do sucesso e excelente aceitação da edição anterior.

Propõe, ainda, Sr. Presidente, que haja apoio governamental para o programa piloto e inédito de exportação pelo setor produtivo direcionado a terceiros mercados.

Urgência na aprovação do Orçamento Geral da União, Sr. Presidente, antes da safra, a tempo da implementação dos mecanismos citados, que têm a ver com o Orçamento que esta Casa deve votar.

Sr. Presidente, não posso deixar de mencionar, encerrando já esta minha fala, esse setor tão importante da economia nacional e da economia gaúcha, no sentido de informar que, no final de fevereiro, início de março, no Rio Grande do Sul, entre tantos eventos, teremos a abertura da Festa da Uva, em Caxias do Sul, minha cidade natal. Farei, em outro dia, um pronunciamento sobre a importância dessa festividade. Ao mesmo tempo em que teremos a abertura da Festa da Uva, teremos também a abertura oficial da Colheita do Arroz, que, neste ano, repito, será na cidade de Cachoeirinha.

Presidente Garibaldi, hoje pela manhã, recebi do Presidente da Federação das Associações dos Arrozeiros, Valter José Pötter, um telefonema no sentido de solicitar a V. Ex^a, Presidente da Casa, que esteja presente tanto na Festa da Uva bem como na Festa do Arroz. O mesmo convite queremos estender ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que já se comprometeu em estar na Festa da Uva. Que aproveite o mesmo período e esteja também na abertura oficial da colheita do arroz, que, repito, será bem próxima ao aeroporto da capital, praticamente caminho para que o Presidente se desloque a Caxias do Sul.

Sr. Presidente, eu me comprometi a levar esta solicitação tanto a V. Ex^a, como Presidente do Congresso Nacional, como também ao Presidente Lula. Tenho certeza que, dentro das possibilidades, tanto o Presidente Lula quanto V. Ex^a estarão presentes nesses eventos, que são de suma importância para o setor produtivo brasileiro.

Senador Alvaro Dias, venho à tribuna tão seguidamente falar de distribuição de renda e de emprego que podem alguns não entender por que vim à tribuna neste momento, como vim outro dia falar dos empresários do setor metalúrgico do Rio Grande do Sul, falar do setor produtivo. Ora, falo com a maior tranquilidade, e voltarei quantas vezes for necessário, porque entendo que é aí que estamos gerando emprego, divisa e, naturalmente, distribuição de renda para todo o nosso povo, assim como alimentos a preços acessíveis.

Por isso a V. Ex^a, Senador Garibaldi, reafirmo o convite que fiz e que farei ao Presidente Lula.

Com estas palavras encerro meu pronunciamento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, sobretudo pelo convite.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, devo fazer

considerações sobre a nota do Partido dos Trabalhadores. Diz o Partido dos Trabalhadores:

(...)

O PT deve denunciar, porém, a ação demagógica e pseudo-moralista intentada por setores reacionários da vida política nacional, que a todo preço, e com evidente má-fé e hipocrisia, procuram transformar esta questão [dos cartões corporativos] em uma gigantesca crise política que desgaste a imagem do governo do presidente Lula perante a opinião pública. Se hoje a denúncia da má-utilização de cartões corporativos pode ser feita e apurada com transparência, isso se deve, em grande medida, ao fato de que a atual administração federal desenvolveu mecanismos republicanos de transparência nos gastos públicos e de correção de eventuais ilegalidades.

Cabe ao PT, portanto, reafirmar a firme defesa da existência destes mecanismos, cujos limites devem ser admitidos apenas excepcionalmente nos casos em que a segurança do Estado ou a de seus dirigentes maiores assim o exija.

Sr. Presidente, essa é uma linguagem superada, é uma linguagem de outros tempos. Combater a corrupção é reacionarismo no entendimento do Partido dos Trabalhadores. Em outros tempos, reacionarismo tinha outro conceito. Há aí uma metamorfose ambulante em relação ao que possa significar reacionarismo. Combater a corrupção não é reacionarismo; ao contrário, é uma exigência de todos os tempos. Combater a corrupção não é atraso; é avanço, é uma exigência da sociedade brasileira.

O PT fala em transparência, mas luta incansavelmente para impedir que se abra uma caixa preta localizada na Presidência da República, onde se escondem os mistérios indevassáveis da utilização de cartões corporativos, no número de 150, de órgãos ligados à Presidência da República. Não me parece que compras efetuadas no camelódromo de Florianópolis possam atentar contra a segurança nacional. Não me parece que despesas realizadas em São Bernardo, como a aquisição de uma esteira, por exemplo, possa atentar contra a segurança do Estado brasileiro.

Esse conceito de reacionarismo é esdrúxulo, como, a meu ver, também é estapafúrdio esse conceito de segurança nacional. Várias autoridades credenciadas, respeitadas, se manifestaram a respeito da tese. A OAB, taxativamente, afirma que não há sustentação jurídica para a tese de que tais despesas devem ser sigilosas em nome da segurança do Estado brasileiro. A Igreja, na voz autorizada de Dom Geraldo Magela, uma das suas principais lideranças, da mesma forma: “Não se admite que recursos públicos sejam gastos clandestinamente, sem prestação de contas”. O Poder

Judiciário, não oficialmente, mas através da voz competente do Ministro Marco Aurélio, afirma que não há prerrogativa constitucional que possa assegurar ao Presidente da República esse direito. Mas o PT fala em transparência.

Em 2006, de R\$4,9 milhões gastos na esfera da Presidência da República, apenas de R\$100 mil se prestaram contas; R\$4,8 milhões foram despesas absolutamente sigilosas. Nem o Tribunal de Contas da União teve acesso à documentação comprobatória.

Agora, nós discutimos a instalação de CPI no Congresso Nacional, e o Governo se antecipa e lidera a proposta de instalação de uma CPI, mas extrapola os limites dos cartões corporativos. O fato determinado que sustenta regimentalmente a iniciativa de CPI é a denúncia relativa ao mau uso dos cartões corporativos. Portanto, uma CPI, para ser regimental, tem de se cingir a esse fato determinado. As denúncias que percorrem a mídia nacional são denúncias que dizem respeito ao mau uso dos cartões corporativos, consubstanciando desvio de finalidade, já que os recursos estão sendo utilizados, indevidamente, em benefício próprio.

Anuncia-se agora, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que houve um acordo na Câmara dos Deputados e que a oposição aceitaria a proposta do Governo de investigar contas desde 1998.

Trago um exemplo para sustentar a afirmação que farei em seguida. A Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, ao responder a pedido de informações que formulamos a respeito dos gastos com cartões corporativos na Presidência da República de 2003 a agosto de 2005, afirmou que seria impossível atender à solicitação do Senado Federal, porque a documentação era farta. Seriam mais de 100 mil folhas dos processos. Seriam mais de 23 mil notas fiscais. Portanto, alegou a Ministra que seria impossível remeter ao Senado Federal.

Eu indago: se de 2003 a agosto de 2005, apenas na esfera da Presidência da República, há documentação tão farta, que se impossibilita a remessa ao Congresso Nacional, imaginem os Srs. Senadores se chegarmos a 1998 – dez anos, portanto –, com documentação que comprove despesas variadas, não só de cartões corporativos, que foram instituídos em 2001, Senador Heráclito Fortes, mas outras despesas da burocracia estatal? Ora, Sr. Presidente, estaríamos mergulhados num oceano de papéis e documentos e certamente nos afogariamos, sem chegar a conclusão alguma.

Querem instalar uma CPI não em razão de fatos determinados. Querem instalar uma CPI em razão de fatos indeterminados. Esses são fatos indeterminados,

listados pelo Senador Romero Jucá, e agora com a acolhida do Deputado Carlos Sampaio.

Fala-se em acordo com a oposição. Provavelmente, o acordo ocorreu na Câmara dos Deputados, não é do nosso conhecimento. Se o nosso partido chegar à conclusão de que é conveniente celebrar esse acordo, é óbvio que aceitarei partidariamente. Mas minha opinião pessoal é a de que o partido não deveria chegar a esse entendimento. É uma opinião pessoal, em nome da objetividade.

Temos que respeitar a população do País. Não podemos gerar falsa expectativa: anunciar que vamos investigar aquilo que é impossível investigar. É possível investigar, regimentalmente, fatos determinados que dizem respeito ao uso de cartões corporativos, que começaram em 2001, no Governo Fernando Henrique Cardoso. Fora isso, se o Governo atual, se o PT descobrir alguma irregularidade no governo passado, denunciar e propor uma CPI, eu apoiarei. Creio que toda denúncia séria, responsável deve ensejar a necessária investigação, em nome da transparência que exige o povo brasileiro. Agora, investigar fatos indeterminados me parece manobra estratégica, de natureza política. Fica a impressão de que estão pensando da seguinte forma: “Nós já estamos sujos; vamos procurar sujar os nossos adversários, merecida ou imerecidamente”.

No Governo Fernando Henrique, investigava-se o Governo Fernando Henrique. Era responsabilidade da oposição. Se a oposição não investigou, não cumpriu seu dever. Se a oposição não denunciou, não teve competência para fazê-lo. Com esse atraso todo, aqueles que eram oposição e são agora governo – aliás nem todos, alguns eram governo também; o Líder Romero Jucá era líder do governo passado e hoje é líder do atual Governo; portanto, não era oposição. O PT era oposição. E oposição incisiva, contundente. Não investigou, não encontrou irregularidades, não denunciou, não propôs CPI. Ora, Sr. Presidente, se não o fez, o tempo passou. Agora, estamos sob a vigência de outro governo; estamos sob a vigência do Governo Lula. A nossa responsabilidade é investigar o Governo Lula.

Falo, Senador Geraldo Mesquita, com tranqüilidade de consciência, porque, mesmo não sendo do PT, no governo passado subscrevia qualquer requerimento que solicitasse a instalação de CPI. Acho que governo sério não teme CPI; governo sério entende a CPI como uma forma de obter da oposição um atestado de boa conduta. Sempre encarei dessa forma. E é dessa forma que encaro ainda hoje.

Eu não teria dificuldade alguma de contribuir para que se investigue o governo passado, mas apresentem fatos determinados, tragam as denúncias consubstan-

ciadas em provas ou em indícios que nos permitam sustentar regimentalmente a instalação de uma CPI. Mas não afrontem a nossa legislação com essa invenção, com essa miscelânea que apresentam numa geléia geral, que tem por objetivo confundir e não esclarecer, esconder e não descobrir. Não querem descobrir absolutamente nada; o que desejam é blindar aqueles que se utilizaram dos cartões corporativos nos últimos anos.

Cedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, com prazer.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. Senador Alvaro, a instalação de CPI nesta Casa sempre foi alvo de uma disputa muito acirrada: “CPI é instrumento das oposições”, “Governo não tem interesse em instalar CPI”, isso ao longo dos tempos sempre foi assim. Na sua fala, o Senador José Agripino, na semana passada, dizia: a sociedade quer uma CPI que apure... E me ocorreu uma idéia que talvez contribua decisivamente com esta Casa, com a Câmara dos Deputados, ou seja, com o Congresso Nacional, para que superemos esse problema, sempre presente quando surge um fato relevante que possa ensejar a instalação de uma CPI, que gera essa guerra interminável. Ocorreu-me a idéia de propor uma alteração no §3º do art. 58 da Constituição, que fala da instalação da CPI, para prever que ela possa ser criada também mediante iniciativa popular. Ou seja, meio por cento do eleitorado brasileiro da última eleição – sempre será da última eleição – pode subscrever um pedido de instalação de CPI e submetê-lo ao Congresso Nacional, assim como um terço de uma das Casas ou das duas pode fazê-lo, conforme previsto na nossa Constituição. Devo dizer que tive o privilégio e o prazer de ter a sua assinatura logo após a minha, porque conheço o perfil de V. Ex^a, sei da sua preocupação com um tema tão relevante. Estou colhendo as assinaturas necessárias para fazer tramitar a proposição. Espero oferecer ao Senado Federal, ao Congresso Nacional, esta contribuição: a introdução desse mecanismo na Constituição para que a sociedade, que hoje está cada vez mais vigilante, mais atuante, tenha mais esse instrumento de interação com o Congresso Nacional, com o Senado Federal, para pedir a instalação de uma CPI e ter seu pedido atendido. Com isso, superaremos toda essa dificuldade que existe entre governo e oposição ao tratarem de um assunto tão relevante como esse. Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita Júnior. É uma grande contribuição, inteligente, é um avanço. Subscrevi, com a maior satisfação, essa proposta de sua iniciativa.

Vou conceder o aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares e, depois, ao Senador Heráclito Fortes. Tem V. Ex^a o aparte, Senador.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a sabe do respeito que tenho pela sua conduta parlamentar. Tendo passado pelo Governo do Estado do Paraná, V. Ex^a deixou ali um exemplo marcante de dignidade, de competência administrativa, de transparência na ação governamental, e, aqui no Senado, não tem sido diferente. O seu pronunciamento de hoje demonstra, por exemplo, a sua identificação com o estado de espírito hoje reinante na sociedade brasileira, que é o de apurar, doa em quem doer, todos os fatos relevantes da vida nacional que digam respeito à má aplicação de recursos públicos. Quero crer que, diante da ponderação que V. Ex^a faz nesse instante, há possibilidade de que alguns quesitos formulados na proposta do Senador Romero Jucá estejam em desconformidade com o nosso Regimento, com a nossa Constituição. Não tenho a menor dúvida, tenho a maior tranquilidade de que, se, realmente, essa informação de V. Ex^a tiver fundamento, o Presidente do Congresso Nacional, que é um homem cujo poder de decisão todos conhecem, é um homem moderado, é um homem tranquilo, entretanto, é um homem que não transmite qualquer insegurança quanto à interpretação do nosso Regimento, quero dizer a V. Ex^a o seguinte: se o requerimento do Senador Romero Jucá estiver bem fundamentado, de acordo com o Regimento, S. Ex^a o Presidente do Congresso, Senador Garibaldi Alves, vai dar andamento normal. Caso contrário, S. Ex^a, com base nas informações que tem e com base nas informações de sua assessoria, irá tomar providências cabíveis no sentido de que a CPI tenha seguimento. Ou, caso a oposição, aqui no Senado, não se conforme com a decisão da Mesa, ainda tem o recurso regimental de ouvir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. De forma que quero parabenizar V. Ex^a e apenas tranquilizá-lo no plano das decisões que serão tomadas pelo nobre Presidente Garibaldi Alves. Confio na sua ação regimental e constitucional. Obrigado a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Valadares.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes, com a permissão do Presidente Garibaldi.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Alvaro Dias, congratulo-me com V. Ex^a, que vem sendo um Senador sempre atento a essa questão, desde o requerimento original, há aproximadamente quatro anos, até agora. Sexta-feira, na sessão, travamos aqui uma discussão, inclusive eu, pessoalmente, com o Senador Romero Jucá, e naquele momento insisti muito

para que S. Ex^a concordasse com a CPI Mista. O Senador foi peremptório em dizer que de maneira nenhuma aceitava. Não quis, relutou inclusive em trocar o documento, no qual acrescentou de próprio punho alguns requisitos que faltavam. Foi preciso o Presidente, de maneira soberana e independente, sugerir a mudança daquele texto. Hoje, para surpresa de todos, o Líder toma a iniciativa de anunciar ao País esse acordo. É preciso ver exatamente em que termos esse acordo poderá ser feito e se esse acordo é bom para o País. Está-se discutindo a eventual vantagem partidária que A ou B vai tomar e ninguém está querendo discutir o País. Esse é um fato grave que envolve malversação de recursos públicos. Já está provado que não há controle. O problema do cartão corporativo é a falta de controle. De forma que me congratulo com V. Ex^a. Nós, da oposição, queremos apuração, mas apuração para valer; de apuração de brincadeira, de mentirinha, estamos fartos. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes. V. Ex^a tem razão, um acordo não pode passar a idéia de que se trata de um entendimento de proteção recíproca: “Nos protejam que nós os protegeremos”. Essa idéia não pode prevalecer em razão de uma repentina mudança de posição do Líder do Governo.

É claro que há razões para se suspeitar dessa mudança, como bem disse o Senador Heráclito Fortes, de sexta-feira para hoje. Sabemos que 89% – e é o próprio Governo que afirma – de todas as despesas com cartões corporativos não são conhecidas, não tiveram publicidade. A investigação foi absolutamente frágil em relação a 89% do total das despesas efetuadas com os cartões corporativos. Portanto, que há razão para uma investigação neste momento, em consequência das denúncias divulgadas pela imprensa, há. Agora, precisamos, de boa-fé, respeitando a sociedade brasileira, instalar a CPI para investigar de verdade.

Vou conceder, com prazer também, o aparte, e não poderia ser diferente, em razão da necessidade do contraditório, ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a. Para ser muito breve, até mesmo pelo tempo, em primeiro lugar, tenho dito em todas as entrevistas que já fiz, por aqui e lá no Acre, do respeito que tenho por V. Ex^a, pela dedicação, pelo mandato parlamentar muito atuante – é um dos líderes da oposição nesta Casa. E é claro que estamos aqui debatendo opiniões. Então, do ponto de vista de opinião, já tratamos muito sobre focos de CPIs, que algumas CPIs tendem a fugir do seu foco ou coisa parecida. Neste caso, a iniciativa do Senador Romero Jucá é muito louvável, como poderia ser de qualquer outro Senador, talvez

pela dificuldade de entender por que foi ele e não foi um outro Senador. Mas é um direito do mandato dele, da pessoa dele apresentar também a sugestão nessa direção. Acredito que, como em todas as CPIs aqui, a questão é proporcional, conforme o Regimento. Ela vai ter que se reger conforme a Constituição e será composta como estabelecido aqui no Regimento da Casa. Portanto, o debate que será feito dentro das CPIs que podem ser instaladas para apurar os cartões corporativos será, inevitavelmente, como em tantas outras CPIs que aqui foram criadas. Agora, o que nós estamos querendo debater é que o Governo tomou a iniciativa de colocar os gastos desses cartões corporativos na Internet. Então, essa atitude é louvável do Governo, colocar na Internet. Isso não o exime de dizer que aquilo que a imprensa noticiou merece uma investigação, e todos nós estamos dispostos a fazer essa investigação. Acreditamos que, nessa colaboração, vamos elucidar, de uma vez por todas, um problema para o qual tantas pessoas, o Brasil inteiro, estão esperando essa resposta.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, eu vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Alvaro Dias, peço a colaboração de V. Ex^a e do Senador Heráclito Fortes, porque já proroguei o pronunciamento de V. Ex^a por cerca de seis minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Só peço mais um para que eu conclua, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, este dado é muito importante, diz respeito ao sigilo e, portanto, contradiz o que afirma a nota do PT, que é a transparência. E é um dado retirado dos órgãos oficiais do Governo. Entre 2004 e 2007, o Governo Federal gastou R\$98,7 milhões em despesas classificadas como sigilosas, sob o manto protetor do interesse da segurança nacional.

Foram, portanto, R\$98,7 milhões de despesas sigilosas, gastos clandestinos. E é esta a grande discussão: o que é sigilo e o que não é sigilo. Se comprar no camelódromo de Florianópolis exige sigilo em razão do interesse da segurança nacional ou se isso não é questão de segurança nacional.

Portanto, Sr. Presidente, quero concluir dizendo que, se o meu partido concordar com o acordo que, se anunciou há pouco, foi celebrado na Câmara dos Deputados, é claro que subscreverei partidariamente o acordo, aceitarei a orientação partidária e participarei desse embate. No entanto, a minha opinião pessoal foi aqui exposta com a maior franqueza.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Moraes. E, por incrível que pareça, por cessão do Senador Mão Santa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Está abençoado neste caso.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em homenagem ao Piauí, quero agradecer tanto ao Senador Mão Santa pela cessão do tempo como ao seu correligionário e companheiro do Piauí, Senador Heráclito Fortes. Pelo entendimento entendimento.

Sr^{as} e Srs. Senadores, vive a República brasileira, neste triste episódio da farra dos cartões corporativos, um dos seus momentos mais constrangedores do ponto de vista ético e moral.

Sei, Sr. Presidente, que essa afirmação que faço é grave, na medida em que, ao longo da nossa história, têm sido abundantes os episódios de improbidade administrativa, de desprezo pelo bem comum.

Para que algum acontecimento se destaque em meio a tantos e tantos similares, é porque se trata de algo particularmente grave. E é o caso, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O País ainda tinha presente na memória os múltiplos escândalos do mensalão quando foi surpreendido, neste início do ano, por mais esse episódio, de proporções equivalentes, que expõe as vísceras morais da República.

Na verdade, ambos os episódios, mensalão e farra dos cartões corporativos, compõem um único e mesmo cenário de degradação moral das instituições de que fazem parte ainda os sempre crescentes gastos de gabinete e a verba secreta da Presidência da República.

Tudo isso parece fora de controle, crescendo em escala geométrica a cada ano que passa. Senão vejamos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de sábado, dia 9, informa que as despesas sigilosas do Governo Lula dobraram em quatro anos e superam uma casa dos R\$35 milhões.

Em 2004, essas despesas foram de R\$16,9 milhões – menos da metade. O que justificaria tal aumento se a inflação está estabilizada desde o Plano Real e o País não vive nenhum tipo de emergência administrativa?

Em 2006, esses gastos foram de R\$25 milhões. Um ano depois, em 2007, são acrescidos de mais R\$10 milhões. Por quê? Essa é a pergunta que o Brasil inteiro faz ao Governo. Por que de um ano para o outro, um aumento dessa magnitude sem explicação plausível

a não ser esta: desperdício do dinheiro público, ação predatória e delinqüente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esses gastos de verba secreta envolvem alguns órgãos cujas atividades têm natureza estratégica, como Abin e Polícia Federal, mas incluem também gastos com a Casa Civil da Presidência da República e com o gabinete pessoal do Presidente.

Nessa contabilidade, incluem-se os cartões corporativos. É aí que está o tumor maligno.

Sabe-se que, além de aumentar expressivamente o número de cargos de confiança, o Governo não estabeleceu regras para o uso dos cartões. Tem-se aí a convergência de duas anomalias para a construção desse escândalo: de um lado, o aparelhamento descarado do Estado por um partido político; de outro, o ambiente de permissividade em que tudo isso se opera.

Vejamos o aparelhamento. Em nota pública do final do ano passado, a de número 304/2007, veiculada então pela imprensa, o Ministério do Planejamento informou que o número de cargos comissionados da administração federal, neste segundo mandato do Presidente Lula, cresceu 7,6 vezes em relação ao primeiro mandato. Vejam bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou falando que o número de cargos comissionados aumentou, do segundo mandato até agora, 7,6 vezes.

O número médio mensal de postos criados saltou de 23,8 no primeiro mandato para nada menos que 179,7 até julho de 2007 – aumento de mais de 7,5 vezes.

Somados os dois mandatos, o Governo Lula bateu um recorde administrativo: nada menos que 22.345 cargos comissionados.

O partido do Presidente da República, o PT, ocupa mais de cinco mil desses cargos, o que, além de proporcionar o comando da máquina administrativa, gera polpuda renda mensal para seus cofres. Cada “companheiro”, nomeado para um cargo de confiança, contribui compulsoriamente com uma parcela de seus ganhos para o dízimo partidário. Já no primeiro mandato de Lula, o aparelhamento do Estado rendeu ao PT aumento de receita de nada menos que 545%, segundo publicaram abundantemente os jornais.

Essa cifra, Sr^{as} e Srs. Senadores, seguramente cresceu, pois, só no ano passado, primeiro ano do segundo mandato do Presidente Lula, foram criadas duas secretarias especiais com *status* de Ministério: a dos Portos e a de Longo Prazo. Mais cargos, mais cartões, mais farra e mais prejuízo para o contribuinte, sem qualquer ganho ou contrapartida no incremento desses setores.

Em resumo, enquanto o Governo Fernando Henrique Cardoso, em oito anos, acrescentou quatro órgãos

à administração pública, o Governo Lula, em cinco anos, gerou o triplo: doze órgãos.

Calcule-se aí o número de cargos em comissão, cartões corporativos, viagens, hotéis, motéis, tapiocas – e todo o aparato que compõe a mordomia desses cargos – e tem-se, então, a explicação da constante multiplicação dos gastos públicos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como se não bastasse, há mais. Enquanto os servidores de carreira são submetidos a uma dieta de reajustes salariais – há pouco, todos sabemos, foram os militares as vítimas. Os titulares de cargos comissionados, os “companheiros” que aparelham o Estado, figuram entre os funcionários públicos mais bem pagos.

Ano passado, esses servidores foram contemplados, por meio de medida provisória, com reajustes que chegaram a até 140%. Falo dos cargos comissionados, do reajuste concedido através de medida provisória, de até 140% dos seus salários. Enquanto isso, os funcionários de carreira estão em dieta de aumento salarial.

Desço a esses detalhes, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque tudo isso, como já disse, compõe um único e mesmo cenário. A filosofia do aparelhamento é a de se apoderar do Estado. Tropas de ocupação.

O fundamento básico da democracia, que é a alternância no poder, está excluído dessa política. A idéia é lotear o Estado para usufruto da facção circunstancialmente eleita para exercício do governo. O aparelhamento é a véspera da tirania.

Basta ver o que acontece na Venezuela, em que o ditador já não tem escrúpulos de propor sua permanente reeleição. Com o Estado ocupado por seus correligionários, basta usá-lo para garantir resultados eleitorais favoráveis. Essa a lógica, esse o objetivo. Cá, como lá.

A farra dos cartões é só mais um capítulo dessa trágica novela de destruição do Estado brasileiro, pelo uso predatório que dele se faz, sob o comando de pessoas despreparadas, que ali foram postas para o cumprimento da missão de perpetuar no poder dos atuais governantes.

Tão logo as denúncias vieram à tona, os porta-vozes do Governo limitaram-se a condená-la – não o seu conteúdo, mas o fato de ter sido formulada. Mostraram-se assim cúmplice – e de fato o são, já que se empenham em ocultar a verdade.

O ato seguinte foi o de se opor uma CPI. Mais adiante, num truque de *marketing* que não engana ninguém, cuidaram de propor a CPI que antes haviam recusado.

Claro, Srs. Senadores, queriam se antecipar, indicar relator e presidente, compor uma fachada de transparência para impedir a transparência. É mais ou menos como indicar, Senador Heráclito Fortes, o conde Drácula para investigar roubo num banco de sangue. É mais ou menos isto o que querem: mais uma CPI faixa branca, ou seja, relator e presidente do lado do Governo.

Senadora Rosalba, com muito prazer escuto V. Ex^a.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Efraim, V. Ex^a faz uma brilhante apresentação dos gastos supérfluos, do desperdício, da farra que se está fazendo com o dinheiro suado do povo trabalhador brasileiro, que paga seus impostos para que a Nação possa retribuir em ações que venham melhorar sua vida. Mas, se estamos indignados, imaginem aquele cidadão que, neste instante, pode estar necessitando de um medicamento que falta no posto de saúde, necessitando de uma cirurgia que lhe é negada pelo SUS, de um exame que nunca chega. São situações como essas que nos deixam realmente preocupados, porque o Governo diz que não tem os recursos, mas tem dinheiro para usar nos cartões corporativos de forma não muito recomendável, desperdiçando o dinheiro do povo. Então, vejo que o Governo tem de entender que ele está aí para servir e não para ser servido. Da forma como vem agindo, está usando da boa vontade, da boa-fé do povo brasileiro, fazendo com que o nosso dinheiro, o dinheiro do povo, saia pelo ralo e assim fique faltando, como falta, para a saúde, para salvar vidas e para a educação. Parabéns pelo seu pronunciamento, Senador!

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Rosalba. Tenho certeza de que nós, que fazemos oposição ao Governo, teremos muito o que fazer já neste início do ano, fiscalizando esses gastos, para torná-los público. Nós queremos a transparência, o Brasil inteiro, o povo brasileiro está cobrando essa transparência, que só vem com a divulgação dos papéis pelo governo, que não tem coragem sequer de abrir o espaço que tanto deseja o povo brasileiro.

Sr. Presidente, Sr^a Senadora, Srs. Senadores, outra tentativa de escamotear a verdade é a de tentar envolver o Presidente Fernando Henrique no presente escândalo. Estabeleceu-se uma chantagem que é tão escandalosa quanto o escândalo que se quer com ela ocultar: se a Oposição insistir em investigar o gabinete pessoal do Presidente Lula, o Governo vai investigar os gastos do gabinete pessoal do Presidente Fernando Henrique.

Ora, ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^a Senadora, o que está impedindo que isso aconteça?

Se o Governo Federal dispõe de indicações de que o governo anterior (ou qualquer outro) fez gastos irregulares, tem não só os meios, mas o dever de promover essa investigação. Não pode torná-la opcional ou instrumento de chantagem política.

A probidade administrativa impõe a quem está no poder que promova a responsabilização de quem quer que seja que tenha atentado contra o interesse público.

Portanto, o governo Fernando Henrique Cardoso não está fora disso – e nós, da Oposição, que integramos aquela administração, queremos que essa investigação seja feita, de maneira ampla, geral e irrestrita.

Temos certeza de que o próprio Presidente Fernando Henrique não se oporá de modo algum a isso. Ao contrário, tenho convicção de que é quem mais a quer.

Outra manobra oblíqua do Governo Lula foi a de tentar lançar lama sobre o governo paulista de José Serra. Não há, porém, medida de comparação. Lá, Srs. Senadores, os cartões funcionam dentro de critério bem mais transparente, sendo cartões de débito – e não de crédito – destinados apenas aos ordenadores de despesas.

Mesmo assim, Sr. Presidente, não há por que não investigá-lo. Só não é admissível que se peça isso em nome de uma estratégia diversionista, que busca disseminar suspeitas generalizadas – jogar lama no ventilador, tão popular nós sabemos –, para confundir o público e impedir o esclarecimento do escândalo dos cartões corporativos.

É disso que se trata.

O uso dos cartões corporativos, no âmbito do primeiro escalão governamental, teve início no governo Fernando Henrique Cardoso.

O objetivo era estabelecer controle e dar transparência aos gastos, já que os cartões registram hora e natureza das despesas.

Desburocratizava-se, assim, a prestação de contas, tornando-a mais precisa e menos sujeita a manipulações. Agilizava-se ao mesmo tempo o processo administrativo. O extrato mensal dos cartões detalha as despesas do usuário, o que se torna bem mais confiável do que a clássica prestação de contas dos relatórios burocráticos.

Eis, porém, que esse objetivo saneador e simplificador foi malversado por um truque indecente, que se disseminou em grau epidêmico no Governo atual: o saque em dinheiro por meio de cartão, impedindo que se saiba a natureza das despesas.

Sr. Presidente, os saques em espécie deveriam constituir exceção – e não regra. Mas, tornaram-se

regra – e esse é o ponto mais grave de tudo isso, que evidencia má-fé.

Segundo dados da Controladoria Geral da União, nada menos do que 77,6% dos R\$75,6 milhões gastos em 2007 com cartões corporativos – mais de dois terços das despesas! – representam saques nos caixas eletrônicos, num montante de R\$58,7 milhões.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, sabe o que isso representa? O equivalente a mais de dez vezes o investimento governamental no programa de eletrificação rural Luz para Todos! E essa quantia foi sacada na boca do caixa pelos companheiros!

Essa modalidade de uso dos cartões inverte o sentido de transparência administrativa que justificou sua adoção. Como se não bastassem os danos financeiros, esse episódio – que, como eu já disse e vou concluir, Sr. Presidente – não é isolado, deixa marcas profundas na imagem das instituições do Estado brasileiro, aprofundando o descrédito de que já desfruta perante o público.

Quando um administrador público, em nível de primeiro ou segundo escalão, utiliza-se de um instrumento de trabalho (no caso, os cartões corporativos), para pagar uma tapioca, uma conta de chope num barzinho da Vila Madalena ou um motel, está demonstrando que desconhece o sentido mais elementar da palavra “República” – e que algo de podre a está comprometendo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Vou concluir, Sr. Presidente. Não vou precisar de nem mais um minuto. Vou agradecer a tolerância de V. Ex^a e dizer às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que é preciso, com urgência, salvá-la. E isso começa pela responsabilização política e penal dos que a dilapidam.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vamos à CPI já! Mas a uma CPI séria, que não seja igual à das ONGs, que não estão deixando a Oposição investigar.

É preciso que a palavra “transparência” se transforme, nessa CPI, acima de tudo, num símbolo de responsabilidade do Poder Legislativo.

Vamos, sim, investigar todos. Todos que estiverem errados merecem, daqui para frente, ser investigados por este Poder, pelo Poder Legislativo.

Sr. Presidente, vamos para a CPMI, para que o Brasil tome conhecimento dos acontecimentos. Espero que a maioria, que é o Governo, não faça como estão fazendo com as ONGs, não deixando apurar os fatos, fazendo da transparência apenas uma palavra usada na televisão, no rádio ou nos jornais. É preciso transparência, mas é preciso, acima de tudo, verdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em seguida, falará o Senador Papaléo Paes e, depois, o Líder Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o ideal é que estivéssemos aqui, hoje, fazendo um debate capitaneado pelo grande Líder Romero Jucá, discutindo a reforma tributária. Aliás, era compromisso do Governo enviar a matéria a esta Casa do Congresso logo no início da Legislatura.

Infelizmente, na falta de uma agenda positiva, vamos ficar usando nosso tempo, até por obrigação, para alertar a Nação sobre esse escândalo sem precedentes, que envolve o uso de cartões de crédito corporativos.

Quero dizer, em primeiro lugar, com muita tranquilidade, que nada mais positivo, nada mais moderno e antiburocrático do que a instituição do cartão. O mal foi a falta de controle sobre seu uso; falta de controle esta que vem gerando, não de hoje, mas já de algum tempo, denúncias e suspeitas sobre seus portadores.

Dentro dos acontecimentos, Senador Alvaro Dias, fomos surpreendidos, no final de semana, com a declaração do Ministro da Justiça de que a Oposição estava criando uma crise artificial. Evidentemente que o Ministro, no calor do embate partidário, no momento de um encontro do seu Partido, em que a divisão é latente – e ele pertence a um dos blocos –, como cidadão, ele tem todo o direito de se manifestar, mas, como Ministro da Justiça, deveria ser cauteloso nas afirmações que faz, principalmente quando elas não correspondem à realidade.

De todos poderíamos ouvir, menos do Ministro da Justiça do Brasil, que essa crise é artificial e que a Oposição deveria aplaudir o Presidente Lula. Aí, o Ministro se mostra desinformado, porque, na própria sexta-feira, desta tribuna, elogiei o Presidente da República e transcrevi um pronunciamento que ele fez no dia 7 de junho de 2005, no hotel Blue Tree, na abertura do IV Fórum Global de Combate à Corrupção, quando anuncia a criação do Portal da Transparência.

Portanto, o Presidente foi aplaudido, aquele que lançou o Portal da Transparência. Quem está sendo criticado é aquele que não quer cumprir ou que não

deixa seu Governo cumprir aquilo que ele próprio anunciou na criação do Portal. É querer colocar debaixo do tapete as irregularidades e os deslizes administrativos cometidos pelos integrantes do seu Governo. E o mais esquisito de tudo é que nenhuma demissão até agora aconteceu. Houve o pedido voluntário de uma Ministra, mas seus próprios companheiros, envolvidos no mesmo episódio, deram-se por satisfeitos com medidas tapa-buraco e continuam aí.

Sr. Presidente, meu caro Senador Sibá Machado, lamento o Ministro da Justiça dizer que a crise é artificial, no momento em que já há renúncia de ministro e devolução de dinheiro de colegas seus de Ministério. E o próprio Governo distribui, por meio da Secretaria de Comunicação, cinco anos depois do uso do cartão, um questionário com 13 perguntas aos Ministros – e ele deve ter recebido uma cópia – sobre como se usa esse cartão, a responsabilidade de cada ministério, a maneira e o critério com que deve ser usado. São 13 perguntas, sem nenhum sentido, feitas cinco anos depois.

Era hora de o Ministro cuidar mais das deficiências da sua Pasta, porque, artificial, meu caro Senador Cícero Lucena, acho que é a vergonhosa crise que envolve o Governo brasileiro, que o expõe lá fora e que expõe a Pasta do Ministro, que vem errando sistematicamente, por causa de uma tradução, para tornar possível o retorno ao Brasil do banqueiro Cacciola. Aí, sim, pode ser uma crise artificial ou pode ser o acobertamento de fatos que não gostaria, pelo menos no momento, de abordar, porque um ministro que tem funcionários, que, em três ocasiões, erram na tradução de um documento, não são punidos, não são repreendidos e a coisa continua como está, não pode criticar quem quer que seja.

Minhas senhoras e meus senhores, estou falando do episódio do banqueiro Cacciola, que está preso no Principado de Mônaco. O Ministro da Justiça tem obrigação de recambiá-lo para que, aqui no Brasil, ele preste, perante as nossas leis, contas do que é acusado. Ele está lá, aguardando, já pela terceira vez, prazos que lhe são dados pela Justiça, e o Governo não cumpre a sua parte.

Será, Ministro Tarso Genro, que esse é um episódio artificial e que nós vamos continuar pagando o preço desses desgastes internacionais sem precedentes? É a pergunta que eu faço.

Aliás, sobre artificialidade, meu caro amigo Sibá Machado, o Ministro perdeu toda a autoridade depois que ouvimos o que ele disse, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o episódio dos pugilistas cubanos – o que ele disse e o que acon-

teceu. Os fatos foram totalmente diferentes daqueles afirmados pelo Ministro de Estado nesta Casa.

Sr. Presidente Garibaldi Alves, eu gostaria da atenção de V. Ex^a, que, à época, era membro da Comissão – e o Senador Suplicy lá estava presente –, sobre o que disse o Ministro Tarso Genro a respeito dos dois boxeadores cubanos e o que foi noticiado recentemente, o que aconteceu a partir do avião que os transportou e da participação de pessoas da inteligência do governo cubano, intrometendo-se nas questões brasileiras. E o Ministro negou tudo isso. Não venha, amanhã, o Ministro dizer que estou trazendo um problema artificial.

Sr. Presidente, depois, trataremos desse assunto com mais detalhes, porque temos de tomar providências, já que mentir numa Casa do Parlamento brasileiro é crime. Quando cometido pelo Ministro da Justiça, esse crime aumenta de importância.

Sr. Presidente, infelizmente – e não gosto de dizer isso –, toda vez que setores do Governo sabem que estão no banco dos réus querem companhia, não querem ficar sós e, aí, vão puxar fatos que não têm a menor conexão e a menor razão de ser. Por que puxar o Governo Fernando Henrique? Não tenho nada contra, pois corrupção e malversação têm de se apuradas. O grande problema é que, para a CPI funcionar, exige-se um fato determinado; é preciso que se diga qual o fato determinado que remete, agora, cinco anos depois, à necessidade de apuração de uma CPI.

Aliás, vistos ao rigor da lei, os denunciadores, hoje, estariam já enquadrados em prevaricação por silêncio durante todo esse tempo, meu caro companheiro Geraldo Mesquita. Muito interessante. Guarda-se um segredo e diz-se: “Eu tenho uma coisa contra ele”. E deixa guardado por cinco, seis ou sete anos? Por que se calou? Se o cartão corporativo era criminoso, era errado, por que o Governo não o suspendeu? Pelo contrário, saiu de 120 para mais de 11 mil.

Vamos ao que interessa, Senador Paulo Paim: com grande estardalhaço, os jornais noticiam que o motorista do Sr. Fernando Henrique Cardoso abasteceu, sistematicamente, no mesmo posto de gasolina, no bairro em que o ex-Presidente da República mora, em São Paulo. Gravíssimo isso! O denunciante só se esquece de dizer que quem nomeou o motorista do Sr. Fernando Henrique Cardoso foi o atual Presidente da República. Ele não é funcionário do Sr. Fernando Henrique. Ele é funcionário da Presidência da República e, por força de lei, serve a um ex-Presidente. Aliás, quem fiscaliza as contas do motorista? É Fernando Henrique? Não, é o Governo atual. É o Governo atual! A prestação de contas cabe ao Governo.

Se o motorista, em algum momento, cometeu algum delito e os gestores atuais não tomaram providências, estes estão cometendo um crime, porque apenas o Presidente da República beneficia-se de uma lei que é posta em prática pelo atual Governo, basta ver a nomeação, a designação do servidor e a ordenação da despesa.

Por último, quero lembrar a maior prova da banalização do cartão corporativo: por que se deu a esse funcionário, em São Paulo, um cartão? São Paulo tem uma estrutura da Presidência da República imensa, com carros, escritórios e tudo. Por que não determinaram que ele, num posto de gasolina “x”, abastecesse o carro às tantas horas? Ele, como servidor, teria de cumprir isso.

Meu caro Senador Sibá Machado, com muita alegria ouço V. Ex^a.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes. Senador Heráclito Fortes, o fato proposto pelo requerimento do Senador Romero Jucá está muito claro: trabalhar sobre o uso do cartão corporativo. Por que ele foi criado? Esse tipo de despesa é inerente em qualquer governo. Em qualquer governo, municipal, estadual ou federal, em qualquer instância ou órgão estatal, usa-se um recurso – e V. Ex^a conhece isso muito bem – para atender despesas pequenas e imediatas: a viagem, o hotel, o restaurante ou outro tipo de coisa. Portanto, antes disso tinha-se, dentro de cada Pasta – e é imaginável que se tenha –, a ordenação desse tipo de despesa.

Nesse caso, tinha-se uma gama de serviços que ficavam vinculados à gerência de apenas uma pessoa. O cartão corporativo foi criado em 2001. Consideramos que a criação do cartão corporativo veio agilizar o moroso atendimento desses serviços, que, no governo de Fernando Henrique, eram chamados de “conta b”. Então, o cartão veio para resolver esse problema e dar maior vazão. O que estamos discutindo, penso eu, não é se o uso do cartão é uma coisa errada. O uso do cartão, entendo, é uma coisa correta. Se não for o cartão, deve haver um outro instrumento, porque se precisa desse dinheiro para esse tipo de despesa. Até então, esse tipo de despesa, seja pelo uso do cartão ou pela “conta b”, não era do conhecimento público. Agora, com a criação do portal na Internet, tornaram-se públicas essas despesas e o uso desses cartões. No caso de se voltar à chamada “conta b”, com uma única pessoa ordenando essas despesas, esse motorista, que V. Ex^a lembra muito bem, ficaria vinculado a um único posto e, nesse caso, o volume de vendas geraria a necessidade de se fazer uma licitação. Portanto, não seria mais recurso ligado apenas a essa “conta b”. Eu queria dizer, talvez por conta do debate que foi feito

aqui, que o Governo acertou ao criar o portal. Há essa crítica do General Félix, pois as pessoas que prestam serviço à Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e à Polícia Federal, as pessoas que são do serviço que faz a investigação não podem ter essas contas divulgadas, porque, senão, o sigilo dessa ação não existe mais. Então, até mesmo para que nós nos centremos nesta nova CPI que certamente vai ser instalada e vai cuidar desse assunto; que nos desapaixionemos desse ponto e passemos direto ao que interessa. Quem foi que fez uso indevido desse cartão? É esse o assunto que devemos tratar daqui para frente, de vez que o cartão, por si só, é muito benéfico, no meu entendimento. Agora, acertadamente, o Governo coloca essas informações no Portal da Transparência para que as pessoas, em qualquer lugar do Brasil, possam ter acesso a elas. E foi exatamente por isso que as notícias vieram a público. Portanto, V. Ex^a tem razão, todos aqui têm razão quando lembram que é preciso saber quem foi que usou indevidamente esses cartões. E quanto a isso é preciso também um controle maior e mais rígido e uma apuração desses fatos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Quero lembrar a V. Ex^a que o Portal da Transparência, segundo o Presidente da República, foi instalado no dia 7 de junho de 2005. O Senador Alvaro Dias e vários Senadores aqui já vinham alertando o Governo. Na própria campanha, e aí é uma coisa curiosa, membros da equipe do Presidente da República, que o acompanhavam em campanha, o que não é ilegal, fizeram gastos esquisitos nas cidades por onde andaram. O ilegal foi não terem feito a declaração anexada, em folha própria, à prestação de contas junto ao Tribunal Eleitoral. Mas isso é outra questão.

Agora, uma coisa é a publicidade da honestidade, a outra é a prática. Não é porque o cartão não vinha mostrando os gastos no Portal que o gestor não tinha o dever e a obrigação de ser honesto. A publicação é um avanço e não me canso de elogiar o Presidente Lula pela iniciativa, como não me canso de criticar os que querem que ele coloque debaixo do tapete o que aconteceu aqui.

Quem vai sair prejudicado, Senador Sibá, é o Presidente Lula, que é quem tem imagem no Governo. O resto está lá embaixo. Está-se fazendo com o Presidente Lula o que nós, quando éramos meninos, fazíamos com o mais forte da turma: deu confusão, chama o grande. Está-se abusando da blindagem do Presidente para fazer tudo. Vale dólar na cueca, vale aloprado, vale mensalão, vale tudo. Estão gastando as gorduras de blindagem de Sua Excelência.

Não me surpreendeu o caminho que o Governo tomou quando bateu no Fernando Henrique e no Ser-

ra. A questão entre o cartão corporativo e o cartão de débito do Governo de São Paulo não tem nada a ver, mas, vá lá, que seja. Todavia, a intenção do Governo é uma só. O Governo tem, por estratégia, bater em Fernando Henrique para enlamear o seu passado – não consegue – e tentar atingir o Serra para segurar o seu futuro. Só Deus sabe! Até agora não deu certo, e não dá certo. Não dá certo, Senador Sibá Machado, porque erros cometidos em São Paulo devem ser apurados na instância própria do governo paulista.

Senador Suplicy, V. Ex^a me pediu um aparte? Já estava com saudade. Com o maior prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, o episódio do diálogo travado em termos de muita assertividade, na semana passada, foi visto por milhões de brasileiros. Assevero que V. Ex^a usou de uma palavra que não foi a melhor porque sabe perfeitamente que, quando eu como V. Ex^a assinamos o requerimento da CPI, estávamos querendo a apuração dos fatos relativos aos cartões corporativos, bem como de todas as despesas de suprimentos de materiais. Tanto eu quanto V. Ex^a desejamos que haja transparência no comportamento do Governo, de qualquer governo. Essa comissão parlamentar de inquérito, que provavelmente terá a cooperação de ambas as Casas do Congresso Nacional, será de bom senso. Fico imaginando situações como a do General Félix, responsável pela Abin, o Ministro responsável por essa área, no momento em que nós os parlamentares lhe perguntamos sobre os critérios de transparência, inclusive os relativos à Presidência da República. É importante que venhamos a debater essas normas de bom senso para que V. Ex^a, como eu, a Situação e a Oposição, possamos chegar a uma definição. Isso será muito positivo não apenas para este Governo, mas também para o futuro. Gostaria também de dizer uma palavra sobre o assunto que V. Ex^a trouxe relativo aos pugilistas cubanos. V. Ex^a bem acompanhou quando, juntamente com o campeão mundial de boxe brasileiro, por duas vezes campeão, Éder Jofre, ambos redigimos uma carta ao Presidente Fidel Castro para que ele tivesse uma atitude humanitária de permitir que aqueles atletas pudessem continuar representando seu país tanto no campeonato mundial de boxe, nos Estados Unidos, como depois, nas Olimpíadas de Pequim. E quero aqui transmitir publicamente que ainda aguardo uma resposta do Presidente Fidel Castro. Diante dos episódios mencionados por V. Ex^a, que foram publicados na revista **IstoÉ** da semana passada, vou transmitir ao Embaixador de Cuba que ainda aguardo resposta. Entendo que, do ponto de vista da relação entre Brasil e Cuba, é importante que o Presidente Fidel Castro, que deu tanta importância a esse assunto, tenha a

consideração devida e nos responda. Até porque ele escreveu, naquela oportunidade, três artigos no jornal **O Granma** a respeito, e este assunto ainda merece a atenção da opinião pública brasileira, dos brasileiros que são amigos de Cuba. Portanto, gostaria de transmitir isso a V. Ex^a inclusive como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, que está acompanhando o desenrolar desses episódios.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço. Quero dizer a V. Ex^a e ao Brasil inteiro que o meu respeito e minha admiração pelo nobre Senador são inoxidáveis, resistem ao tempo e à chuva. Quero repetir as palavras de Martinho da Vila numa entrevista a jornal: “os erros, as coisas tristes da vida eu procuro deletar; as boas, eu potencializo”. Quero dizer a V. Ex^a que talvez tenhamos nos excedido no calor do debate, eu por dizer que V. Ex^a acocorou-se e V. Ex^a por bater na mesa de maneira ríspida dizendo repetidamente que ficava bravo. Eu me senti em desigualdade: eu, um obeso de pouca mobilidade, ouvindo isso, de maneira ríspida, de um atleta campeão de boxe. Ainda bem que a distância que nos separava deu tempo para que V. Ex^a refletisse e não colocasse em prática a intenção inicial que deixaria a Nação toda, além de estarecida, decepcionada com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho PMDB – RN) – Senador Heráclito Fortes, peço a colaboração de V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Logo na hora em que eu estou fazendo as pazes com o Senador Suplicy? V. Ex^a, que é o anjo da paz desta Casa, fruto de um consenso? Permita-me pelo menos a sagração e o cachimbo da paz que será feito pelo Senador Sérgio Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho PMDB – RN) – Faço um apelo para que isso seja feito com concisão.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Heráclito Fortes, nos últimos tempos, nos últimos dias exatamente, ganharam divulgação comentários sobre cartões corporativos. Se dependesse de mim, mas não depende de quem quer que seja, esse fato não seria pauta nos primeiros dias do Senado. Precisamos ter uma pauta construtiva, uma pauta que tenha compromisso com a realização de decisões que o Senado não tem tomado. Mas os fatos se impõem. E sobre os fatos um rápido comentário. Primeiro, eles têm a característica de outros fatos. E foram resolvidos da mesma forma...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – O primeiro capítulo é alguém do Governo fingir que não tem nada a ver com isso. Ouvi bem as palavras da Ministra

Dilma, que falava de providências que estavam sendo tomadas e defendia o conceito dos chamados “cartões corporativos” com absoluta exatidão. Falava de punição. É aquela tal história de doa a quem doer. Na verdade, nunca doeu em ninguém, nunca houve punição alguma. Essa é a regra. O Governo se abstrai, como se com esse problema ele não tivesse nada a ver, como se os Ministros fossem ministros do além e não do Governo do Presidente Lula, e aqueles que promoveram essa farra também não fossem do próprio Governo, nomeados por ele. O segundo capítulo é remeter sempre para os outros, para difundir a visão de que todos são iguais. Olha para o passado, porque é sempre conveniente ir buscar o passado, com razão ou sem razão, para São Paulo, numa atitude absolutamente imprudente, diante de um governo cuja pauta é a seriedade, o Governo José Serra, que nunca inventou nenhum Delúbio, que nunca fez nenhum dossiê, que nunca escondeu dinheiro – dinheiro, aliás, que ninguém sabe até hoje de onde veio. De repente, transportam essa questão para o Estado de São Paulo, Estado que tem um Governador do PSDB, que inclusive poderá ser um dos seus candidatos a Presidente da República. Não foi de graça. Intencional. A terceira característica é a de tomar iniciativas para a CPI, que, muitas vezes, não são iniciativas, são contra-iniciativas. Eu sou da convicção de que essa questão começou na Câmara, por requerimentos feitos no passado por um Deputado do Partido, o Deputado Carlos Sampaio, que agora apresenta um requerimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que tem o apoio de Deputados Federais e de representantes do Governo. O Deputado Carlos Sampaio me deu notícias dessas tratativas ontem, não me deu notícia sobre nenhuma conclusão com relação a suas tratativas. É do seu completo, total e absoluto direito trabalhar a Comissão Parlamentar de Inquérito que ele solicitou, negociar para a sua concretização. Do ponto de vista nosso, apenas três comentários rápidos no aguardo de uma decisão que deve ser tomada com os Líderes partidários do PSDB, do DEM e de outros partidos. Primeira questão: o Presidente Fernando Henrique me disse, faz meia hora, que a vida dele pode ser examinada agora, no futuro ou quando for preciso. Inclusive já remeteu a um jornal brasileiro, ao **O Globo**, todo o material com relação à sua vida no que diz respeito aos cartões de crédito corporativo, e que a sua fiscalização não tem nenhuma capacidade de intimidá-lo. Segundo, quanto à tradição de, quando vem uma crítica ao PT e ao seu Governo, sempre ampliar a crítica para alguém, faço questão de dizer que não é algo sensato e não é muito honesto. Se sou acusado de alguma coisa, eu me defendo. Minha defesa não pode ser: “Eu fiz, mas fulano fez também”. Isso não é defesa

de gente séria. A pessoa séria, quando recebe uma acusação, se defende: “Eu tenho essa razão, aquela razão, tais razões, que são as justificativas da minha defesa”. E não dizer: “Olha, eu fiz, mas eles também fizeram. Não sei se fizeram como eu fiz, mas fizeram também”. Esse é o discurso que nos leva à absoluta redução, à plataforma que se banaliza, de que todos os políticos são iguais. E o que é mais grave: não vale a pena a investigação porque a punição nunca vai se dar; se a crise é geral, se todos têm culpa, a culpa vai permanecer, vai sobreviver, e não é preciso investigar. Isso é o que está no conteúdo dessa defesa precária, primitiva, que alguém não deveria sustentar com bom senso. O Governo do Presidente Lula só tem uma razão, e razão ele terá se expuser os documentos, se se defender em relação a eventuais acusações e se ficar claro que desajustes e irregularidades podem ter acontecido e que o Presidente da República nada tem a ver com elas, mas com exame sensato das provas e dos documentos. Poderia haver um acordo sim, sabe para quê? Para que uma investigação dessa não tumultuasse um cronograma que definíssemos para que o Senado caminhasse, para que providências fossem tomadas aqui, votações fossem feitas, enquanto a investigação se daria de maneira sóbria, competente e séria, para colocar um instrumento, rigorosa e objetivamente, correto, que é o dos cartões corporativos, sob controle. A aparência é a de que eles estão sob controle. Eu não posso me defender, dizendo: “Eu fiz, mas alguém fez também”. Isso não é defesa. Nem menino pequeno fazia mais isso no tempo em que eu era menino pequeno – e já faz muitos anos. Não é defesa que o Governo faça, é uma tentativa de iludir, não é uma tentativa de sustentar, de maneira clara, transparente e segura, argumentos que torço para que o Governo os tenha para se defender, como deveria ter feito a Ministra Dilma, quando falou, porque ela apenas falou do futuro, não falou do passado. Deve ser assim. A instrução é para que seja desse jeito. É preciso dizer como aconteceu antes, porque estamos trabalhando com recursos públicos, que precisam ser efetivamente valorizados pelo Parlamento e por todos. Eu tenho certeza de que essa é a palavra do equilíbrio. No que me for possível interferir, interferirei para isto: primeiro, para que tomemos um rumo de segurança, de controle, de ajuste, de correção no exame desse tema, que é polêmico em si, que, muitas vezes, prova e não prova. Muitas vezes, a versão não corresponde aos fatos. Tudo isso é verdade. Mas que o exame se faça de forma tranqüila e transparente. Eu tenho ouvido os pronunciamentos do Presidente do Senado, e são todos na direção do equilíbrio. Seria importante que o Senado tomasse esse rumo agora também por pala-

bras de Líderes, como o Senador Heráclito Fortes, que é um dos que têm, com muita clareza, desenvolvido raciocínios a favor do Brasil.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, peço um minuto final para agradecer ao Senador Sérgio Guerra e dizer ao Senador Romero Jucá: descobriu-se uma vertente nova. O posto de gasolina do ex-Presidente Fernando Henrique, se está errado, que o Governo fiscalize. Porque a fiscalização é do atual Presidente.

E, Senador Sérgio Guerra, vamos alertar ao Presidente Fernando Henrique. Como essa nomeação é feita pelo Governo atual, ele pode, no momento, ter um motorista ou um espião ao seu lado. Não é um sistema perfeito. Apenas um alerta.

Agora, Senador Suplicy, nós não vamos voltar ao passado. Nós não vamos mais falar nem em agachamento nem tampouco em ficar bravo. Nós vamos falar no para frente, até porque eu não quero sair em outras páginas que não sejam as páginas políticas. E na desvantagem que eu levaria para V. Ex^a, iríamos para outro tipo de página, eu com a desvantagem de estar aqui na enfermaria ao lado do Senado da República. Mas como sei que essa não é a intenção de V. Ex^a, digo, em primeiro lugar, que tenho em mãos – e vou lhe passar – o discurso que o Presidente Lula fez no dia 7 de junho...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Heráclito Fortes...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço a colaboração do Senador Eduardo Suplicy para não apartear mais V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Vou respeitar o Presidente. Só queria dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, mas não vale. Vai fazer o aparte?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Jamais seria página policial. Seria página esportiva.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a, agora, tem que ser justo. Fique bravo com ele também.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Se ele quiser ir com regras de esporte, aí, sim.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não vai ficar bravo com o Presidente, não, Senador Suplicy? Só comigo?

De qualquer maneira, Senador Suplicy, o que eu aguardava de V. Ex^a em seu aparte era um comentário sobre os gastos do Reitor de São Paulo – que é o seu mundo: a universidade, o *campus* universitário –, nos restaurantes mais caros de lá e daqui. Tem bom-gosto,

mas não às custas da gente. Esperava, mais sei que V. Ex^a vai falar sobre isso. E V. Ex^a, que é chegado a um gesto simbólico, requisitasse a lixeira da Reitoria da UnB, para que se colocasse...

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – ...os cartões corporativos, que estão sendo mal usados no Brasil.

Feito isso, aí sim, V. Ex^a teria todo o direito de ficar bravo, não comigo, mas com quem está cometendo neste momento um avanço imperdoável nos cofres públicos brasileiros, sem que providências sejam tomadas, até porque, cinco anos depois, o Governo, por meio de um questionário de 13 páginas, começa, de maneira ingênua, a dizer: “Destá vez eu comecei a saber do assunto”.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra, o Líder do Governo, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria, em rápidas palavras, de colocar o posicionamento do Governo, já que o Senador Heráclito registrou toda essa questão e o Senador Sérgio Guerra também.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Eu gostaria de rapidamente marcar...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concederei a palavra a V. Ex^a por cinco minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra, primeiro para concordar com o Presidente do PSDB, Senador Sérgio Guerra, em que, quanto a esses procedimentos que estamos vivendo, a investigação tem que ser feita com muita tranquilidade, com muita responsabilidade e visando ao futuro, à melhor aplicação de recursos públicos e ao controle dos gastos públicos.

Quero rapidamente registrar que, num primeiro momento, apresentei ao Senado um pedido de CPI, exatamente para registrar que o Governo não temia a investigação nem nenhum tipo de CPI.

Existiam versões correntes, na semana passada, de que o Governo tentaria impedir a CPI. Mais que isso, algumas matérias de jornal chegaram a colocar que o Governo estaria negociando cargos, para evitar que se fizesse a CPI.

Então, Senador Sérgio Guerra, como Líder do Governo, fiz questão de apresentar um pedido de CPI no fórum em que o Governo é mais igual à Oposição numericamente, que é o Senado da República. Não procuramos fazer a CPI na Câmara dos Deputados, onde a maioria do Governo é maior; nós a propusemos no Senado, porque aqui praticamente há uma igualdade numérica entre Governo e Oposição.

No meu discurso na sexta-feira passada, marquei o posicionamento de que a investigação deveria procurar analisar os gastos públicos nos últimos anos, sem personificar governos, porque entendo que esses gastos, na sua grande maioria, foram feitos por servidores públicos que atuam na máquina governamental, utilizando recursos públicos para custeio, manutenção e funcionamento do Governo. Marquei aquela posição.

Fui, posteriormente, procurado pelo Deputado Carlos Sampaio, que me apresentou o enunciado do seu pedido de CPI e que registrou as mesmas preocupações que eu registrava. Mais que isso, S. Ex^a mostrou-me o trabalho aprofundado que realizou para proposição da CPI e, conversando comigo, disse que entendia que era preciso fazer a pesquisa dos gastos relativos a um período anterior a 2002 ou a 2001.

Portanto, no seu enunciado, estava a proposição de análise desde 1998, quando foi criado o cartão de pagamentos. O cartão foi criado em 1998 e implementado em 2001, havendo um hiato de três anos, em que funcionou alguma coisa como gasto público, que foi exatamente a conta b.

E, já que o enunciado, a disposição, a visão do Deputado Carlos Sampaio vinha na direção que entendíamos ser a CPI institucional e não “fulanizada” – porque essa era a minha preocupação inicial –, construímos o entendimento e chegamos à posição final de apoiar a criação de uma CPI Mista, já que, na Câmara dos Deputados, vários parlamentares da base do Governo gostariam também de participar da investigação, desse procedimento de averiguação e de proposição de nova sistemática de gastos públicos.

Em decorrência disso, quero registrar que, hoje pela manhã, reuni-me com o Deputado Carlos Sampaio e combinei retirar meu requerimento e apoiar, junto à base do Governo, a proposição e o texto da CPI Mista do Congresso, proposta pelo enunciado do Deputado Carlos Sampaio, do PSDB.

Portanto, essa é a nossa posição. Quero deixar clara a posição do Governo. O Governo não teme CPI. Não teme averiguação. O Governo não tem compromisso com erros individuais.

Entendo que o Presidente Fernando Henrique, no seu período de governo, não determinou que alguém agisse de forma errada. Entendo que o Presidente Lula

não determinou que alguém agisse de forma errada. E entendo que o Governador José Serra também não determinou que alguém agisse de forma errada.

Portanto, acho um desserviço a investigação e a proposição de novas regras, se procurarmos “fulanizar” e atacar politicamente os mandatários, quer de Estados, quer do Governo Federal.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pois não, ouço o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não é permitido. Lamento, mas não é permitido

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Ah, é verdade.

Presidente Garibaldi, agradeço a oportunidade que V. Ex^a me deu, para marcar aqui a posição do Governo. Registro que vou assinar a CPI Mista do Congresso e conclamo todos os integrantes da base do Governo no Senado para que a apóiem também. Mantive contato com o Líder Henrique Fontana, da Câmara dos Deputados, para que os Deputados da base do Governo assinem, naquela Casa, a CPI para investigar e melhorar, daqui para frente, os gastos públicos de suprimento de fundos e de cartão de pagamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Líder do PDT, Osmar Dias.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita-me apenas dizer ao Líder do Governo, Romero Jucá, que o cumprimento pela decisão tomada. Estou de pleno acordo com a realização da CPI Mista. Acho que essa é uma medida de bom senso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, como Líder, por cinco minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, primeiro, quero comunicar que já assinei a CPI e acredito que todo o PDT vai assiná-la. Eu a assinaria independentemente desse acordo que foi feito entre o Líder do Governo e a oposição. Já que é para investigar, vamos investigar. A CPI tem que ser instalada.

Mas vim à tribuna, Sr. Presidente, porque, na próxima quarta-feira, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado vai realizar uma audiência pública importante. Estarão presentes o Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, o ex-Ministro Pratini de Moraes, entre outros convidados, para debatermos, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, quais as medidas que devem ser adotadas pelo Brasil para enfrentar mais esse embargo da União Européia à carne bovina brasileira.

As pessoas não têm a dimensão do que isso representa para a balança comercial brasileira e para a geração de empregos no País. É muito importante que o Brasil resolva esse problema o mais rápido possível. O Brasil já perdeu tempo demais, dando chance ao azar. Venho alertando desta tribuna – há muito anos, venho alertando desta tribuna – que o Brasil, o Governo brasileiro, não pode continuar sendo negligente, irresponsável, ao deixar de colocar recursos para a defesa sanitária.

Em 2000, foram R\$170 milhões no orçamento da defesa sanitária do País; no ano passado, R\$90 milhões, metade. Sr. Presidente, o rebanho cresceu, o plantel de aves, o rebanho de suínos também, as exigências dos importadores cresceram, e o Brasil fez encolher o seu orçamento para a sanidade. O Ministro Reinhold Stephanes tem cobrado, assim como o ex-Ministro Roberto Rodrigues cobrava, mais responsabilidade do Governo, porque, quando não se coloca dinheiro, não há técnicos nas fronteiras. Há uma enorme fronteira seca que permite a entrada de doenças – como a febre aftosa, que entrou pelo Mato Grosso do Sul –, e o prejuízo é iminente.

Temos o risco de entrarem doenças exóticas no plantel de aves, e só isso seria colocar em risco cerca de três milhões de empregos em nosso País, porque a avicultura gera três milhões de empregos no campo e na cidade. Na suinocultura, 1,5 milhão de empregos. E colocamos todos esses empregos em risco. E mais: quando se mexe no setor carne, nós mexemos em 60 segmentos diferentes da economia. Não é o setor carne que vai perder se nós perdermos a oportunidade que temos hoje de abertura de novos mercados e não do fechamento do que nós já conquistamos. Eu sempre digo que para você abrir um mercado é difícil, mas para você reabrir aquele mercado é muito mais difícil, porque uma coisa quando é perdida, que se chama credibilidade, é muito difícil de se reconquistar.

Neste caso específico, quero dizer que o Governo tem responsabilidade, sim, por não estruturar de forma adequada a defesa sanitária brasileira e por colocar tão pouco dinheiro no orçamento. Não temos laboratórios para analisar o problema da febre aftosa.

É preciso mandar material para o Lanara lá de Belém do Pará. Não temos laboratórios nos Estados, nos portos, nos aeroportos para fazer logo esse diagnóstico e impedir a entrada de doenças. O Brasil tem que investir na construção de laboratórios, na contratação e treinamento de técnicos, e isso demanda recursos no orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Osmar Dias, eu gostaria de pedir silêncio, porque há um orador na tribuna.

Continua V. Ex^a com a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Estou falando aqui da falta de empenho do Governo em resolver o problema da sanidade. Agora, esse embargo vai trazer prejuízos e não estou vendo agilidade do Governo em resolvê-lo. Por isso, chamamos o Ministro da Agricultura aqui para, quarta-feira, na Comissão de Agricultura, debatermos com ele, porque o Ministro da Agricultura, que é do Paraná – eu conheço, é um homem sério, correto –, quer resolver o problema, mas precisa do apoio do Itamaraty, precisa do apoio do Senado Federal. Acredito que não faltará a ele o apoio desta Casa, porque resolver o problema do embargo da União Européia à carne brasileira é resolver o problema, como eu disse, de 60 segmentos da economia brasileira. E mais, é impedir que se faça novamente uma injustiça aos produtores brasileiros, porque quando a União Européia pediu para que o Brasil indicasse 300 propriedades para exportar já é um desrespeito. Temos 10 mil propriedades certificadas e a União Européia pede 300. Quem é que vai escolher as 300? É o Ministério da Agricultura? E os outros produtores, como ficam?

Então, não é assim que o Brasil deve aceitar pacificamente essa decisão tomada pela União Européia. Devemos inclusive recorrer – vou concluir, Sr. Presidente – à Organização Mundial do Comércio, se for preciso; mas, antes disso, o diálogo, e já que é preciso dialogar antes, vamos ouvir o Ministro da Agricultura e o representante dos produtores, que é hoje o ex-Ministro Pratini de Moraes, para que este Senado entre, sim, nessa conversa e nessa briga para impedirmos que o Brasil seja mais uma vez prejudicado por uma retaliação comercial, porque não passa de retaliação comercial.

Vou voltar a esta tribuna, Sr. Presidente, mas aproveite o minuto final para dizer que uma hora é o desmatamento da Amazônia que é utilizado como argumento para não se importar produtos brasileiros; outra hora, inventam que há problemas na legislação trabalhista ou na aplicação da legislação trabalhista; depois, vem o problema sanitário, que efetivamente não existe, embora o Brasil esteja se descuidando. Então, por que estou pregando aqui que o Brasil faça a sua

parte e coloque dinheiro e estrutura na sanidade? É para não dar mais chance para que União Européia, Estados Unidos, Tigres da Ásia ou qualquer outra região do mundo se utilize de qualquer argumento em relação à sanidade. O Brasil tem que cumprir a parte dele, e vamos lutar para isso.

Agradeço a V. Ex^a pela tolerância, mas esse assunto tem que ser tratado, sim, pelo Senado Federal, porque ele importa a milhões de trabalhadores brasileiros, e a empresários também.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes. Em seguida, falarão o Líder Renato Casagrande e, depois, o Líder Senador José Agripino.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quero aproveitar a oportunidade, neste nosso retorno às atividades parlamentares de 2008, para registrar um acontecimento importante para o Estado do Amapá, que foi exatamente o aniversário da cidade de Macapá.

Sei que o momento é de discussão política, com vários temas importantes em discussão, como essa questão dos cartões corporativos, que vamos discutir profundamente aqui, provavelmente numa CPI, que poderá ser mista, conforme entendimentos que já aconteceram, mas, neste momento, para o meu Estado, para mim como representante do Estado do Amapá, o mais importante é dizer, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a cidade de Macapá, neste começo de 2008, completa 250 anos, com a mesma garra dos açorianos que ali chegaram em meados do século XVIII, justamente para colonizar aquela região, e que tiveram de enfrentar não apenas os desafios de uma região inóspita, mas também as investidas dos invasores holandeses, ingleses e franceses.

Macapá, volto a dizer, completa 250 anos, Sr^{as} e Srs. Senadores, com a mesma garra dos negros descendentes dos escravos que construíram a Fortaleza de São José, negros que, até hoje, habitam a Vila do Curiaú e que souberam dar continuidade às tradições e aos costumes de seus ancestrais.

É essa garra, Sr. Presidente, é essa determinação de todos que ali já viveram e que ainda vivem que nos permite projetar um futuro radiante para o Estado do Amapá, como um todo, e, particularmente, para sua Capital, Macapá, de que tive a honra de ser Prefeito no período de 1993 a 1996.

Quero informar à população brasileira que nossa localização é privilegiada. No que diz respeito à posição geográfica, temos boas possibilidades de acesso aos mais diversos centros consumidores, como a América Central, a América do Norte, a África, a Europa e as

demais Regiões do Brasil. Além disso, imersos que estamos na Amazônia, podemos contar com uma gama invejável de recursos naturais.

Desse modo, as perspectivas de desenvolvimento social e econômico da nossa região – volto a dizer – são das mais animadoras. Tradicionalmente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os setores do comércio e de serviços têm sido os mais vigorosos em Macapá, situação, aliás, estimulada pela condição de Capital do Estado, não obstante dois fatores que indicam uma tendência de diversificação das atividades. Em primeiro lugar, deve-se destacar a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e de Santana, fruto de projeto de lei do Presidente Sarney, que teve como consequência a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, que tem o objetivo de promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças de nosso extremo norte e, ao mesmo tempo, de incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos.

Infelizmente, Sr. Presidente, ao longo desses dezesseis anos, desde sua criação, a Área de Livre Comércio de Macapá e de Santana não se consolidou no ritmo que seria desejável, mas espero que essa situação logo seja revertida, pois, afinal, as potencialidades são imensas. Dos 463 hectares previstos, 280 estão implantados. São 11 quadras e 73 lotes, já com a infra-estrutura necessária à instalação de projetos industriais, projetos esses, convém lembrar, que poderão ser direcionados aos mais diversos setores e produtos, como mineração, extração de madeiras, pecuária, piscicultura, açaí, castanha, borracha, andiroba, copaíba e plantas medicinais.

Um segundo fator a ser considerado, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o potencial turístico de Macapá. Já tive oportunidade de exaltar, em pronunciamentos feitos aqui mesmo, nesta Casa, as inúmeras atrações turísticas do Estado do Amapá e de sua Capital, Macapá.

Falei da pororoca, da Cachoeira de Santo Antônio, da Cachoeira Grande, do Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque. Falei também, especificamente, das atrações de Macapá: a já citada Fortaleza de São José de Macapá, a maior fortificação construída pelos portugueses em nosso País, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como patrimônio histórico em 1950; o parque Meio do Mundo, com o Marco Zero do Equador, já que nossa Capital é das poucas cidades de expressão cruzadas pela linha que divide a Terra em dois hemisférios, o Hemisfério Norte e o Hemisfério Sul; o Estádio Zerão – no Hemisfério Norte, está a metade desse Estádio, e a outra metade está no Hemisfério Sul –; e a Escola Sambódromo de Artes Populares.

Já falei do imponente Teatro das Bacabeiras, da Casa do Artesão e do Índio, da imagem do padroeiro da cidade, São José, na pedra do Guindaste, do Mercado dos Produtos da Floresta. Tudo isso já tive oportunidade, Sr^a e Srs. Senadores, de exaltar nesta tribuna do Senado Federal.

Falei das atrações que ficam perto de Macapá, como as praias da Fazendinha e do Araxá, com suas redes de bares e restaurantes, e da Área de Proteção Ambiental (Apa) do Curiaú, com suas comunidades negras de tantas tradições.

Falei, enfim, de um Estado e de uma cidade com condições excepcionais para atrair turistas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 04 de fevereiro de 1758, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal e comandante das Armas da Província do Pará, elevou o povoado de Macapá à categoria de vila.

Em 4 de fevereiro de 2008, com justificado orgulho, com imensa alegria, a população do Amapá comemorou os dois séculos e meio de sua Capital, uma cidade que tende a se destacar, cada vez mais, como importante pólo comercial e de serviços, industrial e turístico.

E quis ainda o destino, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que os 250 anos de Macapá fossem escolhidos pela Escola de Samba Beija-Flor como tema de seu desfile em 2008. Dessa maneira, no mesmo 4 de fevereiro deste ano, no Sambódromo do Rio de Janeiro, o povo do nosso País foi apresentado a um enredo emocionante: “Macapaba: Equinócio Solar, Viagens Fantásticas ao Meio do Mundo”. Nesse enredo, foram vislumbradas as belezas da cidade e do Estado do Amapá.

No mais, Sr. Presidente, penso que só nos resta, a todos aqueles que temos a ventura de viver na Capital do Amapá, bater no peito e dizer: eu sou Macapá!

Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que faça constar dos **Anais** da Casa dois requerimentos que estou encaminhando à CPI das ONGs desta Casa. Um deles diz respeito à convocação do Reitor da Universidade de Brasília (UnB) para prestar depoimento em razão de denúncia que a imprensa nacional, na última semana, divulgou sobre a utilização pela UnB de mais de R\$400 mil da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) para a decoração

do apartamento do Reitor da Universidade. Ocorre, Sr. Presidente, que esses recursos são destinados à pesquisa científica e tecnológica. Portanto, a se confirmar a utilização desses recursos, houve desvio de finalidade. Em decorrência disso, há necessidade de investigação e de depoimento do Reitor.

Outro requerimento solicita ao Ministério Público o encaminhamento do material já investigado pela instituição. Consta também que a UnB é a principal mantenedora dessa Fundação e, de 2002 a 2007, repassou à Finatec cerca de R\$23,1 milhões, o correspondente a 30% de todos os recursos recebidos pela

entidade. São recursos públicos com desvio de finalidade, parece-me, e, por isso, há necessidade dessa investigação.

Estamos protocolando, hoje, junto à CPI das ONGs, os dois requerimentos. E peço a V.Ex^a que os publiquem nos **Anais** da Casa.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

REQUERIMENTO /2008

Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei n.º 1.579/52, que seja **convocado** para prestar depoimento nesta Comissão o Sr. Timothy Mulholland, Reitor da Fundação Universidade de Brasília.

Justificação

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada pelo requerimento n.º 201, de 2007, e aditado pelos requerimentos n.ºs 217 e 1.324, de 2007, destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para Organizações não Governamentais - ONGS - e para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPS, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

O Ministério Público afirma que a Universidade de Brasília empregou recursos, inicialmente destinados à pesquisa científica e tecnológica, para reformar o apartamento funcional do reitor da UnB. Segundo promotores que investigam o caso, a instituição teria gasto R\$ 470 mil na compra de móveis luxuosos, como uma lata de lixo de R\$ 990.

Dados do TCU, que já estão em posse da CPI, também mostram que a UnB é a principal fonte de recursos da Finatec. Entre 2002 e 2007 a universidade repassou, de acordo com o tribunal, R\$ 23,1 milhões à Fundação -- 30% de toda a verba recebida pela entidade no período.

Portanto, justifica-se a análise do assunto por esta CPI, com a convocação para depoimento do representante Fundação Universidade de Brasília.

Sala das Comissões, de fevereiro de 2008.



Senador ALVARO DIAS

REQUERIMENTO /2008

Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei n.º 1.579/52, que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios encaminhe a esta CPI, no prazo mais célere possível, o teor integral de todas as ações e investigações movidas contra a FINATEC (Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos).

Justificação

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada pelo requerimento nº 201, de 2007, e aditado pelos requerimentos nºs 217 e 1.324, de 2007, destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para Organizações não Governamentais – ONGS – e para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPS, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por

elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

O Ministério Público afirma que a Finatec empregou recursos, inicialmente destinados à pesquisa científica e tecnológica, para reformar o apartamento funcional do reitor da UnB. Segundo promotores que investigam o caso, a instituição teria gasto R\$ 470 mil na compra de móveis luxuosos, como

Dados do TCU, que já estão em posse da CPI, também mostram que a UnB é a principal fonte de recursos da Finatec. Entre 2002 e 2007 a universidade repassou, de acordo com o tribunal, R\$ 23,1 milhões à Fundação -30% de toda a verba recebida pela entidade no período.

Sala das Comissões, de fevereiro de 2008. – Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra, neste instante, pela Liderança do PSB, ao Senador Renato Casagrande.

V. Ex^a terá cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, meus senhores, minhas senhoras, o tema do debate é o da CPI Mista para investigar os cartões corporativos. Assinei o requerimento. Já havia assinado a CPI do Senado proposta pelo Senador Romero Jucá. Agora, assinei o novo requerimento, depois do acordo feito entre o Deputado Carlos Sampaio e o Senador Romero Jucá.

A meu ver, este é um assunto que merece ser investigado. Mas não acho que CPI seja o melhor instrumento de investigação, pois acaba virando um palco e um palanque de disputa entre Base aliada e Oposição. Não é o melhor instrumento, mas é o instrumento que mais responde politicamente, porque, se não se instala uma CPI, passa-se a impressão de que se tem medo da investigação. Por isso, saúdo a decisão de se criar uma CPML. Espero que, efetivamente, ela seja conduzida num acordo político entre Governo e Oposição, para que nós possamos fazer a investigação.

Há alguns princípios que norteiam o gasto público. O primeiro deles, Senador Sibá Machado, é o princípio do critério. Para qualquer gasto público e até nos gastos nossos do dia-a-dia, nas nossas casas, nas empresas, deve haver critério para gastar o dinheiro. Na Administração Pública, mais critério ainda. Então, o primeiro princípio é critério. Ficou efetivamente comprovado, por meio de publicação feita pelo próprio Governo Federal, que faltou critério no gasto com os cartões corporativos. Então, investigar é fundamental.

Não faltou critério da parte de todos, não faltou um comportamento correto de todo mundo, mas falta critério claro para a utilização dos recursos com esses cartões. Então, o estabelecimento de um critério é fundamental.

O segundo princípio do gasto público é a transparência, a publicidade. Temos de dar publicidade. Quando cheguei ao plenário, ouvi o Senador Sibá Machado discursando sobre isso. De fato, o Governo Federal, de todos os entes da Administração Pública, é aquele com maior nível de transparência. Nos últimos anos, o nível de transparência na Administração Pública federal tem aumentado – não é ainda o ideal, mas tem aumentado. Os governos estaduais, fora raras exceções – agora, Pernambuco colocou o portal transparência em funcionamento –, e os governos municipais, também fora raras exceções, não têm o seu portal transparência, não fazem a publicidade dos

seus atos, não lançam suas despesas na rede mundial de computadores. E isso é fundamental. As novas tecnologias permitem que se tenha transparência nos gastos da Administração Pública.

Sr. Presidente, V. Ex^a retoma o diálogo com a Câmara dos Deputados, uma medida necessária. V. Ex^a foi eleito no final do ano passado. Quero fazer um elogio a V. Ex^a pelo pronunciamento feito na última quarta-feira, na abertura do ano legislativo. V. Ex^a estabeleceu uma prioridade, uma pauta, que esta Casa tem de ter e que há muito tempo não tem. E por quê? Porque, nos dois últimos anos da legislatura passada, Senador Heráclito Fortes, tivemos uma grande crise na Câmara dos Deputados – sanguessugas, mensalão –, que impediu o diálogo entre Câmara e Senado. No último ano, o primeiro desta Legislatura, o Senado viu-se envolvido num escândalo que envolveu o ex-Presidente, Senador Renan Calheiros. Foram três anos sem diálogo entre Câmara e Senado.

Agora, com a eleição de V. Ex^a, voltamos a uma normalidade institucional. Podemos agora ter um diálogo entre Câmara e Senado. E aí saúdo V. Ex^a pelo discurso, pela linha do pronunciamento e pela publicidade do ato da verba indenizatória. Parabéns! A Casa precisa disso.

Na linha do discurso de V. Ex^a, temos um projeto de lei do ex-Senador João Capiberibe, que foi Senador pelo Partido Socialista Brasileiro, o projeto transparência, que obriga toda a Administração Pública, qualquer que seja a esfera de poder, a lançar na Internet seus gastos. Com as despesas apresentadas *on-line*, em tempo real, sabe-se o preço pelo qual é comprado um produto, onde se está gastando. A publicidade é fundamental para estabelecer claramente o nível de acompanhamento do gasto público pela sociedade brasileira, pelo Ministério Público Federal, pelas entidades.

Nessa crise do cartão corporativo, temos de avançar para termos critério e para que, cada vez mais, tenhamos transparência. E temos de investigar. Quem errou tem de pagar. Se alguém usou o cartão corporativo para algum benefício, para alguma despesa pessoal, precisa ser responsabilizado.

Esta é a posição que gostaria de deixar. É essencial que tenhamos uma agenda legislativa. Voltarei, ainda nesta semana, a abordar o assunto. V. Ex^a vai promover um debate amanhã no Colégio de Líderes. Isso é importante. Voltarei a me pronunciar para que possamos ter uma agenda de interesse da sociedade. Que a nossa agenda positiva seja mais importante e possa nortear os trabalhos desta Casa.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Quero apenas fazer um registro com relação à transparência da verba indenizatória: o Senador Tião Viana foi quem deu início a esse processo, quando da sua passagem pela Presidência da Casa.

Concedo a palavra, como Líder do Democratas, ao Senador José Agripino. Em seguida, falará o Senador Mão Santa.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na sexta-feira ocupei a tribuna, na presença inclusive do Senador Romero Jucá, Líder do Governo, para fazer uma proposta buscando consenso em torno do enunciado da Comissão Parlamentar de Inquérito que precisa investigar o mau uso de cartões corporativos.

Cheguei a sugerir ao Senador uma reunião de líderes, contando com a presença dele e de líderes de todos os partidos. Cheguei a fazer contatos, falei com o Senador Art. hur Virgílio, com o Senador Romero Jucá, do PMDB, com o Senador Renato Casagrande, do PSB; mantive contato, por vias transpostas, com o Senador Epitácio Cafeteira; mantive contato com líderes de diversos partidos. Falei com o Senador Jefferson Péres, em Manaus, quando lhe propus encontrarmos os caminhos do consenso para que tivéssemos o enunciado de uma CPI não de fulano nem de beltrano, nem de governo nem de oposição, mas, de preferência, uma CPI da Casa, no sentido de recuperar a imagem do Senado, como é desejo de V. Ex^a.

Hoje pela manhã, ao manter contato com os líderes para organizar a hora da reunião, em função da chegada de S. Ex^{as} a Brasília, fui informado, pela imprensa, de que o Deputado Carlos Sampaio havia tomado a iniciativa de, em janeiro – há mais de 15 dias –, apresentar à Mesa da Câmara um pedido de CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, para investigar as questões ligadas ao cartão corporativo.

O que aconteceu em seguida? O Senador Romero Jucá, Líder do Governo, com a autoridade que lhe compete e ouvidas as instâncias que ele julgou conveniente, do Palácio do Planalto, colheu assinaturas e apresentou a V. Ex^a, à Mesa do Senado, um pedido de CPI do Senado. Não deixava claro que seria para investigar o mau uso de cartão corporativo, falava até em conta B dos últimos dez anos, de 1998 a 2008. A CPI era do Senado, não mista como originalmente os Deputados haviam sugerido e, com toda a razão, eles têm o direito de contribuir para o estabelecimento de um padrão ético irreprovável no Congresso Nacional e na vida pública do Brasil.

O Senador Romero Jucá apresentou seu requerimento. Em seguida foi obrigado a fazer, de próprio punho, uma modificação que gerou, por determina-

ção regimental, a devolução do requerimento que já continha as 27 assinaturas ou até mais. E S. Ex^a, do plenário, renovou a intenção de apresentar a mesma proposta, o mesmo requerimento com assinaturas renovadas e ouviu de mim a proposta de que nos entendêssemos em torno de um fato que, para mim, é o mais importante.

Sr. Presidente, o mais importante é não perdermos o princípio básico da CPI, que é o instrumento de minorias e que tem de se ater a fato determinado. CPI tem de investigar fato claro, Senador Marco Maciel, não pode investigar um fato em aberto. Do contrário, vai-se querer aqui investigar as contas de Getúlio Vargas, sem denúncia de ninguém, sem nenhuma objetividade ou até para entupir caminho.

O fato determinado é fundamental, e o fato do requerimento do Senador Romero Jucá era indeterminado. Quem é que denunciou conta B? Onde há alguma suspeita no Tribunal de Contas da União ou no Siaf, como há no caso dos ministros dos esportes, da igualdade racial, de tantos ecônomos vinculados ao Palácio do Planalto? Onde é que há, como nesses casos, suspeitas de documentos que têm de ser explicados? Que ilação pode ser feita em relação à conta B, quando o Tribunal de Contas já existia e não há nenhuma denúncia? Por que investigá-la? Para fazer uma CPI de justificativas, de cortina de fumaça, para que se perca o foco e para desvirtuar o sentido da CPI, que é investigar fato determinado, transformando-a na CPI do fato indeterminado?

Não concordei e queria a reunião de líderes, para encontrarmos um consenso. Nem precisou. Os fatos do final de semana, das revistas e dos jornais, que mostraram, de forma ainda mais explícita, magnificada, com lente de aumento a prática do dolo por parte do atual Poder Executivo, fizeram com que o Líder do Governo, por razões que não me cabe aqui avaliar, refletisse, recebesse o Deputado Carlos Sampaio, autor original da primeira proposta de CPMI, e concordasse com os termos da proposta que S. Ex^a apresentou e que está consensuada com o Governo, está consensuada com a Bancada de Deputados do PSDB, com a Bancada de Deputados dos Democratas e do PPS. A proposta trata de quê?

Requeiro a V. Ex^a, nos termos do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e na forma do art. 21 do Regimento Comum do Congresso, a instituição de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, para apurar, no âmbito federal, possíveis casos de uso abusivo do chamado cartão corporativo, criado pelo Decreto nº 2.809/98 e instituído a partir de 2001, “ano em que passou a ser efetivamente utilizado.

O cartão foi criado em 1998 e foi instituído em 2001 – fisicamente, ele começou a ser usado em 2001. As contas começaram a ser pagas pelo cartão corporativo, que é o fato determinado desta CPI, a partir de 2001.

E prossegue:

“[...] em especial no que tange à compra de bens e serviços supérfluos ou fora do exercício funcional, bem como eventual fracionamento de despesas a ensejar fuga ao processo licitatório”.

Está aqui claríssimo o fato determinado, que é o que defendo.

O Deputado Carlos Sampaio obteve o “de acordo” do Líder do Governo, que recuou da investigação em aberto de dez anos, inclusive com coisas que não são objetos de denúncia; evoluiu da CPI do Senado para uma CPMI, em que Deputados e Senadores terão oportunidade de exercitar o debate em benefício do entendimento de que proibidade tem de ser um bem da democracia brasileira. E foi feito o entendimento.

Quero dizer a V. Ex^a que conversei com o Líder Art.hur Virgílio, que é Líder, no Senado, do Partido do Deputado Carlos Sampaio; conversei com o Líder Pannuzzio, e há entendimento de que esse texto é conveniente. Há suposições de que, pelo fato de se mencionar a data de 1998, é possível investigar a conta “B”. Pode até ser que se venha a investigar a conta “B” e nada em contrário. Nada! Agora, que não se venha investigar pelo fato de isso estar no enunciado da CPI. Não, não está. O que está – e o fato é determinado – é cartão corporativo, que começou em 2001 e continuou até 2008. Se alguma evidência de governos pretéritos vier a se mostrar, não haverá nenhum óbice em que se investigue. Não se está aqui pretendendo esconder nenhuma sujeira debaixo do tapete. Agora, não que se venha a fazer a CPI das justificativas, que se venha a colocar o caso Mathilde com um caso inventado em 1998. Não; aí, não. Houve o recuo, e esse é nosso entendimento.

Vai se investigar cartão corporativo, que foi instituído em 1998. Não existiu até 2001. Há uma lacuna, portanto, entre 1998 e 2001. E, a partir de 2001 até 2008, ele existe fisicamente, produzindo compras e saques, que têm de ser explicados, doa a quem doer, chegar aonde chegar.

Quando falo isso, Sr. Presidente, não quero referir-me individualmente ao “seu ninguém”. Ninguém imagine que essa CPI esteja sendo pensada por nós, os Democratas, ou pelos Tucanos, para se chegar, individualmente, ao fulano, ou ao beltrano, ou à beltrana. Está-se querendo passar a limpo um contencioso de improbidade. E é o que vai ser feito.

Com essa manifestação, quero dizer que vou ouvir, evidentemente, o Líder do PSDB, Senador Art.hur Virgílio, mas, Senador Heráclito Fortes, de minha parte, o Governo chegou aonde deveria chegar. Está na hora de começarmos a investigar os cartões corporativos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Líder do PSDB, Senador Art.hur Virgílio.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é lamentável que o Parlamento reabra sob o signo da crise, a ponto de não nos darem a oportunidade sequer de cobrar a palavra do próprio Presidente da República, empenhada e não honrada, no episódio pós CPMF, na tentativa de aprovarem a DRU; portanto, o compromisso de não editarem pacote financeiro, discutirem com a Oposição, discutirem com o conjunto da sociedade os cortes de despesas a serem feitos para se equilibrar um possível buraco nas contas públicas – buraco que não consigo identificar, até porque o Governo da ganância precisaria deixar de sê-lo.

É o signo da crise: estoura algo parecido com um escândalo no episódio dos cartões corporativos, e algumas coisas me espantam.

Espantou-me muito a reunião, no Palácio do Planalto, em que usaram a honradez do General Félix, reeditando-se, porém, métodos do antigo Serviço Nacional de Informações. O General disse que teria de retirar ainda mais itens de transparência do que propriamente abrir por inteiro as despesas, os gastos oficiais com cartões corporativos. E me espantou muito isso acontecer no Governo de um operário que foi preso por defender as liberdades, liderando as greves já históricas do ABC paulista.

Espanta-me, ainda uma terceira vez, Senador Heráclito Fortes, o fato de este Governo, quando acusado de qualquer coisa, em vez de se defender, como deve fazer qualquer pessoa, como deve fazer qualquer entidade decente, apresentar suas defesas, apresentar sua linha de argumentação, imediatamente ele tenta transferir a responsabilidade para terceiros, para quartos, para quintos, na tentativa de embaralhar a compreensão dos fatos. Ou seja, a impressão que este Governo me passa – e isto é lamentável, porque eu acreditava em erros administrativos e econômicos deste Governo, mas não acreditava em tanta degenerescência moral até – é a de que eventuais crimes de outros absolvem-no dos seus próprios crimes, quando eventual crime

praticado por quem quer que seja não torna menos criminoso aquele que também tenha incorrido em algum delito capitulado na lei penal brasileira.

Agora, vejo a tentativa desesperada, mambembe de se embaralharem os fatos nessa tal CPI.

Quero alertar o Governo para o seguinte: democracia funcionando, Ministério Público ativo, Parlamento com Oposição vigilante, sociedade pública em mobilização – e será crescente a mobilização da sociedade –, tanto faz que haja maioria ou minoria. E vamos querer saber, Sr. Presidente, a quem cabe, pela ordem do rodízio, a relatoria e a presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito. Elas não podem ficar, o tempo todo, ao bel-prazer dos interesses do Palácio do Planalto. Há pouco tempo, o Senador Antero de Barros presidiu a CPMI do Banestado; depois, houve mais uma dezena. Quando é a vez de novo de alguém do PSDB, alguém do bloco de Oposição, do bloco minoritário – que não é tão minoritário assim, senão não teria derrotado o Governo no episódio da CPMF?

Mas há a tentativa de se colocarem pessoas de confiança. Derrotaram o Senador César Borges, porque o Senador Delcídio Amaral era de confiança no episódio da CPMI dos Correios, e o primeiro fato fez com que as convicções do Senador Delcídio Amaral cambassem para o caminho da verdade. O Deputado Osmar Serraglio era de confiança, era da base do Governo, e o primeiro fato fez com que o Deputado Osmar Serraglio imediatamente percebesse que estava diante de uma quadrilha montada e organizada para assaltar os cofres públicos. Essa foi a verdade daquele episódio da CPMI, que investigou o chamado mensalão.

Ouvi falar agora que pretendem indicar para uma das posições um Deputado da minha maior estima, que é o Deputado José Eduardo Cardozo. Tenho nele a mais absoluta confiança. Sei que é um homem de nível, um homem de respeito, de respeitabilidade.

Faltava, agora, o Governo indicar um pau-mandado seu.

Quero dar um outro exemplo de como pau-mandado não resolve nada neste País. Colocaram paus-mandados naquela chamada CPI do Mensalão, uma que fizeram funcionar para evitar o êxito daquela que teve êxito, que foi a dos Correios. E aquela CPI desmoralizou tanto a si própria, cometeu tantos desatinos, desmoralizou-se tanto, desceu tão baixo que terminou sendo fechada por decisão envergonhada da maioria dos seus membros. Ela não chegou a cumprir o tempo constitucional, o tempo regimental que lhe estava sendo destinado. Ela não funcionou porque não buscava o fato, ela buscava encobrir os fatos. Ela não funcionou porque ela não queria a verdade, ela queria encastelar a verdade. Ela não funcionou porque ela não queria

apontar culpados e criminosos do dolo de ameaçar, de maneira sorrateira, traiçoeira, a coisa pública e, sim, porque ela, aquela CPI falsa, a tal do Mensalão, estava lá com uma maioria domesticada para não deixar acontecer nada ao Governo de quem, hoje, tutela o poder neste País. Não adianta.

Entendo, Senador José Agripino – e peço a V. Ex^a um tempinho para concluir, Sr. Presidente –, que o Governo se perde cada vez mais.

Não estou, aqui, discutindo sequer mais detalhe de popularidade ou não. Não sei se continua popular um governo que pratica tantos atos agressivos à ética no País, mas é mais popular que o Julio Iglesias? E o Julio Iglesias não serve para presidir o País. Não serve. É mais popular do que quem quer que seja, qualquer ator de chanchada neste País? Não quero discutir isso. Quero discutir credibilidade.

Estou supondo que um governo que não cumpre a palavra deveria, agora, purgar-se apresentando nomes para examinarmos, sem a preocupação de patrolar com maiorias falsas que, depois, a imprensa derrete, maiorias falsas que, depois, o Ministério Público acaba por derreter também, maiorias falsas que não resistem a uma manchete de jornal, maiorias falsas que não resistem a uma denúncia comprovada, a uma denúncia clara, a uma denúncia irrefutável.

Chega de acreditar que este País é uma ditadura. Este País é uma democracia e, em democracia, não se pode roubar, sem que se perceba, o dinheiro do povo. Não se pode gastar, de maneira equivocada, aquilo que é da poupança popular, porque a democracia não permite essa prática, porque o Ministério Público está aí, vigilante, porque há Oposição funcionando, porque há um Supremo Tribunal Federal que nos orgulha, porque há uma imprensa investigativa que está aí para ver o que acontece de bom e o que acontece de errado neste País.

Portanto, Sr. Presidente, algo me parece que já foi um avanço: o Governo tentou uma patacoada e desistiu da patacoada. Vamos ver, agora, os termos.

Eu gostaria muito, Senador José Agripino, de me reunir com V. Ex^a – e encerro, Sr. Presidente –, o presidente Rodrigo Maia, os Líderes de Oposição dos quatro partidos de Oposição, os dissidentes na Câmara e o presidente Sérgio Guerra para traçarmos as nossas linhas de atuação.

Uma coisa é fato: nós vamos...

(Interrupção do som)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ... começar a investigar, sim, o delito cometido escandalosamente por este Governo e, daí em diante, analisar o funcionamento desse sistema todo.

Agora, a tentativa revoltante, que embrulha o estômago, de, sem acusação nenhuma ... Não há uma acusação que toque, de longe ou de leve que seja, a honra do Presidente Fernando Henrique, mas lá misturam eles. Parece, de novo, aquela conversa lá na garagem, aquela conversa com Marcos Valério lá na garagem. Parece que a estão reeditando, parece que não aprendem, parece que não percebem que eventuais crimes alheios não absolvem ninguém dos seus próprios crimes. Eles têm de provar que não cometeram os crimes ou punir quem, porventura, os tenha praticado.

É uma pena recomeçarmos cobrando palavras não cumpridas e envolvidos num cenário de lamentável crise, crise moral, crise ética, mais uma, a ponto de eu não saber se, a esta altura, parte significativa da nossa sociedade não está anestesiada, como se tivesse tomado uma injeção de éter nas veias. Não sei, mas vamos fazer tudo para cumprir com o nosso dever.

O importante, a esta altura, não é saber o que se obtém como resultado final. É saber se, nesta Casa, há ou não há pessoas capazes de cumprir estritamente com o seu dever. O meu Partido vai cumprir com o seu, haja o que houver, dê no que der, custe o que custar, doa a quem doer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa. Em seguida, falará o Senador Sibá Machado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, a TV Senado, a Rádio Senado, AM e FM, e o **Jornal do Senado**, que são muito importantes.

Cheguei há poucos instantes do Rio de Janeiro.

Ô Senador José Agripino, encontrei umas senhoras do Rio Grande do Norte entusiasmadas e orgulhosas pela palavra de V. Ex^a aqui.

Esta Casa, Senador Garibaldi, está cumprindo a sua missão. Sabemos que Barroso disse: “O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever”. Nós estamos cumprindo o nosso dever.

O Senado é para isto, para fazer leis boas e justas, Cristovam Buarque, leis como as que Deus entregou a Moisés: boas e justas. Nós somos impedidos de fazê-las porque o Poder Executivo se intromete e manda para cá medidas provisórias, que obstruem a pauta da Casa. Poucas leis boas saem. Mas é para fiscalizar.

Luiz Inácio, é preciso entender o que é democracia. O absolutismo foi dividido em três poderes equípolos, um igual ao outro, para um fiscalizar os outros. É para a Justiça nos fiscalizar. Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, mas nós também temos de frear.

Quem não louva Antonio Carlos Magalhães, que teve coragem de fazer a CPI contra o Judiciário e desmascarou os “lalaus” da Justiça que aí estão?

É para um fiscalizar o outro.

A Justiça nos fiscaliza e nós fiscalizamos o Executivo. Equípolos.

O Garibaldi está aí porque teve coragem de ser o relator de uma CPI que quiseram abortar. Chegaram a apelidá-la de “CPI do fim do mundo”. Ela era presidida por Efraim e Garibaldi foi o relator, por isso ele ganhou credibilidade. A CPI de que Garibaldi foi relator e que teve Efraim como presidente deu credibilidade a esta Casa.

Eu estava parecido com Marco Maciel: de repente, eu estava no Leblon, fui assistir a uma missa na Igreja Santa Mônica.

Ô Suplicy! Só dá atenção ao Heráclito, mas olha aqui. Essa é mais vergonhosa, não tem boxe que levante. Suplicy, o padre era estrangeiro, na missa das 19 horas. Ele falava da tentação, que o mundo está cheio de tentação, do pecado da carne, do sexo. Aí ele disse: “Agora, surgiu outra tentação, a desse cartão com que se tira dinheiro e não se paga”. Isso na missa, um padre estrangeiro! Então, os religiosos, lá, gritaram: “Cartão corporativo, padre”. Isso lá no Leblon.

Ô Sibá, é uma vergonha! Eu não sei se é verdade, Sibá.

Olha, eu estava diante de um Prefeito do Piauí, de São João da Fronteira, um dos melhores do Piauí.

Ô Heráclito, temos de render homenagens ao Antônio Ximenes Jorge, que tem um aposto, como Mão Santa: o dele é Carne Assada. Mas é querido. Como também o seu secretário. E aquela líder, uma mulher, Mônica Bona, é uma líder, o nome está dizendo, é Mônica Bona. Nós estudamos latim, **bonus**, bona, é boa.

Quero dizer, ó Suplicy... Suplicy não está atento... Vocês sabem por que o Suplicy está aí? A sua grandeza política não foi a família – ele teve um avô muito rico –, não foi a esposa... Ele era vereador e foi Presidente da Câmara Municipal de São Paulo. Foi austero.

Austeridade, Luiz Inácio! A primeira vez que ouvi a palavra austeridade, ó Senador Geraldo Mesquita, foi com o Dr. Lucídio Portella, Governador do Piauí, um deputado novo. Ouvi isso dele. Senador Garibaldi, não era do meu dicionário, do meu vocábulo. E ele ci-

tou austeridade. Ele foi Senador da República, irmão mais velho de Petrônio Portella.

Austeridade, Cristovam, austeridade! Presidente Luiz Inácio, olhe no dicionário. Austeridade é o que falta no Governo de V. Ex^a. Austeridade e honestidade integral! Honestidade integral e austeridade é que levam à prosperidade. Isso é o que falta ao Governo de V. Ex^a.

Ó Garibaldi, não sei, mas esta Casa é para fiscalizar. Luiz Inácio, V. Ex^a é o responsável. O único responsável, não tem dois.

Só tem um, é Luiz Inácio. Os princípios da Administração, pregados por Henri Fayol, o pai da Administração, são: unidade de comando, unidade de direção. É ele o nosso comando e a nossa direção. Não pode ter dois. Só tem um culpado por esta bandalheira: é Luiz Inácio. Então acabou o estudo, a ciência? Acabou, Sibá.

Unidade de comando e unidade de direção: Henri Fayol, primeiro autor! Daí estão as escolas. Então não é ele? É unidade.

Diz mais: planejar, designar, coordenar, orientar e fazer o controle. Se Luiz Inácio não faz isso, Luiz Inácio não está administrando a nossa Pátria.

É princípio, não inventei. É da ciência, da Administração. Só tem um culpado, ô Geraldo Mesquita: Luiz Inácio. Não tem dois: unidade de comando e unidade de direção. Ele foi eleito, ele é o nosso Presidente, então ele tem que assumir. Não existe administração.

Agora, mais de onze mil cartões corporativos... Ô Sibá, isso é molecagem. Não existe isso. Não existe.

Cristovam Buarque, sabe por que estou aqui? Porque fui “prefeitinho”, igual ao meu líder Antônio Ximenes Jorge, que é o nosso Carne Assada.

Uma vez, Cristovam Buarque, uma vez...

A minha cidade, Marco Maciel, tem duas multinacionais, uma a Merck, de Darmstadt, alemã, farmacêutica, e um grupo Curtidos Codina, de couro, da Espanha. Elas me proporcionaram uma viagem. E eu fui, Garibaldi.

Na hora de viajar, eu vi que precisava de dinheiro porque eu tinha de comer. Aí olhei no regimento da prefeitura, Garibaldi, e vi que não havia previsão para viagem internacional. Aí tirei a mais cara: São Paulo e Rio. Quando voltei, foi um escândalo. Um vereador, um vereador, ô Suplicy, melhor do que aqueles, um vereador, Dr. Ariosto Monte Fontes Ibiapina, amigo do Heráclito, nosso eleitor, gente boa, médico, rapaz, virou um cão: “Esse Mão Santa, prefeito” – olha, Luiz Inácio, ô Marco Maciel – “tirou, levou diária para ele e para a mulher dele”. E eu tinha tirado mesmo. Todo mundo sabe que o dinheiro na Europa é muito mais pesado, e a D^a Adalgisa era Secretária de Serviço Social. Os

vereadores me chamaram para prestar conta. Eu agradeço ao Dr. Ariosto Monte Fontes Ibiapina. Atentai bem, Casagrande. Eu não era inferior ao vereador da minha cidade, isso no início do ano de 89. Mas eu fui. Quando cheguei lá, ele questionou: “Você tirou dinheiro de diárias para você e para sua esposa Adalgisa”. Eu disse: “Eu tirei, mas acho que vocês deviam me chamar aqui se eu tivesse levado a mulher dos outros. Eu levei foi a minha”. Foi desse jeito. A Câmara Municipal de Parnaíba, ô Luiz Inácio, me chamou a atenção. É lógico! Como é que o Senado não chama? Chama.

Agora, eu estava comentando, ô Luiz Inácio, eu quero salvaguardar a dignidade do nosso Presidente e da esposa do Presidente. Eu comentava com o Casagrande. Eu vim do Rio. Procurem saber quanto a D^a Marisa gastava por dia. Foi um dado de jornal, mas eu vi, eu transmiti assim em **off** ao Casagrande. Ele ficou assombrado. Eu lhe disse: “Rapaz, eu vi no jornal, não tenho prova”. Aí é onde nós estamos. Eu fui chamado porque levei, e mostrei mesmo, eu disse: “Rapaz, eu não ia dormir com a D^a Adalgisa debaixo da ponte. Este dinheirinho, a diária de prefeito para ir para a Europa, para a Alemanha, não dava”... Quer dizer, a Câmara Municipal da cidade de Parnaíba tinha esta consciência da sua função de fiscalizar o Executivo, que era eu. É isso.

Então, o padre lá estrangeiro, na missa de 19 horas do Leblon disse... Ô Marco Maciel, desligue o telefone para eu citar Padre Antônio Vieira. O Padre Antônio Vieira disse: o exemplo arrasta. Palavra sem exemplo é um tiro sem bala, Garibaldi. E o padre dizia: “Esse exemplo desses que têm esses cartões... – ele não sabia o nome, o padre era estrangeiro – esses cartões...” Aí o povo lá na missa não gritava “Amém”, gritava “corporativos!” “...pois é, faz com que os médios, os pequenos, os pobres também queiram roubar”. Olha a gravidade!

Luiz Inácio, sabemos que V. Ex^a é generoso, mas nós estamos cumprindo a nossa missão. Ô meu prefeito Carne Assada, minha linda Mônica, isto aqui é tido como os pais da Pátria na história do mundo, é para aconselhar mesmo. Este Senado começou quando Moisés se desesperou, quis desistir porque o povo, atraído para adorar o bezerro de ouro, não queria obedecer às leis. Então, ele as quebrou, desistiu, mas ouviu a voz de Deus: busque os mais velhos, os mais experimentados e eles o ajudarão a carregar o fardo do povo. Daí nasceu a idéia de Senado. Somos nós, nós é que somos responsáveis.

Garibaldi, V. Ex^a deu o exemplo. V. Ex^a, quando era difícil, quando as presidências eram contra, peremptoriamente, aquela sua CPI foi a Justiça que mandou fazer, a CPI dos Bingos. Foi a Justiça – que serve para

isso mesmo – que viu que era um direito. V. Ex^a colocou o pescoço lá e deu certo e agora está aí em cima, é o Presidente. O País reconheceu e nós reconhecemos o seu equilíbrio e a sua firmeza. Esta CPI tem que ser total, tem que ser mista, das duas Casas. Por que vamos humilhar a Câmara Federal? Não, vamos dar esta oportunidade de eles esclarecerem ao povo brasileiro. Isto é uma imoralidade: mais de onze mil!

Sibá, sei que quando o Governador viaja – e eu fui – existe um ajudante de ordens que se presta para pagar as despesas. Mas quase doze mil? É um exército. Doze mil é um exército de aloprados! É um exército de malandros! É um exército de aproveitadores! Mas é esse dinheirinho que falta para matar o mosquitinho da dengue, que é o mesmo mosquito da febre amarela, que está matando muita gente, e o Governo abafando. É esse dinheirinho que está faltando para a educação do ensino público, esse ensino que faz de vítima nossas lindas professorinhas, que estão ganhando cada vez menos.

Senador Garibaldi Alves, lembro-me que este País era um país organizado. Senador Geraldo Mesquita, não sei onde foi, mas minha geração, Senador Paulo Duque, ia buscar a mulher, a companheira, nas escolas normais, as professorinhas. Lembro-me de Adalgisa, com 16, 17 anos, sorridente, cheia de esperança. Vão hoje.

O professor Cristovam Buarque está com a cabeça abaixada, envergonhado com os baixos salários que se pagam às professoras. E esse é o dinheirinho que falta.

O Senado da República escreveu sua página mais linda quando enterrou o 76º imposto deste Brasil: a CPMF. Eram 76 impostos. Mas nós vamos nos superar quando mostrarmos ao País aquilo que a Constituição manda.

Se o Luiz Inácio não quis, ele não gosta de estudar, eu respeito, ele não leu Henry Fayol, os princípios de Administração, ele não leu aquilo que Getúlio preparou, o DASP, que tem toda a formação administrativa do País. Está tudo certo. Mas ele vai ser obrigado, ele jurou obedecer à Constituição. E a Constituição é para ser obedecida, Luiz Inácio. O País viu Ulysses beijá-la em 5 de outubro de 1988. Ele disse: “Desobedecer à Constituição é igual a rasgar a bandeira brasileira”. Luiz Inácio não vai fazer isso. E a Constituição diz que o serviço público tem que ter moralidade, legalidade e publicidade. Que todos saibamos disso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho PMDB – RN) – Senador Mão Santa, V. Ex^a está com o tempo esgotado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pronto. Mas só a sua sensibilidade... E aproveito o som da televisão e da rádio...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...para que a nossa voz chegue como um clamor aos céus e a Deus. Oh, meu Deus, abençoe o Senado e lhe dê coragem para oferecer a melhoria da democracia de que o País precisa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

V. Ex^a disporá de dez minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, em primeiro lugar, quero também partilhar dos elogios que os demais Senadores já fizeram pelo pronunciamento de V. Ex^a na abertura dos trabalhos deste ano e também pela eleição, pois ainda não havia tido tempo de fazer isso perante V. Ex^a. A fala nos chama à reflexão de que temos a responsabilidade de colaborar com os processos e com a governabilidade, mas mantendo intransigentemente a soberania da Casa. V. Ex^a foi muito feliz. Isso marcou a memória de todos aqueles que acompanharam V. Ex^a naquele momento.

Sr. Presidente, gostaria de falar sobre matéria que saiu nos jornais de hoje a respeito de que haveria dentro do Governo, especialmente nos Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente, acordos no sentido de perdoar aqueles que fizeram desmatamentos ilegais na região amazônica brasileira. Os jornais deram essa notícia, muitas pessoas se pronunciaram, e alguns desses pronunciamentos até me chamaram a atenção, porque entendo que não têm conhecimento de causa. Fizeram isso no calor da emoção da leitura de uma notícia de jornal. Antes de se pronunciarem, poderiam ter buscado melhores informações.

Sr. Presidente, ocupo a tribuna no dia de hoje, depois de ter conversado também com a Ministra Marina Silva ao telefone e com outras pessoas do Ministério, para dizer terminantemente que isso não tem o menor procedimento. Isso não tem o menor procedimento! Há um entendimento errôneo – e não se sabe de onde partiu – de que haveria esse tipo de acordo dentro do Governo, do Congresso, com setores que praticaram crime ambiental ao desmatar de forma ilegal na Amazônia.

Digo isso, Sr. Presidente, porque a Lei nº 2.166, o Código Florestal, determina que, no bioma amazônico, sejam preservados até 80% das florestas, podendo ter um uso de conversão para uso econômico de, no

máximo, 20%. Quando vamos para o bioma cerrado, onde os Estados têm os dois biomas, o cerrado e o amazônico, como é o caso do Maranhão, do Tocantins e do Mato Grosso, esse percentual cai para 35%.

Portanto, do que precisamos para repor as informações? De onde nasceram todas essas conversas? Em primeiro lugar, tramitam na Câmara dos Deputados projetos de lei – e, talvez, no Senado, isso também ocorra; ainda vou procurar – que propõem a retirada dos Estados de Mato Grosso, de Tocantins e do Maranhão do bioma amazônico, para deixá-los eminentemente no bioma cerrado, e, com isso, a margem de conversão florestal sai dos 20% para até 65%. Esses projetos são de origem do Congresso Nacional, não do Governo.

Há algum tempo, realizamos nesta Casa um debate proposto pelo Senador Flexa Ribeiro, no sentido de que pudéssemos aproveitar as áreas já desmatadas, especialmente aquelas que, segundo S. Ex^a, estavam dentro dos limites da lei. Quando se dizia que, na Amazônia, era de 50% a preservação – não de 80%, como é hoje –, essas áreas poderiam ser aproveitadas com culturas que fizessem a reposição florestal, inclusive com espécies exóticas.

O projeto de lei do Senador Flexa Ribeiro é composto de apenas três artigos, com seus devidos incisos. O projeto, que foi objeto de diversos debates na Casa, ao chegar na Câmara dos Deputados, recebeu um substitutivo que, no nosso entendimento, desvirtua totalmente aquela que foi a proposição do Senador Flexa Ribeiro. Portanto, não há qualquer compromisso da parte do Governo com esse tipo de discussão que ocorre na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, passo a ler a nota escrita pela Ministra Marina Silva e pelo Ministro Reinhold Stephanes, para esclarecer definitivamente essa matéria de jornal.

Diz a nota:

Ao contrário do que foi noticiado nesse fim de semana, os Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento esclarecem que não estão trabalhando em qualquer proposta de anistia para desmatadores ilegais ou para redução da reserva legal, seja na Amazônia ou em qualquer outra região.

O Governo Federal defende a manutenção da Reserva Legal e a solução dos passivos ambientais no âmbito do Zoneamento Ecológico Econômico e está trabalhando fortemente para aprofundar os mecanismos de penalização efetiva dos desmatadores ilegais, a exemplo da implementação do Decreto nº 6.321, de dezembro de 2007, que instituiu o embargo econômico

de áreas desmatadas ilegalmente e a responsabilização da cadeia de produção.

Os fortes indícios de aumento do desmatamento nos meses de novembro e dezembro de 2007, constatados pelo sistema Deter, impõem para o Governo e a sociedade a necessidade de intensificar ações enérgicas que coibam o desmatamento ilegal. Flexibilizar o Código Florestal, como prevê o PL nº 6.424/2005, aprovado na Comissão da Agricultura da Câmara dos Deputados, em dezembro passado, não levará à diminuição do desmatamento e, sim, à legalização do passivo ambiental e ao estímulo a novos desmatamentos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Sibá Machado, permita-me interrompê-lo, porque temos de prorrogar esta sessão por mais 30 minutos. Depois de V. Ex^a, apenas mais três oradores falarão: os Senadores João Pedro, Eduardo Suplicy e Paulo Duque.

V. Ex^a está com a palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente. Já estava mesmo concluindo.

Sr. Presidente, queria fazer esses esclarecimentos e, como muitas pessoas disseram que é preciso convidar diversos Ministros de Estado para irem à Comissão de Agricultura da Câmara, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento, da Câmara dos Deputados, pretendo fazer algo nessa direção, solicitando a presença da Ministra Marina Silva e de outros Ministros, se for o caso, para que venham a uma das Comissões da Casa – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – ou para que compareçam à reunião conjunta delas, para que tiremos quaisquer dúvidas nessa direção.

Mas volto a dizer a V. Ex^a que, toda vez que se trata desse tipo de debate, vivemos aqui um paradoxo: de um lado, quando se faz a fiscalização rígida – e há um elenco muito grande de ações feitas pelo Governo, especialmente lideradas pelo Ministério do Meio Ambiente –, diz-se que o Ministério, ou o Governo, está atrasado quanto ao crescimento da economia; por outro lado, quando acontece um fenômeno dessa natureza, muitas pessoas vêm, sem nenhuma preocupação, tecer críticas, dizendo que o Governo está flexibilizando e tomando uma atitude irresponsável.

Portanto, Sr. Presidente, a ação é enérgica. O Governo não tem titubeado neste momento, não tem dado moleza: quer o crescimento do País. Queremos o desenvolvimento, mas, com todos os cuidados: o social, o tributário e, especialmente, o ambiental. Depois que o mundo todo passou a discutir o aquecimento

global, não vamos absolutamente vacilar; numa hora como esta, não vamos fraquejar diante de coisas que todos nós já sabemos: que há aqui muitos passivos ambientais eminentemente de caráter criminoso. Portanto, o Governo não vai brincar em serviço quanto a essa situação.

Agradeço a V. Ex^a.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a

Concedo a palavra ao Senador João Pedro. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem a palavra V. Ex^a pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, enquanto o Senador Eduardo Suplicy se dirige à tribuna, dentro da aliança de paz que fizemos hoje, queria pedir a V. Ex^a a transcrição nos Anais do Senado de um registro que faço pelos 100 anos de nascimento do Sr. Zezé Amaral, um mineiro de boa cepa, da cidade de São Sebastião do Paraíso, onde exerceu grande liderança e influência não só política, mas também social. Foi fundador da Rádio Difusora, do Rotary Clube, teve, enfim, grande influência social na cidade.

Para não tomar o tempo do Senador Eduardo Suplicy, peço a transcrição nos Anais da Casa deste documento, ao tempo em que digo que o Sr. Zezé Amaral, que completaria, se vivo fosse, 100 anos hoje, era pai da extraordinária figura de brasiliense e mineiro que é o jornalista Gilberto Amaral, querido por todos.

Faço, portanto, a solicitação do registro, agradecendo a V. Ex^a o pronto atendimento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ZEZÉ AMARAL, CEM ANOS

Vivo fosse, Zezé Amaral estaria completando nesta terça-feira, 15 de janeiro, 100 anos. Os mais novos o conhecem como nome de avenida nesta São Sebastião do Paraíso que tanto amou. Os mais velhos, como empreendedor que só parou quando a morte o levou para o convívio eterno com Deus. Nós, de sua família, a começar por sua amantíssima esposa e mi-

inha saudosa mãe, Dona Otília Amaral Soares, suas filhas Maria Otília e Maria Helena e Luciano, que já repousa a seu lado, ficamos com a recordação de um pai extremoso, que nos legou exemplos de paternidade, de amor e de irmandade.

O jornalista Zezé Amaral (José Soares Amaral era o seu nome de batismo) há de ficar na memória dos paraisenses pelo exemplo de pai e de empreendedor, pois foi um dos artífices da história de São Sebastião do Paraíso. Em 1939 foi fundador da Rádio Difusora Paraisense ZYA-4, do Rotary Clube, do Cine São Sebastião, do Cine Recreio, de uma fábrica de macarrão e, junto com amigos construiu a Galeria Central.

Em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao município, foram-lhe outorgados os títulos de Membro Proeminente da Ordem Municipal do Brasão (1971) e da Ordem do Mérito Municipal (1973). Após seu falecimento, ocorrido no dia 21 de julho de 1974, recebeu “*post mortem*” as seguintes homenagens: “Patrono da Biblioteca Comunitária” e da Av. Zezé Amaral”, aliás, justas homenagens, a quem tanto lutou pelo progresso, prestígio e bem estar da comunidade paraisense.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Associo-me a V. Ex^a.

V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

V. Ex^a terá dez minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a me permitiria a palavra pela ordem, Senador?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – O Senador Art.hur Virgílio pede a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Serei bastante breve.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Desculpe-me. O Senador Art.hur Virgílio pede a palavra pela ordem.

Com a palavra, o Senador Art.hur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sem a menor intenção de interromper o Senador Eduardo Suplicy, até porque sei da relevância do tema que ele trará à tribuna, gostaria, Sr. Presidente, que V. Ex^a convocasse uma reunião de líderes partidários da Casa para, muito às claras, estabelecermos os critérios pelos quais se definirão os membros fundamentais da CPMI que certamente será instalada no Congresso Nacional.

Em outras palavras, para falar português bem claro: na mão grande, não. Esta história de “vai ser PT não sei onde e PMDB aqui”... Na mão grande, jamais. Eu me convenço com critérios matemáticos.

O meu bloco teve, por exemplo, o Senador Antero Paes de Barros, presidindo a CPMI do Banestado, e, hoje em dia, tem o Senador Raimundo Colombo presidindo a CPMI das ONGs. Outras dezenas de CPMIs foram presididas ou relatadas por membros do bloco liderado pelo PT ou do PMDB. Gostaria de ver assim, tintim por tintim. Por quê? Estou ouvindo me dizerem assim: “Vai ser, numa Casa, o PMDB e, na outra, o PT”. Eu, explicando-me, aprendo até a pilotar avião. Quero só saber por quê. Sou capaz de aprender a pilotar avião; por mais que não pareça, sou, se me ensinarem. Agora, na mão grande, de jeito algum.

“Ah, porque é uma CPI explosiva, então não pode caber alguém da oposição.” Ela pode ser explosiva de 500 mil megatons, eu quero saber o critério. Se o critério for matemático, aquele da praxe; se não estiver havendo nenhuma mexida na regra do jogo, estarei lá, ordeiro, tranqüilo, fazendo o meu trabalho, procurando ajudar que o Presidente e o Relator façam os deles, se se portarem com a dignidade que a investigação séria exige. Se eu sentir que há alguém portando-se de outro jeito – e não penso nisso –, o destino será o mesmo que teve aquela CPMI do Mensalão: desmoralizou-se tanto, que ela própria se fechou, Sr. Presidente. Eu nunca vi algo parecido. Ela se autofechou! É uma coisa impressionante! Foram brincar com a democracia consolidada que o Brasil tem, e a CPMI se autofechou!

Então, Sr. Presidente, gostaria muito dessa reunião para que tivéssemos, com base no quadro das CPMIs já acontecidas nestas quadras que vivemos, o que é e o que não é, de modo...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Art.hur Virgílio...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente.

De modo que cheguemos todos conformados. De repente, pode ser uma figura extremamente boa, indicada pelo Governo. Cheguei aqui até a lançar – espero não tê-lo queimado – o nome do Deputado José Eduardo Cardozo, uma figura que admiro extremamente, se for do PT uma das vagas.

Há figuras decentes, a começar por essa que preside o Congresso Nacional, V. Ex^a, no seu partido. Agora, no meu também há, assim como no DEM.

Portanto, queremos saber o que a matemática diz. Vamos deixar a política abaixo da matemática. Que a matemática fale e que o rodízio a explique. E que nós, então, cheguemos, ordeiramente, à abertura dos trabalhos de uma CPMI que tem que botar um cobro nessa farra, que está ignominiosa, com os cartões corporativos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Art.hur Virgílio, já está convocada uma reunião dos Líderes para as 11 horas, amanhã. Trataremos desse e de outros temas.

Então, V. Ex^a já fica convidado para essa reunião, às 11 horas, amanhã, no Gabinete da Presidência.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, Sr^s e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero manifestar meu apoio, assinando o requerimento da CPMI sobre os cartões corporativos.

Espero contribuir para que essa CPMI se desenvolva da forma mais equilibrada e na defesa do interesse público, com vistas a saber exatamente tudo que ocorreu com os gastos, com o suprimento de materiais, com os cartões corporativos. E isso poderá ser feito com a participação tanto da Oposição quanto da Situação.

Avalio que o Senador Romero Jucá procedeu a um entendimento interessante, porque seria inadequado termos duas CPIs, uma na Câmara e outra no Senado. Então o bom senso prevaleceu e acho que vamos chegar a um bom entendimento sobre isso.

Sr. Presidente, aguardo do meu gabinete o texto de requerimento de solidariedade e votos de restauração plena ao Presidente José Ramos-Horta, do Timor-Leste, de que falarei daqui a instantes.

Mas quero, em primeiro lugar, confirmar o anúncio que fiz na semana passada no sentido de que V. Ex^a possa presidir, na quinta-feira próxima, às 9 horas da manhã, a audiência pública conjunta das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, presidida pelo Senador Paulo Paim; de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida pelo Senador Heráclito Fortes; de Serviços de Infra-Estrutura, presidida pelo Senador Marconi Perillo; de Desenvolvimento Regional e Turismo, presidida pela Senadora Lúcia Vânia, para esclarecer acerca do projeto de integração do rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, em razão da sua importância para aquela Região e para o Brasil.

Quero confirmar, Sr. Presidente, a palavra do Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, que ainda hoje confirmou que estará presente, sim, a partir das 9 horas, para o diálogo com o Bispo da Barra, Dom Luiz Flávio Cappio. Ambos serão, acredito, os primeiros oradores.

Possivelmente, daremos primeiro a palavra a Dom Luiz Flávio Cappio para, em seguida, termos o contraditório e a resposta do Ministro Geddel Vieira Lima, como ele próprio sugeriu. Teremos também o Deputado

Ciro Gomes, o Deputado Marcondes Gadelha, que há 20 anos é um estudioso do assunto, inclusive proposto pelo Deputado Giro Gomes e um dos ministros que desenvolveu todo o estudo a respeito desse tema. Teremos ainda pesquisadores, professores, especialistas dos dois lados, de maneira equilibrada.

Estarão presentes: o pesquisador Luciano Silveira, da ASA-Brasil, Art. iculação para o Semi-Árido Brasileiro; a atriz Letícia Sabatella, integrante do Movimento Humanos Direitos, que se tem solidarizado com Dom Luiz Flavio Cappio; o Secretário de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, João Reis Santana Filho; Rômulo Macedo, Gerente do Programa São Francisco, do Consórcio Logos-Concremat; Professor Paulo Canedo de Magalhães, da Coppe, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; a Promotora de Justiça Luciana Khoury, da Bahia, coordenadora da Promotoria de Justiça do rio São Francisco; o jornalista Henrique Cortez; o Professor João Abner Costa, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; o Dr. Apolo Heringer Lisboa, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.

Formulei também o convite a Dom Aldo Pagatto, indicado pelo Ministro Geddel Vieira Lima, que, infelizmente – acabo de conversar com ele – será responsável por um encontro dos bispos da Região Nordeste. Inclusive ele próprio é o organizador do evento que coincidirá com esta data, razão pela qual ele propõe um outro membro da própria igreja católica, que também é um estudioso deste assunto.

Quero agradecer mais uma vez ao Presidente Garibaldi Alves por estar presente na próxima quinta-feira na abertura dos trabalhos desta Comissão, bem como aos Presidentes Heráclito Fortes, Paulo Paim, Lúcia Vânia e Marconi Perillo. Como o Líder do PSDB Art. hur Virgílio não estava aqui na semana passada, quero convidá-lo e a todos os Srs. Senadores para participarem deste importante debate sobre a questão do Rio São Francisco, salientando que os convidados são em número igual de ambos os pontos de vista, no plenário do Senado, às 9 horas da manhã, conforme disse o próprio Senador Garibaldi Alves, nosso Presidente.

Avalio, Senador Heráclito Fortes, que o Presidente Garibaldi Alves abrirá a reunião. Depois V. Ex^a e os demais, numa questão de bom senso, irão administrar a presidência dos trabalhos. Considero que isso poderá ser muito importante para que todos nós venhamos a aprender com os argumentos de ambos os lados.

Sr. Presidente, tivemos uma notícia triste e preocupante: José Manuel Ramos-Horta, Presidente da República do Timor-Leste e Prêmio Nobel da Paz, in-

felizmente ontem, ao se exercitar fisicamente na sua residência, foi alvo de gravíssimo atentado, pois levou dois tiros de pessoa que invadiu a sua residência.

Quero expressar o voto de solidariedade ao Presidente José Manuel Ramos-Horta, Presidente da República do Timor-Leste, e o pleno restabelecimento de sua saúde, pois, repito, na manhã de 10 de fevereiro de 2008 foi alvejado durante um ataque armado à sua casa por grupos dissidentes da política daquele País.

José Manuel Ramos-Horta, nascido em Díli, em 26 de dezembro de 1949, é um político e jurista timorense, atual presidente de seu país, a mais jovem nação, pois foi constituída em 2002. Assumiu o cargo em 20 de maio de 2007, tendo sido Ministro de Negócios Estrangeiros de Timor-Leste desde a independência em 2002. Antes disso, foi o porta-voz da resistência timorense no exílio durante a ocupação indonésia entre 1975 e 1999. Ocupou também o cargo de Ministro das Relações Exteriores no governo autoproclamado em 28 de novembro de 1975, então com apenas 25 anos de idade. Deixou o Timor-Leste apenas três dias antes da invasão indonésia, em viagem até Nova Iorque, para apresentar às Nações Unidas o caso timorense.

Em dezembro de 1996, José Ramos-Horta partilhou o Prêmio Nobel da Paz com o compatriota bispo Carlos Filipe Ximenes Belo. O Comitê Nobel laureou-os pelo contínuo esforço para terminar com a opressão vigente no Timor-Leste.

José Ramos-Horta estudou Direito Internacional na Academia de Direito Internacional da Haia, nos Países Baixos (1983) e na Universidade de Antioch, Estados Unidos, onde completou o mestrado em Estudos da Paz (1984).

No segundo turno das eleições de 9 de maio de 2007, Ramos-Horta foi eleito Presidente da República do Timor-Leste, em disputa com Francisco Guterres Lu Olo, sucedendo Xanana Gusmão no cargo – Xanana Gusmão que hoje é o Primeiro Ministro do Timor-Leste.

Em janeiro último, Ramos-Horta visitou o Brasil e foi recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Isso aconteceu nos dias 28, 29 e 30 de janeiro. Inclusive encontrei-me com o Presidente Ramos-Horta, ocasião em que tive uma conversa extremamente agradável com ele. Fui convidado pela viúva de Sérgio Vieira de Mello, Sr^a Carolina Larriera, que, no dia 28 de janeiro último, no Hotel César Park, no Rio de Janeiro, no Leblon, fez uma recepção convidando os amigos do Timor-Leste e do Presidente Ramos-Horta. Tive a honra de ter sido convidado e ali pude testemunhar as palavras de José Ramos-Horta, em primeiro lugar, enaltecendo Sérgio Vieira de Mello e expondo o quanto esse brasileiro havia colaborado para toda

a realização em paz do processo de independência, eleição da Constituinte, proclamação da Constituinte e eleição até que o novo governo, presidido por Xanana Gusmão, primeiro Presidente do Timor-Leste, tomasse posse. Ele nos disse palavras muito bonitas a respeito do relacionamento entre a Sr^a Carolina Larriera e Sérgio Vieira de Mello, de que foi testemunha.

Pude perceber que foram muito importantes as palavras de José Ramos-Horta como mediador de um processo de pacificação no Timor-Leste. Ele exaltou as qualidades dos chefes de Estado, mencionando a compaixão como um dos atributos mais importantes que um chefe de Estado possa ter – e, que conseguiu muitas vezes mediar momentos de tensão tão grandes.

Era do conhecimento do público que o próprio José Ramos-Horta estava disposto a dialogar com aquele que, infelizmente, tentou assassiná-lo. O objetivo dele era manter um diálogo com todas as tendências e opiniões. Ramos-Horta muitas vezes soube mediar o diálogo entre lideranças importantes como de Alkatiri e Xanana Gusmão, que, em diversas ocasiões, tiveram desavenças. De maneira que aqui convido os Srs. Senadores que o desejarem a assinar este voto de solidariedade e de pleno restabelecimento ao presidente José Ramos-Horta.

Gostaria de dizer que o diálogo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Ministro Celso Amorim com o Presidente José Ramos-Horta foi do melhor nível possível.

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Concluindo, Sr^a Presidente, ao Presidente Heráclito Fortes tenho a honra de conceder o aparte.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador, em primeiro lugar, gostaria de pedir que essa mensagem de pronta recuperação e de solidariedade ao povo do Timor Leste que V. Ex^a faz aqui seja considerada como uma mensagem oficial da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, se assim for o desejo da Sr^a Presidente, também desta Casa, sendo enviada ao povo do Timor Leste mostrando a nossa preocupação e a nossa solidariedade. Quero testemunhar, Senador Suplicy, exatamente um telefonema que recebi de V. Ex^a quando da estada do Sr. Ramos-Horta no Brasil. V. Ex^a me ligou relatando a conversa que teve com Ramos-Horta, inclusive indagando se eu participaria do almoço em homenagem a ele, realizado no Itamaraty, para o qual tinha sido convidado. Lamentei, pois eu me encontrava longe, estava em outro Estado e não pude participar. Mas V. Ex^a teve a oportunidade de me relatar, inclusive num gesto de gentileza, já que o fato de eu ser Presidente da Comissão de Relações Exteriores

e Defesa Nacional não obrigaria V. Ex^a ou qualquer parlamentar a isso. Vi que V. Ex^a falou com emoção quando citou as referências positivas feitas pelo Presidente Ramos-Horta ao Sérgio Vieira de Mello. Daí por que eu faço esse registro e votos para que haja uma recuperação, o mais rapidamente possível, da saúde de Ramos-Horta e para que o processo democrático do Timor Leste não sofra nenhuma solução de continuidade. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Art.hur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Vou conceder-lhe o aparte, Senador Art.hur Virgílio.

Agradeço a V. Ex^a se puder, como Presidente da Comissão das Relações Exteriores e Defesa Nacional, também subscrever este requerimento, assim como os demais Senadores presentes.

Então, concedo o aparte ao Senador Art.hur Virgílio, Líder do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Senador Art.hur, um momento.

Gostaria, Senador Heráclito, de informar que a solicitação de V. Ex^a será atendida na forma do Regimento.

Pois não, Senador Art.hur.

O Sr. Art.hur Virgílio (PSDB – AM) – Obrigada, Sr^a Presidenta. Senador Suplicy, tendo falado a Presidenta da sessão, Senadora Rosalba Ciarlini, e o meu Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Heráclito Fortes, seria mesmo despidendo qualquer manifestação, qualquer pronunciamento de minha parte, até porque já estou incluído como quem adere de bom-tom e de bom grado a justa homenagem. Mas faço questão de me incorporar ao seu pronunciamento pelo respeito que em mim desperta a figura do estadista timorense, aquele que soube, como Moisés, conduzir o seu povo e que, portanto, merece que todos rezemos pelo seu pronto restabelecimento, porque muito haverá de dar ainda no processo de consolidação da democracia de um povo que, como ninguém, lutou e merece esse bem precioso que se chama liberdade.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Art.hur Virgílio.

V. Ex^a faz um apelo, inclusive sugerindo que todos possamos orar, rezar, pelo restabelecimento da saúde do Presidente José Ramos-Horta.

Conversei na tarde de hoje com a Sr^a Carolina Larriera, que acompanhou todos os passos de José Ramos-Horta na visita ao Brasil. Disse-me ela ter a intenção de viajar ao Timor Leste, para, perto do Presi-

dente José Ramos-Horta, transmitir o conforto e a sua força, inclusive pensando em Sérgio Viera de Mello, e a nossa força, energia positiva e a nossa oração por José Ramos-Horta.

Gostaria de lhes transmitir que, no diálogo de quase uma hora que tivemos, expliquei a ele a visita que tinha feito ao Iraque para propor a instituição da renda básica de cidadania naquele País, e José Ramos-Horta teve a seguinte expressão: “Acho isso fascinante. Quero que você também venha ao Timor Leste”.

Convidou-me ele para, ao final de março, na ocasião em que estarão presentes os representantes dos países doadores do Timor Leste, estar ali dialogando tanto com o Primeiro-Ministro Xanana Gusmão, como com o Parlamento sobre a proposição da renda básica de cidadania.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Senador Mão Santa, com muita honra.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Suplicy, estamos encantados. Nossos aplausos ao sentimento de solidariedade que V. Ex^a demonstra ao povo de Timor Leste. E, com muita coragem, foi prestar solidariedade ao povo do Iraque. Atentai bem! A caridade, para ser boa, começa com os de casa. Quem está precisando de solidariedade é o Presidente Luiz Inácio. E V. Ex^a pode prestar-lhe. Conversando com esta enciclopédia histórico-política, que é nosso Senador Duque, estamos revivendo Getúlio Vargas. Diante dessas dificuldades – para que não ocorra aquela repetição histórica –, Getúlio Vargas organizou este País, criou o Dasp, Departamento Administrativo do Serviço Público, e colocou como primeiro presidente o estudioso administrador Wagner Estelita, que escreveu o livro *Chefia, sua Técnica, seus Problemas*. Esse livro tem capítulos sobre critérios de promoção, sobre punição de funcionário público. Seria muito interessante que V. Ex^a, que, com muita sensibilidade está prestando solidariedade ao povo de Timor Leste, desse ao Presidente da República – há na nossa biblioteca – este livro *Chefia Sua Técnica, Seus Problemas*, de Wagner Estelita, pois nosso Presidente está num momento difícil da administração diante desse escândalo. A cada dia surge um escândalo. Agora, esse não é pequeno, é muito grande. Olha, que vim do Rio de Janeiro e vi as manchetes, que já estão atingindo até a família do Presidente. Então, leve o livro para que ele veja os critérios de promoção e punição no serviço público ou, mais simplesmente, leve as idéias de Átila, rei dos hunos. Era difícil administrar os hunos, eles eram nômades, quase ciganos. Então, ele dizia: “Administrar é fácil: premiar os bons e punir os maus”. Então, que

V. Ex^a leve essa mensagem ao nosso Presidente Luiz Inácio, para que tenha um final feliz diante desse escândalo vergonhoso dos cartões corporativos. Ontem, eu estava na missa, no Leblon, e um padre estrangeiro queria excomungar quem estava gastando o dinheiro indevidamente, não pelo furto, mas pelo mau exemplo que dava à nossa sociedade.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Mão Santa, agradeço a sugestão para a leitura do livro de Wagner Estelita.

E acho que o Presidente Lula vai sempre levar em consideração as sugestões que possam contribuir para a melhor administração possível. Se abusos ocorreram na utilização de cartões corporativos, a CPMI, que vai se iniciar, poderá contribuir para corrigi-los. E tenho a certeza de que este é o propósito do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sr^a Presidente Rosalba Ciarlini, quero agradecer também porque V. Ex^a assinou o requerimento de voto de solidariedade e pronto restabelecimento da saúde do Presidente José Manuel Ramos-Horta e gostaria de, na minha conclusão, também colocar os meus votos de pronto restabelecimento ao Senador Aloizio Mercadante, que se encontra convalescendo de doença no Hospital Albert Einstein. Pelo que pude conversar hoje com o seu assessor Naldo, ele está sendo submetido a exames, mas acredito que, até o final da semana, já estará prontamente restabelecido e aqui conosco nos próximos dias.

Gostaria, Sr^a Presidente, de informar que o Senador Jonas Pinheiro infelizmente foi acometido de enfarte na tarde de hoje e se encontra na UTI. Portanto, ao Senador Jonas Pinheiro, do Mato Grosso, do Democratas, queremos externar o nosso voto de pronto restabelecimento.

O Sr. Art. hur Virgílio (PSDB – AM) – Permita-me um aparte, Senador, mais uma vez. Sr^a Presidente, em nome do PSDB, gostaria de transmitir ao Senador Jonas Pinheiro e a sua família, sua esposa, sua companheira, e seus filhos, o nosso voto fervoroso, no sentido de vermos esse companheiro tão querido, tão afável e tão cordial, esse mestre da cordialidade, do diálogo e da sensatez que é Jonas Pinheiro de volta ao nosso convívio. É uma notícia absolutamente desagradável que recebo, porque, de fato, dela não tinha conhecimento, mas estamos aqui torcendo, rezando, orando para que Jonas Pinheiro vença mais esta luta, ele que é um lutador e é um vitorioso. Que volte para o Senado com a saúde revigorada. Sempre digo que, se estava doente, teve assistência médica e Deus ajudou no processo de cura, depois, volta-se são. A doença fica para trás. Que ele volte são fisicamente, para nos emprestar a sua inteligência na luta para termos aquilo

que é a sua especialidade: um agronegócio cada vez mais capaz de sustentar a balança comercial deste País. Muito obrigado, Sr^a Presidente. Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Art.hur Virgílio.

Sr^a Presidente, o Senador Valter Pereira também está assinando o voto de solidariedade e de pronto restabelecimento ao Presidente José Ramos-Horta. Portanto, o requerimento chegará às mãos de V. Ex^a em segundos.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Rosalba Ciarlini.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Muito obrigada, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, apresento à Mesa alguns requerimentos. O acúmulo se justifica pela ausência temporária de funcionamento do Congresso Nacional pelo recesso parlamentar.

Apresento voto de pesar pelo lamentável falecimento da atleta Dora Bria, que tive a honra de conhecer quando dirigia eu a cidade de Manaus. Ela faleceu em acidente de automóvel em Minas Gerais, no dia 22 de janeiro de 2008. Campeã de windsurfe, uma atleta admirável, uma cidadã exemplar.

Apresento voto de aplauso ao Município de Envira, no meu Estado, pelo transcurso do seu 46º aniversário de criação. Peço que seja endereçado ao Prefeito Ivon Rates e à Presidente da Câmara Municipal de Envira, minha companheira de Partido, Erotildes Pereira de Souza, os votos que sei serão do Senado Federal.

Voto de aplauso à Sr^a Georgette Abraham Lima, proprietária e dirigente da primeira farmácia fundada em Manaus. Ela, com 83 anos de idade, e há 43 anos existe sua farmácia.

Ao mesmo tempo, voto de aplauso à atleta Elis Regina, campeã brasileira em 1990 de futebol feminino, sendo um dos exemplos de dedicação ao esporte. É conterrânea minha valiosa e valorosa. Representava à época o Clube Sul América e continua sendo muito admirada e querida no meu Estado.

Voto de aplauso ao professor José Alberto Neves, do Município de Urucurituba, no Estado do Amazonas, que faz zeloso e brilhante trabalho como colecionador de fósseis. É algo que talvez valha uma fortuna do ponto de vista pecuniário, com um valor histórico e científico inominável. Mereceria que o Ministério da Cultura mandasse alguém ao Município de Urucurituba procurar

o professor José Alberto Neves para conhecer a sua fantástica coleção de fósseis.

Finalmente, Sr^a Presidenta, voto de pesar pelo falecimento da Sr^a Marina Cruz Lyra, mãe do Desembargador Benedicto Cruz Lyra, Desembargador Federal do Trabalho do Amazonas. E voto de pesar pelo falecimento da Sr^a Zilda Monteiro Serrano, mãe dedicada da Senadora Marisa Serrano, colega admirada por todos nós. Já falamos, todos nós da Bancada do PSDB, com a própria Senadora Marisa Serrano por telefone. E agora gostaria que o Senado registrasse como sua essa homenagem à genitora de uma parlamentar tão valorosa, que demonstra que foi muito bem criada por essa mulher valiosa que acabamos de perder.

Muito obrigado, Sr^a Presidenta.

Agradeço a V. Ex^a pela generosidade e pelo tempo que me concedeu.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Os requerimentos de V. Ex^a, Senador Art.hur Virgílio, serão encaminhados.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Duque, pelo tempo de quinze minutos.

Prorrogo a sessão por quinze minutos para o pronunciamento do Senador Paulo Duque.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, não era de fato o meu propósito hoje, depois desse pequeno recesso que tivemos, usar a palavra, mesmo porque os assuntos aqui tratados foram todos importantes. Continuo, no Senado, como aprendiz das iniciativas, das proposições, das propostas, dos debates. Considero-me um simples assistente, aluno e congratulo-me com isso.

Todas as propostas e os debates de hoje foram valorosos e inteligentes, mas houve um que me chamou a atenção de fato, porque é o Brasil inteiro que está em jogo. Não é o Carnaval, não é um eventual cartão de crédito corporativo ou o que seja, mas é o Brasil que, hoje, está na proposta colocada na tribuna, com muita sapiência, pelo Senador Eduardo Suplicy.

Imagine V. Ex^a que um dos acidentes da natureza mais sublimes que podem acontecer em nosso País, além de muitos, é o rio São Francisco. Nem sei por que tem esse nome! Ignoro se alguém aqui sabe a origem desse nome, quem deu o nome São Francisco ao rio, àquele riachozinho, que começa lá, em Minas Gerais, na serra, vai descendo, vem, ingressa no Estado da Bahia e sai lá embaixo, no oceano Atlântico.

É um assunto polêmico, que causou a revolta do clero por intermédio dos seus integrantes; é um assunto polêmico, porque ninguém está de fato capacitado no Brasil – pode ser que apareça alguém – para dizer quais serão as conseqüências da transposição das águas do

rio São Francisco para o Nordeste árido, que já nasceu árido, que já foi feito árido; ou mesmo para o rio São Francisco, feito abundantemente de águas.

O rio São Francisco é chamado rio da unidade nacional. É o rio que permitiu ao bandeirante, aos aventureiros da época, durante 200, 300, 400 anos, o ingresso pelo interior do País.

E qual é a iniciativa do Senador Eduardo Suplicy? Ele consegue aprovar a convocação, em plenário, de pessoas, ao que parece, peritas no assunto.

Quem é que não teme as conseqüências dessa medida arrojada? Transpor parte de um rio para outro pedaço árido e sempre seco do nosso País? A natureza do sertão é tão diferente da natureza que recebe as águas em abundância do rio São Francisco! Quem não teme isso?

O debate está marcado para quinta-feira, às 9 horas da manhã.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quinta-feira, às 9 horas da manhã, aqui, no plenário do Senado.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Assunto da maior importância.

Não se trata de mera CPI, que pode dar em nada ou pode dar em muita coisa; não se trata de um simples requerimento polêmico, nem de um projeto de lei. Trata-se simplesmente de uma audiência pública. E acho que não se fez, nesses últimos dez anos, audiência dessa importância.

Carioca, representando o Rio de Janeiro, defendo sempre, constantemente, meu Estado, o antigo Estado da Guanabara, a antiga capital federal, que sofreu muito durante esses últimos cinquenta anos. Defendo muito o Rio de Janeiro. Todavia, esse assunto de transpor, transferir as águas do rio merece a nossa atenção. Conseguir isso parece incrível. Uns dizem que isso é viável; outros dizem que isso pode causar um desastre ecológico de proporções inéditas. E aqueles que não são técnicos no assunto têm de agir com muita imaginação. Será que vai acontecer o pior? O que terá levado o Frei Cappio, esse religioso, a querer morrer pelo rio São Francisco, a querer sucumbir pelo rio São Francisco?

Só espero que depois, no futuro, não me venham aqui com pedidos infantis de CPIs. Só quero isso.

Quero seriedade, eu gostaria muito de seriedade nesse projeto do Governo; eu gostaria de muita firmeza nessa iniciativa que acho de grande responsabilidade governamental.

Por isso é que, durante tanto tempo, fiquei ouvindo, com a maior atenção, todos os colegas oradores, cada qual com sua bandeira, com sua motivação para subir à tribuna, mas gostei, sobretudo, de ouvir

o Senador Eduardo Suplicy. Por sinal, ele e o Senador Francisco de Assis – conhece V. Ex^a Francisco de Assis? – são os dois mais populares Senadores, lá, na minha cidade, lá, no Estado, falaram no assunto. Fiquei para obter mais algumas informações diretas, privadas até, a respeito da proposta...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite Senador?

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – (...) objetiva do Governo. Não sei bem quem fez a proposta. Garanto que não foi o Mangabeira Unger, o Ministro. Garanto que não foi ele, porque esse é diferente; esse quer trazer água do Amazonas por meio de um aqueduto. Um negócio complicadíssimo, que ninguém levou muito a sério. Mas esse, não. Esse é um projeto sério. Se vai dar certo, não sei.

Concedo, realmente, um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Agradeço as palavras de V. Ex^a, Senador Duque. Esse debate vai contar com sete especialistas: uns favoráveis ao projeto de interligação das águas do rio São Francisco com a bacia das águas de todo o Nordeste setentrional; outros têm uma visão diferente e gostariam que o projeto levasse mais em conta a opinião da população ribeirinha, pelo menos em muitos aspectos. V. Ex^a tem ouvido diversos argumentos, e nada melhor do que essa oportunidade, inclusive depois da manifestação de jejum e oração de Dom Luiz Flávio Cappio, que justamente pediu que houvesse mais debate sobre o assunto. Durante 24 dias, pela segunda vez, ele realizou manifestação que teve impacto muito forte em meio à opinião pública brasileira. Mas o desejo dele era que houvesse um debate; e nada melhor do que um debate aqui, no plenário do Senado, nesta quinta-feira, presidida pelo nosso Presidente. Foram convidados todos os Srs. Senadores. Quero aqui informar às pessoas interessadas que as galerias do Senado, obviamente, estarão abertas para os que desejarem ouvir tanto Dom Luiz Flávio Cappio quanto o Ministro Geddel Vieira, o ex-Ministro e Deputado Ciro Gomes, o Deputado Marcondes Gadelha, bem como os especialistas Paulo Canedo de Magalhães, Rômulo Macedo e João Reis Santana Filho.

Como Dom Aldo Pagotto não poderá vir, o Deputado Marcondes Gadelha sugere, possivelmente, Francisco Jácome Sarmento. Vamos, ainda, ouvir o Ministro Geddel Vieira, se ele avalia que precisaria ser ou não um membro da Igreja. Contudo, com Dom Luiz Flávio Cappio, teremos Letícia Sabatella, Luciana Khoury, Henrique Cortez, João Abner Costa, Apolo Heringer Lisboa e Luciano Silveira, pessoas reconhecidas como tendo estudado esse tema. Então, agradeço muito. V. Ex^a, assim, está ajudando no convite a todos os Se-

nadores e, inclusive, para que possam as pessoas acompanhar ao vivo, pela TV Senado, na quinta-feira, esse debate. Já sei que algumas emissoras, como a TV Rural, ligada à RBS, estão interessadas em transmitir o evento também. Quem sabe outras emissoras de rádio e de televisão estejam interessadas em transmitir esse debate, de enorme relevância para todos nós, brasileiros, não apenas os do Nordeste Nós, Senadores do Rio de Janeiro e de São Paulo, precisaremos tomar decisões, para o Orçamento da União, muito relevantes, relativas a esse projeto e precisamos, sim, estar bem informados sobre os prós e contras de tudo aquilo que vai acontecer com as águas do rio São Francisco.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Senador, nós, no Rio de Janeiro, fizemos obras incríveis de engenharia. Incríveis! A Ponte Rio-Niterói, por exemplo, é um sonho de cem anos. Machado de Assis já falava nisso nas suas críticas. Era considerado quase que impossível fazer aquelas colunas de 75 metros dentro d'água. Ocorreram pelo menos vinte mortes de operários durante a sua construção. É incrível! O alargamento das praias de Copacabana, de Ipanema e do Leblon. Aquele túnel, o Dois Irmãos, que V. Ex^a conhece, do tempo ainda de Carlos Lacerda, era outra obra considerada quase que impossível. O Viaduto Paulo de Frontin, a complementação do Pão de Açúcar, porque ele já existia, a imagem do Corcovado lá em cima, sem falar no Carnaval, que é uma obra diferente, sem falar no 31 de dezembro, que é uma obra diferente, mas que reúne milhões de pessoas no Rio, praticamente na rua e sem vítimas.

Então, o Rio de Janeiro é o Estado e a cidade das coisas incríveis. Incríveis!

Digo a V. Ex^a, Senador: quando eu penso nessa obra, começo a torcida para que ela dê certo, como brasileiro, como carioca e como Senador.

De quanto tempo ainda disponho, Sr^a Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Vou conceder mais cinco minutos.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Vou terminar antes disso.

Quero dizer que a lembrança foi muito boa, Senador, foi muito boa, e a responsabilidade disso tudo passa a ser também do Senado, porque esta Casa representa o Brasil inteiro, não somente a Bahia ou Minas Gerais, por onde transita, com média ou toda velocidade, o rio São Francisco.

Agora, felizmente, não vai haver nenhum tipo de votação, “sim” ou “não”. Vai haver opinião. Não vai haver votação, vai haver opinião. Não vai haver decisão, vai haver esclarecimento e opinião. Muito boa a lembrança de V. Ex^a. Olha que eu raramente venho à tribuna para elogiar alguém. Elogio a minha cidade, o meu Estado, os passistas

da Beija-Flor, tudo isso, mas V. Ex^a, realmente, tomou uma iniciativa muito boa, muito boa mesmo. Estou entusiasmado com ela, porque ignoro completamente o aspecto técnico e as conseqüências, as hipóteses que poderiam advir dessa iniciativa muito importante e muito corajosa.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 42, DE 2007

(Nº 44/2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no próximo dia 12 de fevereiro, para realizar visita oficial à cidade de Saint-Georges de L'Oyapock, Departamento Ultramarino da Guiana, República Francesa.

Brasília, 11 de fevereiro de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 73 – C. Civil.

Em 11 de fevereiro de 2008

A Sua Excelência o Senhor

Senador Efraim Morais

Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Viagem presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no próximo dia 12 de fevereiro, para realizar visita oficial à cidade de Saint-Georges de L'Oyapock, Departamento Ultramarino da Guiana, República Francesa.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – A mensagem que acaba de ser lida será anexada ao processado da Mensagem nº 35, de 2008, e vai à publicação.

Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 42 – GP/TCU

Em 22 de janeiro de 2008

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao item 9.3.2 do Acórdão TCU nº 208/2007, proferido na Sessão Plenária de 28-2-2007, que determinou o acompanhamento e o andamento dos processos e procedimentos adotados por este Tribunal

decorrentes do Relatório Final nº 3, de 2006 – SF, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que versa sobre o contrato firmado entre a Gtech do Brasil Ltda., e a Caixa Econômica Federal, informo a Vossa Excelência que a fase atual dos processos é a seguinte:

a) TC-018.125/1996-4: julgado pela 2ª Câmara do TCU, resultando no Acórdão nº 692/2003 (Ata nº 15/2003), que determinou a conversão do processo em tomada de contas especial e citação dos responsáveis, tendo a análise de mérito sido enviada pela Unidade Técnica competente ao Gabinete do Ministro-Relator Ubiratan Aguiar, em 30-6-2006. Em julho de 2007 a empresa Gtech e o ex-presidente da Caixa, Senhor Sérgio Cutolo dos Santos, protocolaram documentos diretamente no Gabinete do Ministro-Relator, ainda não analisados pela 2ª Secretaria de Controle Externo deste Tribunal.

b) TC-004.507/2002-3: julgado pelo Plenário deste Tribunal que proferiu o Acórdão nº 38/2003 (Ata nº 2/2003), com determinações à Caixa Econômica Federal, os autos encontram-se arquivados.

c) TC-018.630/2004-5: foi autuado para acompanhamento das providências adotadas pela Caixa Econômica Federal em cumprimento ao mencionado Acórdão nº 38/2003 – TCU – Plenário, resultando no Acórdão nº 2.314/2007 (Ata nº 47/2007), constante da Relação nº 22/2007, com determinações, o processo encontra-se arquivado;

d) TC-012.678/2002-5: julgado pelo Plenário, que prolatou o Acórdão nº 313/2004 (Ata nº 8/2004), com determinações à Caixa Econômica Federal, os autos encontram-se arquivados; e

e) TC-002.365/2004-5: julgado pelo Plenário desta Casa, resultando no Acórdão nº 1088/2007 (Ata nº 23/2007), que determinou a conversão do processo em tomada de contas especial, a citação dos responsáveis e outras providências. A última defesa foi apresentada em 26-11-2007, e os autos encontram-se na 2ª Secex, Unidade Técnica competente, com vistas à análise de mérito.

Atenciosamente, – **Walton Alencar Rodrigues**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – O expediente lido, juntado ao processado do Requerimento nº 245, de 2004-SF (“CPI dos Bingos”), vai à publicação.

Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 47, GP/TCU

Brasília, 28 de janeiro de 2008

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do OF. SF Nº 2.064/2007, de 27-12-2007, por

meio do qual o Senador Edson Lobão, no exercício da Presidência dessa Casa, encaminhou a este Tribunal um exemplar do Relatório Final nº 4, de 2007 – SF, da Comissão Parlamentar de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 401, de 2007 – SF (Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo).

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, protocolizado no TCU como Documento nº 0000428575753, foi remetido à Unidade Técnica competente desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, **Ubiratan Aguiar**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – O expediente lido, juntado ao processado do Requerimento nº 401, de 2007-SF (“CPI do Apagão Aéreo”), vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 26, DE 2008

Nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno da Casa, requeiro voto de pesar pelo falecimento do ator Norton Nascimento, ocorrido em 21 de dezembro de 2007.

Justificação

Em razão do início oficial das atividades legislativas no Congresso Nacional é com grande pesar que apresento este voto à família do ator Norton Nascimento. Cumprimento sua família ressaltando que foi a partir dele, no final dos anos 90 e início do século 21, que tivemos uma gama maior de negros tratados como destaques na grande mídia.

Norton, pessoa formidável, precursor de uma nova fase da televisão e da publicidade brasileira colocando o negro como galã, foi sem dúvida a representação masculina desse contexto.

Por destino da vida, em dezembro de 2003, Norton Nascimento submeteu-se a um transplante de coração para corrigir um aneurisma de aorta, depois de ficar 52 dias internado, demonstrou sua vontade de viver, naquela ocasião o ator, com muita força e fé em Deus, precisou de 73 doações, entre sangue, plaquetas, plasma e um coração.

Nos seis meses de recuperação, levado pela esposa, a atriz Kelly Cândia Nascimento tornou-se adepto da Igreja Renascer em Cristo e passou a fazer trabalhos em prol de comunidades carentes. Fez ainda uma campanha de doação de órgãos na Rede Globo. “Doar é amar”, disse, na época. Ferrenho em seus posicionamentos Norton Nascimento, juntamente com a atriz Zezé Mota, participou de audiência pública no

Congresso Nacional expando favoravelmente a questão do sistema de cotas nas universidades, naquele momento tornou-se um dos primeiros artistas negros a abraçar a causa que hoje é realidade nacional.

Norton Nascimento grande personagem na luta pela vida e pela igualdade racial é referencial nas afirmações e conquistas do povo negro, o que lhe tornou referência à juventude brasileira, resgatando o orgulho de ser negro e de ser um homem de Deus.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2008. – Senador **Paulo Paim**.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – O expediente lido, juntado ao processado do Requerimento nº 401, de 2007-SF (“CPI do Apagão Aéreo”), vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 27, DE 2008

Requeiro Voto de Solidariedade a José Manuel Ramos-Horta, Presidente da República de Timor-Leste, e o pleno restabelecimento de sua saúde, que na manhã de 10 de fevereiro de 2008 foi alvejado, durante um ataque armado à sua casa por grupos dissidentes da política daquele país.

Justificação

José Manuel Ramos-Horta (Díli, 26 de dezembro de 1949) é um político e jurista timorense, atual presidente de seu país, tendo assumido o cargo em 20 de maio de 2007. Foi Ministro de Negócios Estrangeiros de Timor-Leste desde a independência em 2002. Antes disto, foi o porta-voz da resistência timorense no exílio durante a ocupação indonésia entre 1975 e 1999.

Ocupou o cargo de Ministro das Relações Exteriores no governo autoproclamado em 28 de novembro de 1975, apenas com 25 anos de idade. Deixou Timor-Leste apenas três dias antes da invasão indonésia, em viagem até Nova Iorque para apresentar às Nações Unidas o caso timorense.

Em dezembro de 1996, José Ramos-Horta partilhou o Prêmio Nobel da Paz com o compatriota Bispo Carlos Filipe Ximenes Belo. O Comitê Nobel laureou-os pelo contínuo esforço para terminar com a opressão vigente em Timor-Leste.

José Ramos-Horta estudou Direito Internacional na Academia de Direito Internacional da Haia, nos Países Baixos (1983) e na Universidade de Antioch (Estados Unidos), onde completou o mestrado em Estudos da Paz (1984).

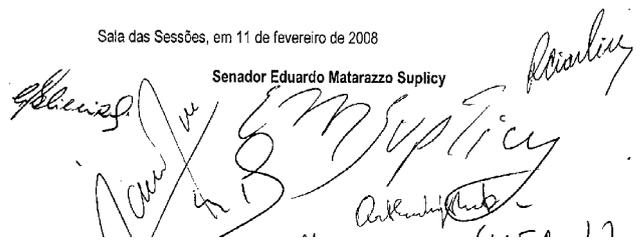
Na segunda volta das eleições de 9 de maio de 2007, Ramos-Horta foi eleito Presidente da República

de Timor-Leste, em disputa com Francisco Guterres Lu Olo, sucedendo a Xanana Gusmão no cargo.

Em janeiro último, Ramos-Horta visitou o Brasil e foi recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Encontrei-me com o Presidente Ramos-Horta, ocasião em que apresentei-lhe a sugestão para implantação da Programa da Renda Básica de Cidadania no Timor-Leste.

Sala das Sessões, em 11 de fevereiro de 2008

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy



(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 28, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento da Sra. Anna Leopoldina Alvim Mello Franco Chagas, viúva do cientista Carlos Chagas Filho, ocorrido no Rio de Janeiro, em 10 de fevereiro 2008.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido no Rio de Janeiro, em 10 de fevereiro de 2008, da Sra. Anna Leopoldina Mello Franco Chagas, viúva do cientista Carlos Chagas Filho.

Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares da Sra. Anna Leopoldina.

Justificação

A Sra. Anna Leopoldina Mello Franco Chagas, viúva do cientista brasileiro Carlos Chagas Filho, faleceu no domingo, dia 10 de fevereiro de 2008, causando forte consternação no Rio de Janeiro. Ela dedicou toda a vida na organização do material produzido pelo marido, um grande cientista brasileiro. E coordenou o lançamento do livro de Chagas Filho intitulado “Um Aprendiz de Ciência”. Anna, como era carinhosamente chamada pelos amigos, acompanhava e dialogava com seus interlocutores sobre os temas da atualidade, apesar da idade avançada (faleceu aos 93 anos).

Nas últimas semanas de vida, seu assunto preferido eram as prévias para as eleições presidenciais dos Estados Unidos.

Por tudo isso, requeiro o Voto de Pesar como homenagem do Senado da República àquela ilustre cidadã brasileira.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2008. – Senador **Art.hur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 29, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do empresário João Batista Sérgio Murad (Beto Carrero).

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido em São Paulo, no dia 31 de janeiro de 2008, do empresário João Batista Sérgio Murad, o Beto Carrero, empreendedor radicado em Santa Catarina e criador do Parque Temático Beto Carrero, na cidade litorânea de Penha, Santa Catarina.

Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares do empresário.

Justificação

Beto Carrero, como era conhecido o empresário João Batista Sérgio Murad, nasceu em São José do Rio Preto, na Alta Paulista, interior de São Paulo, mas era radicado em Santa Catarina. Ali ele construiu um parque temático, em Penha, um velho sonho seu, baseado na Disney World. Pela sua contribuição a Santa Catarina, como empresário vitorioso, ele é merecedor do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2008, – Senador **Art.hur Virgílio**, Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 30, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento da Sra. Zilda Monteiro Serrano, mãe da Senadora Marisa Serrano, ocorrido no dia 5 de fevereiro de 2008, em Campo Grande, MS.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido em 5 de fevereiro de 2008, na cidade de Campo Grande (MS) da Sra. Zilda Monteiro Serrano, mãe da Senadora Marisa Serrano.

Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares da Sra. Zilda Serrano, por intermédio de sua filha, a Senadora Marisa Serrano.

Justificação

O falecimento da Sra. Zilda Monteiro Serrano entristece esta Casa. Ela é mãe de nossa colega Marisa

Serrano, a quem formulamos os nossos sentimentos de apreço e solidariedade.

Dona Zilda, que soube educar seus quatro filhos com empenho e amor, muitas vezes sozinha, pois seu marido, caixeiro-viajante, realizava seguidas viagens no exercício da profissão.

Por tudo o que ela representou, inclusive dando ao Senado a valorosa Senadora Marisa, é justo o Voto de Pesar que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2008. – Senador **Art.hur Virgílio**, Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 31, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do ex-diretor do Jornal do Brasil LIWAL SALLES, ocorrido no dia 24 de janeiro de 2008, na cidade do Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento, no dia 24 de janeiro de 2008, na cidade do Rio de Janeiro, do ex-diretor do *Jornal do Brasil* LIWAL SALLES.

Requeiro, ainda, que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da sua família.

Justificação

Lival Salles, falecido no dia 24 de janeiro de 2008, no Rio de Janeiro-RJ, aos 82 anos de idade, foi diretor do *Jornal do Brasil* e, como assinalou seu filho, também Lival, tendo sido o responsável por algumas importantes mudanças no jornal. Gostava de tecnologia. Foi para atuar nessa área que deixou a carreira de oficial da Marinha. No jornal, substituiu as máquinas de escrever por computadores, comandou também projeto de reestruturação do jornal e liderou o projeto de mudança da sua sede, do centro da cidade para a Avenida Brasil, onde o jornal e a rádio funcionaram de 1977 a 2002. Por suas contribuições para a modernização de um dos mais importantes jornais do País, ele faz jus à homenagem póstuma que ora proponho.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2008. – Senador **Art.hur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 32, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do ator Luiz Carlos Tourinho, ocorrido no dia 21 de janeiro de 2008, no Rio de Janeiro-RJ

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento do

ator Luiz Carlos Tourinho, ocorrido no dia 21 de janeiro de 2008, no Rio de Janeiro-RJ.

Requeiro, ainda, que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da sua família.

Justificação

Um aneurisma cerebral ceifou a vida do ator Luiz Carlos Tourinho, no dia 21 de janeiro deste ano de 2008. Ele estava com apenas 43 anos de idade, na plenitude da carreira. Nascido em Niterói, Luiz Carlos iniciou a carreira, aos 18 anos, atuando em peças infantis, com Maria Clara Machado, tendo sido indicado por três vezes para o Prêmio Mambembe, que conquistou com “O Gato de Botas”, em 1987. Em 1984, passou a atuar na TV, participando de um “Caso Verdade”, na Globo. Atuou também em “Você Decide”, “Escolinha do Professor Raimundo”, “Sai de Baixo”, “Sítio do Pica-pau Amarelo” e “Sob nova Direção”. E estava trabalhando na novela “Desejo Proibido”. Pelas alegrias que deu ao Brasil e por sua contribuição ao teatro e à televisão, faz jus à homenagem póstuma que ora proponho.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2008. – Senador **Art.hur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 33, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do jornalista Paulo Patarra, ocorrido no dia 21 de janeiro de 2008, na cidade do Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento do jornalista Paulo Patarra, ocorrido no dia 21 de janeiro de 2008, no Rio de Janeiro-RJ.

Requeiro, ainda, que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da sua família.

Justificação

O jornalista Paulo Patarra, falecido no dia 21 de janeiro deste ano de 2008, no Rio de Janeiro, aos 73 anos de idade, foi dos um criadores da revista *Realidade*, publicada pela Editora Abril. A revista, que durou 10 anos, marcou época no jornalismo brasileiro. Inspirada no conceito norte-americano de *nen) journalism* e com reportagens ousadas em sua forma e conteúdo, obteve sucesso imediato, mesmo em um país sem grande tradição de leitura como o Brasil. Enfrentou tabus, cobriu guerras e abordou questões sociais até então pouco discutidas por outros veículos de mídia e pela própria sociedade. Patarra, que era seu editor e militante do PCB, em 1968, pouco antes da edição do Ato Institucional nº 5, publicou entrevista com Luís Carlos Prestes. Ela lhe valeu o Prêmio Esso de Reportagem,

mas despertou a ira dos militares, obrigando-o a passar algum tempo escondido. Por sua contribuição ao bom nível da imprensa brasileira, Paulo Patarra faz jus à homenagem póstuma que ora proponho.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2008. – Senador **Art.hur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 34, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento da atleta Dora Bria, em acidente de automóvel, em Minas Gerais, no dia 22 de janeiro de 2008.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado,

Voto de Pesar pelo falecimento da atleta e campeã de windsurfe Dora Bria, falecida em acidente de automóvel, em Minas Gerais, no dia 22 de janeiro de 2008.

Requeiro, ainda, que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da sua família.

Justificação

Falecida em acidente de automóvel, no dia 22 de janeiro de 2008, quando a caminhonete que dirigia se desgovernou e se chocou com uma carreta, na Rodovia 040 — sentido Belo Horizonte—Brasília — Dora Bria, que estava com 49 anos de idade, era uma legenda do windsurfe no Brasil. Ela competiu de 1990 até 2000, tendo conquistado por seis vezes o título de Campeã brasileira e por três vezes o título sul-americano. Fez bonito também no exterior, enfrentando as ondas gigantes do Havaí, onde, entre 1990 e 1995, esteve entre as cinco melhores do mundo. Pelo que fez em prol da propagação do nome do Brasil nessa área esportiva e pela divulgação do windsurfe no País, ela faz jus à homenagem póstuma que ora proponho.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2008. – Senador **Art.hur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 35, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento da Sra. Maria do Socorro Leitão Formiga, ocorrido no dia 28 de janeiro de 2008, em Brasília.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido em Brasília, em 28 de janeiro de 2008, da Sra. Maria do Socorro Leitão Formiga.

Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares da Sra. Maria do Socorro, especialmente ao filho, jornalista Marco Formiga.

Justificação

O falecimento da Sra. Maria do Socorro Formiga entristece-nos. Seu filho, o jornalista Marcone Formiga, é profissional conhecido pelos Senadores. Além de ser credenciado no Senado, ele é editor da Revista **Brasília em Dia** e da vitoriosa Editora Dom Quixote.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2008. – Senador **Art.hur Virgílio** Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 36, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento da Sra. Marina Cruz Lyra, mãe do Desembargador Benedito Cruz Lyra, do TRT-AM, ocorrido em Manaus, no dia 2 de janeiro 2008.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido em Manaus, em 2 de janeiro de 2008, da Sra. Marina Cruz Lyra, mãe do Desembargador Benedito Cruz Lyra, do TJ-AM.

Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares da Sra. Marina Cruz Lyra.

Justificação

A Sra. Marina Cruz Lyra, mãe do Desembargador Benedito Cruz Lyra, do Tribunal de Justiça do Amazonas, faleceu no domingo, dia 2 de janeiro de 2008, causando consternação no meu Estado. Mãe de cinco filhos e de quatro enteados, três destes já falecidos, ela ficou viúva aos 28 anos e criou todos os filhos com exemplar dedicação, dando-lhes, professora que era, a melhor educação. Além de Professora, Dona Marina foi diretora de colégio, enfermeira obstétrica da Santa Casa de Misericórdia de Manaus e assistente social do Juizado de Menores do TJ-AM, revelando-se uma avó amorosa e mulher de extraordinária visão, sempre vitoriosa em seus afazeres e missões. Por tudo isso, requeiro o Voto de Pesar como homenagem do Senado da República àquela ilustre cidadã brasileira e aos seus familiares.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2008. – Senador **Art.hur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 37, DE 2008

Requer Voto de Aplauso à Sra. Violeta Jafet, por ter completado 100 anos de idade, no dia 10 deste mês de fevereiro de 2008, boa parte dos quais dedicada ao Hospital Sírio-Libanês, criado por iniciativa de sua mãe e por ela posto para funcionar.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado,

nos Anais do Senado, Voto de Aplauso à Sra. Violeta Jafet, por ter completado 100 anos de idade no dia 10 deste mês de fevereiro de 2008, boa parte dos quais dedicados ao excelente Hospital Sírio-Libanês, de São Paulo, criado por iniciativa de sua mãe, Adma Jafet, e por ela posto para funcionar.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada, da sua família e da Sociedade Beneficente de Senhoras do Hospital Sírio-Libanês.

Justificação

Aos 100 anos de idade, que completou no último domingo, dia 10 deste mês de fevereiro de 2008, a Sra. Violeta Jafet continua inteiramente dedicada ao excelente Hospital Sírio-Libanês, de São Paulo, criado por iniciativa de sua mãe, Adma Jafet, e por ela posto para funcionar. A Sra. Violeta, que é Presidente vitalícia da Sociedade Beneficente de Senhoras do Hospital Sírio-Libanês, continua indo todos os dias ao hospital. O jornal **O Estado de S.Paulo** publicou, na edição do dia 10 deste mês de fevereiro, extensa matéria sobre ela e o Hospital, que se confunde com grande parte de sua vida. Ela tinha 13 anos de idade quando sua mãe, Adma, reuniu em sua casa, em 1921, 27 mulheres da comunidade árabe, com o objetivo de criar um hospital. Foi então que surgiu a Sociedade Beneficente de Senhoras do Sírio-Libanês. Dez anos depois, a Sociedade comprou o terreno e iniciou a construção do hospital, que entretanto não pôde entrar em funcionamento, porque assim que o prédio ficou pronto, em 1941, o Governo do Estado o requisitou e nele instalou a Escola de Cadetes. A Sra. Adma faleceu antes de ver a sua grande obra em funcionamento. A Sra. Violeta assumiu o lugar da mãe, conseguiu, em 1960, reaver o prédio, arrecadou dinheiro, reformou-o e finalmente inaugurou o Hospital, que desde então se confunde com a sua vida. O Hospital Sírio-Libanês, referência em oncologia, é uma das instituições, médicas mais respeitadas do País, possui 300 leitos, tem três mil funcionários e atende a 580 mil pacientes por ano, orgulhando-se de ter amplo programa de filantropia. “Meus pais me ensinaram a importância de ajudar o outro”, disse a Sra. Violeta Jafet. O Ambulatório de Pediatria Social tem 5 mil e 300 crianças inscritas e faz 18 mil e 500 atendimentos gratuitos por ano. O Hospital não faz nenhum tipo de discriminação, como enfatiza a Sra. Violeta Jafet. Não importa a nacionalidade ou religião ou etnia do paciente. Ela foi também fundadora e a primeira vice-presidente, em 1948, da Sociedade Cedro do Líbano de Proteção à Infância e integrou o Conselho Consultivo do Museu de Arte de São Paulo. Pela valiosa contribuição que deu à me-

dicina brasileira e pelas atividades beneficentes que desenvolveu e continua desenvolvendo com seus 100 anos de vida, conforme a reportagem, cujo texto anexo a este requerimento, a Sra. Violeta Jafet faz jus a esta homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2008. – Senador **Art.hur Virgílio**, Líder do PSDB.

O ESTADO DE S. PAULO – 10-2-2008 – Caderno Metrópole

Um século de histórias para contar

Sírio-Libanês é a ‘casa’ de Violeta Jafet, que completa 100 anos hoje *Rodrigo Brancatelli*

A aparente fragilidade e a lentidão dos movimentos de dona Violeta Jafet escondem olhos ávidos, rápidos, um bocado curiosos. Ela está simplesmente radiante, atenta a tudo e a todos – brinca, faz charme, solta gargalhadas, conta causos e mais causos de sua vida. É uma cena que se repete todo dia, toda semana, todo mês, há quase meio século. Presidente vitalícia da Sociedade Beneficente de Senhoras do Hospital Sírio-Libanês, que mantém a instituição funcionando desde a inauguração em março de 1960, Violeta está sempre lá em sua salinha, incansável, contando histórias e batendo cartão como se fosse uma funcionária padrão.

E nada nesse mundo lhe dá mais prazer, confessa. Aos 100 anos, completados na manhã de hoje, ela ainda faz questão de passear pelos corredores do hospital, mesmo que vagarosamente, cumprimentando da mesmíssima forma com sorrisos e acenos desde o faxineiro até o mais renomado cirurgião especializado na válvula tricúspide do coração.

“Ah, a minha vida é aqui dentro, o hospital é minha casa mesmo”, diz ela, com seus olhos curiosos, tentando entender o interesse do repórter em suas histórias. “Você quer saber da minha vida ou do hospital? Porque eu não tenho muito pra dizer não. O hospital é o que realmente importa. Isso tudo começou com uma sementinha plantada pela minha mãe, uma mulher anos-luz à frente do seu tempo. E, desde então, me dedico a esse ideal, só isso.”

Violeta tem sim muitas histórias pra contar. Só o seu **currículum vitae** tem 14 páginas – começa com o cargo de “fundadora e primeira vice-presidente da Sociedade Cedro do Líbano de Proteção à Infância, em 1948”, passa por “membro do conselho consultivo do Museu de Art.e de São Paulo” e termina com a “medalha Ordem do Cedro do Líbano, categoria comendador, oferecida pelo presidente do Líbano, Emile Lahoud, por serviços sociais e filantrópicos e por sua contribuição à medicina mundial com o desenvolvimento de pesquisas na área da saúde”. Mas sua vida

de fato se confunde um pouco com a vida do Hospital Sírio-Libanês, um exemplo da enorme contribuição dos imigrantes para a construção de uma metrópole chamada São Paulo.

Aos 13 anos, em novembro de 1921, Violeta estava na sala de estar da sua casa no Ipiranga quando sua mãe, a libanesa Adma Jafet, reuniu outras 27 mulheres da comunidade árabe para criar um hospital. Surgia a Sociedade Beneficente de Senhoras do Sírio-Libanês, a tal semente para a construção de uma das instituições médicas mais respeitadas no País, referência em oncologia, que funciona hoje com 300 leitos, 3 mil funcionários e 580 mil pacientes por ano. Dois anos e algumas centenas de reuniões depois, foi comprado o terreno de 17 mil metros quadrados entre as ruas da Fonte e Barata Ribeiro, por 350 mil contos de réis.

No mesmo dia em que se comemoravam dez anos desde aquela primeira reunião na casa de Adma Jafet, a pedra fundamental do Sírio-Libanês foi colocada. Mas Adma não conseguiu ver seu sonho realizado. Em 1941, com a data de inauguração já marcada, o Governo do Estado requisitou o prédio do hospital para instalar ali a sua Escola de Cadetes. “A minha mãe não viu o hospital pronto, infelizmente. Foi nesse ponto que a minha vida virou a do hospital”, diz Violeta, que tomou o lugar de Adma à frente da Sociedade Beneficente de Senhoras do Hospital Sírio-Libanês, conseguiu o prédio de volta em 1960 e arrecadou 500 mil cruzeiros para começar a reforma do local. “Foi uma grande emoção finalmente abrir as portas do Sírio-Libanês, talvez a maior da minha vida.”

Rockefeller Brasileiro

Um tanto vaidosa, sempre impecável de **tailleur** e pérolas, dona Violeta Jafet não gosta muito de falar sobre a sua vida particular. Diz que “não tem graça”, simples assim. Quando não está pelos corredores do Sírio-Libanês, só sai de sua casa na Avenida Faria Lima para assistir a concertos e peças de teatro. “Sou apaixonada por música clássica, acordo ouvindo o rádio e sou sócia do Mozarteum”, conta, depois de muita insistência. “Eu sempre fui apaixonada por leitura, tenho uma biblioteca em casa repleta de livros franceses. Mas nesta idade já não consigo mais ler. Sinto um pouco de falta disso, mas acho que cada época tem seus prazeres. Aos 100 anos, tenho idéias novas, pensamentos novos. Aproveito cada momento do que ainda posso fazer.”

Para falar da família, por outro lado, Violeta se ajeita na cadeira e seus olhos se enchem de brilho. Sua mãe ganha sempre o aposto de “a pessoa mais maravilhosa do mundo”. A irmã Ângela, já morta, é “melhor do que eu; a mais inteligente; a mais bela; fa-

lava cinco línguas e foi uma das primeiras mulheres a andar no Zepelim”. O marido Chedid, também já falecido, é sempre o “meu amor”. Já o pai, “um líder, um estrangeiro que chegou a representar o presidente do Brasil em um evento; mais homem e mais íntegro do que qualquer outro por aí”.

Os Jafet não se limitam a batizar ruas – o clã foi uma espécie de Rockefeller brasileiro pelo seu pioneirismo na indústria têxtil. Os irmãos Benjamin, João e Basílio (pai de Violeta) não só criaram um pequeno império no bairro do Ipiranga como também construíram parques, igrejas, escolas e casas para os seus funcionários. Sem falar nas suntuosas residências, pequenos palácios construídos com requintes até hoje impressionantes. O palacete de Basílio na Rua Bom Pastor é um dos mais magníficos, com mármore Carrara, vitrais em estilo **art-nouveau**, pisos marchetados e uma profusão de colunas pelos seus 50 cômodos.

“Mais importante é que meus pais me ensinaram a importância de ajudar o outro”, diz Violeta, que implantou no hospital um grande programa de filantropia. Só o ambulatório de Pediatria Social do Sítio-Libanês tem 5,3 mil crianças matriculadas e faz 18,5 mil atendimentos gratuitos por ano – fora centenas de tratamentos de câncer de mama e milhares de famílias atendidas por cursos de profissionalização. “Acho que essa foi a principal lição. Não importa a nacionalidade, a religião, nada... As pessoas deveriam pensar mais na coletividade. É o que diz um provérbio árabe, anote aí: ‘eu te recebo de acordo com a sua aparência, mas me despeço de você de acordo com o seu conteúdo’. Vivi meus 100 anos de acordo com isso, e espero viver tantos outros da mesma forma.”

REQUERIMENTO Nº 38, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao advogado Maurício de Campos Bastos, pela publicação do livro Lembranças ...eu e outros.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao advogado Maurício de Campos Bastos, pelo lançamento do livro **Lembranças ...eu e outros**.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e da sua família.

Justificação

Maurício de Campos Bastos diz não ter sido para cumprir o ditado de que se deve deixar filho, plantar árvore e publicar livro que ele lançou o seu **Lembranças ...eu e outros**. Não sei se ele plantou árvore, mas as outras duas condições estão plenamente preenchidas.

É pai de nove filhos, dois dos quais, hoje, Ministros de Tribunais Superiores: Carlos Eduardo Caputo Bastos, do Tribunal Superior Eleitoral, e Guilherme Augusto Caputo Bastos, do Tribunal Superior do Trabalho. E agora vem a público seu livro, no qual revela um pouco de sua vida, dos estudos e início de atividades profissionais em sua cidade de Juiz de Fora. Ficamos sabendo que foi jornalista, radialista e, optando, depois, pela área jurídica, foi juiz do trabalho. Transferiu-se para Brasília, deixou a magistratura e se dedicou à advocacia. Como ele reúne crônicas que escreveu em épocas e assuntos diversos, tomamos conhecimento de suas opiniões e da defesa que faz, sempre firme, do regime democrático. Ele deixa, com esse trabalho, bons exemplos, principalmente para os mais jovens e, por isso, faz jus à homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2008. – Senador **Art. hur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 39, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao professor e economista Gustavo Franco, pelo lançamento do livro Machado de Assis – O Olhar Oblíquo do Acionista, em que revela o interesse do grande romancista por assuntos econômicos.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao professor e economista Gustavo Franco, pelo lançamento do livro **Machado de Assis – O Olhar Oblíquo do Acionista**, revelando o insuspeitado interesse do grande romancista por assuntos econômicos.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado, da Rio Bravo Investimentos S. A. DTVM e da Reler Editora Ltda.

Justificação

Ao voltar do recesso parlamentar, tive a grata satisfação de encontrar em minha mesa um exemplar autografado de mais um excelente livro do professor e economista Gustavo Franco: **Machado de Assis – O Olhar Oblíquo do Acionista**. Ele, que há pouco tempo, com **Economia em Pessoa**, nos revelara os conhecimentos econômicos do grande poeta português, fez agora a mesma coisa com Machado de Assis. Quem diria! O extraordinário romancista dedicando 39 de suas 600 crônicas a temas tais como ações, balanços de bancos, debêntures, dividendos, emissões de moeda, crise cambial, impostos etc.! Gustavo Franco buscou essas crônicas, organizou-as, fez o prefácio e as notas que as precedem no livro recém-lançado. Por mais essa contribuição à cultu-

ra brasileira e à história de um período econômico do País, visto pelo talvez maior cronista brasileiro, Gustavo Franco torna-se merecer da homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2008. – Senador **Art.hur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 40, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao Município de Envira, Amazonas, pelo transcurso de seu 46º aniversário de criação.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao Município de Envira, pelo transcurso de seu 46º aniversário de criação, ocorrido no dia 31 de janeiro de 2008.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Ex^{mo} Sr. Prefeito Ivon Rates e da Presidente da Câmara Municipal de Envira, Ex^{ma} Sr^a Erotildes Pereira de Souza.

Justificação

Município de forte vocação agropecuária, Envira completou no último dia de janeiro passado seu 46º aniversário de fundação. É, pois, justo o Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2008. – Senador **Art.hur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 41, DE 2008

Requer Voto de Aplauso à Sr^a Georgete Abraham Lima, dona da primeira farmácia fundada em Manaus, AM.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso à Sr^a Georgete Abraham Lima, proprietária e dirigente da primeira farmácia fundada em Manaus.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada.

Justificação

A primeira farmácia fundada em Manaus tem um século e meio.

Há 43 pertence à Sr^a Georgete Abraham Lima, que até hoje, com 83 anos de idade, ainda está à frente desse pioneiro estabelecimento da capital amazonense. Ela chega bem cedo à Farmácia Lemos, na Rua dos Bares, na parte central da capital do meu estado. Lá ordens, orienta os funcionários e, na metade da tarde, volta para casa. A farmácia é o local de seu maior aconchego. Seu pai comprou-a há 43 anos, mas há

cem anos antes ela já existia. Até hoje, o prédio da farmácia é o mesmo, tendo passado apenas por pequenas reformas.

Nela trabalham mais mulheres do que homens e, talvez por isso, os remédios são organizados cuidadosamente nas prateleiras. Todos os funcionários são amigos de dona Georgete, que estende o mesmo apreço aos clientes. Por sua garra e o apreço com que dirige a Farmácia Lemos, dona Georgete é merecedora desse voto que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2008. – Senador **Art.hur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 42, DE 2008

Requer Voto de Aplauso à atleta Elis Regina, campeã brasileira em 1990 de futebol feminino e ainda hoje exemplo de dedicação ao esporte.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso à atleta Elis Regina, campeã brasileira de futebol feminino, como integrante da vitoriosa Seleção do Amazonas em 1990 (representada pelo clube Sul América) e que, ainda hoje, é exemplo de dedicação ao esporte.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada e à Confederação Brasileira de Futebol.

Justificação

Em 1990, a Seleção do Amazonas sagrou-se Campeã Brasileira de Futebol Feminino. Entre as jogadoras que integravam a vitoriosa equipe do Sul América, Elis Regina, mais conhecida em Manaus por Balão. Ela marcou o gol da vitória ao time que representava o Amazonas no campeonato.

De lá para cá, já se passaram 17 anos e Balão continua jogando, agora no time do Rio Negro. É a jogadora mais experiente do clube, que se prepara para o Campeonato de 2008, a recém-criada “Copa Brasil” da CBF. Hoje, ela enfrenta a dura realidade da vida, literalmente com as mãos na massa: faz pão, o pão de cada dia, para ganhar a vida. Pela sua garra e o apreço da jogadora ao esporte, ela é merecedora do voto que proponho ao Senado da República.

A homenagem que ora formulo justifica-se pela extraordinária força de vontade de uma dona-de-casa que sempre teve amor ao esporte.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2008. – Senador **Art.hur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 43, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao prof. José Alberto Neves, pelo seu zeloso trabalho como colecionador de fósseis, numa pequena cidade do Amazonas, Urucurituba.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao prof. José Alberto Neves, pelo seu zeloso trabalho como colecionador de fósseis em Urucurituba, pequena cidade do Estado do Amazonas.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se pelo notável trabalho de preservação de achados fósseis no interior do Amazonas, que vem sendo desenvolvido pelo prof. José Alberto Neves. Ele é professor de Língua Portuguesa, mas dedica-se no momento a uma grande paixão: colecionar fósseis. Ele faz isso desde o início da década de 80 e sua coleção já soma mais de duas mil peças, incluindo uma urna mortuária indígena encontrada pela CEAM (Centrais Elétricas do Amazonas). O achado ocorreu no momento em que era cavado um buraco para colocação de poste elétrico. A picareta que um funcionário usava bateu em cima da tigela que recobria a urna, que se rompeu, na altura do ombro do indígena ali colocado. Os funcionários da empresa, relata Alberto, descartaram a urna, temendo maus presságios. Foi quando o prof. Alberto apareceu e acabou levando o achado, tendo inclusive que desembolsar “um dinheirinho”. O professor, que é amante da arqueologia, tem autorização do Iphan – AM. Graças ao seu trabalho, peças de grande valor histórico são salvas, evitando que naquela região venha a se repetir o que ocorreu em Parintins, onde navios de turistas que ali aportavam levavam peças arqueológicas expressivas, que compravam dos ribeirinhos. O Iphan, felizmente, agiu em tempo de evitar prejuízos de maior vulto. Pelo seu trabalho e esforço pessoal, o professor Alberto é merecedor do Voto que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2008. – Senador **Art. hur Virgílio**, Líder do PSDB.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos lidos vão ao Arquivo.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento : (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação*

ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.

9

**REDAÇÃO FINAL DAS EMENDAS DO SENADO
AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2005**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 1.259, de 2007), das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2005 (nº 62/2003, na Casa de origem), que acrescenta o inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (torna nula a inclusão automática de consumidor como sócio de sociedade comercial, inclusive de sociedade em conta de participação).

10

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI
DA CÂMARA Nº 109, DE 2005**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como

conclusão de seu Parecer nº 1.257, de 2007), do Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2005 (nº 433/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

11

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI
DA CÂMARA Nº 41, DE 2006**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 1.258, de 2007), ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2006 (nº 162/2003, na Casa de origem), que acrescenta § 2º ao art. 445 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho, impedindo a exigência de comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses.

15

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
DA CÂMARA Nº 6, DE 2005**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2005 (nº 3.615/2004, na Casa de origem), que altera o § 5º do art. 475 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para limitar o alcance do duplo grau de jurisdição.

Parecer sob nº 1.244, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Papaléo Paes, oferecendo a redação do vencido.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 1.036, de 2006, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator do vencido: Senador Jonas Pinheiro, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo), que oferece, com voto vencido do Senador Gilberto Goellner, e em separado, do Senador Pedro Simon.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2003 (nº 3.703/2000, na Casa de origem), que *dispõe sobre procedimento na operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing), e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis sob os nº 446 e 447, de 2007, das Comissões- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Art. hur Virgílio; e de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.*

Pareceres sob os nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável com as Emendas nºs 1 a 12 – CCJ, que apresenta; e de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável com as Emendas nºs 13 a 18 – CDR, a Subemenda nº 1-CDR à Emenda nº 9-CCJ, e pela aprovação das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 11 e 12 – CCJ.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre*

a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável sob nº 87 de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Deicídio Amaral.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o incísoll do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatara: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator “ad hoc”: Senador Flávio Anis.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator “ad hoc”: Senador Valter Pereira.

35

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 34, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2006 (nº 1.838/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba em Matéria de Turismo, celebrado em 26 de setembro de 2003, em Havana.*

Parecer favorável, sob nº 966, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

36

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 221, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 221, de 2007 (nº 1.978/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana, celebrado em Acra, em 12 de abril de 2005.*

Parecer favorável, sob nº 1.082, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000
(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do § 5º 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do*

Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.

Pareceres sob nºs 1.816 e 1.817, de 2005; e 1.154, de 2007, das Comissões

de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio Machado, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que oferece, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, que tramita em conjunto;

de Assuntos Econômicos, 1º pronunciamento: Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável ao Projeto, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com voto contrário, em separado, da Senadora Heloísa Helena. e do Senador Eduardo Suplicy; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 644, de 2007): Relator: Senador Romero Jucá, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAE (Substitutivo), que oferece, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, que tramita em conjunto.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 685, DE 1999

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000)

Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que *altera os arts. 6º e 7º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”.*

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º*

da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

47

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 65, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 65, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 952, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Jonas Pinheiro), que *autoriza a União a aceitar dação de imóvel do Governo da Bolívia, como parte do pagamento dos juros da dívida externa daquele País.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 950 e 951, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, com voto contrário do Senador Mozerildo Cavalcanti; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Marcelo Crivella.

48

REQUERIMENTO Nº 1302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1302, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *requer, com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País.*

Pareceres favoráveis sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relatar: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque;

de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

49

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 19 horas e 25 minutos.*)

**Agenda do Presidente do Senado Federal
11/02/2008
segunda-feira**

-
- 14:00** - **Sessão não deliberativa**
Plenário do Senado
- 18:30** - **Senhor Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM)**
Gabinete da Presidência do Senado Federal

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 406, DE 2007, PUBLICADA NO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2007, QUE “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.250.733.499,00, (um bilhão, duzentos e cinqüenta milhões, setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais) para os fins que especifica.”

CONGRESSISTA	EMENDA Nº
ONYX LORENZONI	01 e 02

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

**Índice de Emendas
MPV 406/2007 - EMENDA**

Total por Parlamentar

ONYX LORENZONI

00001 e 00002

2

Total de Emendas: 2

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS FÍSICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDA - 00001

MPV 406/2007

Mensagem 0188/2007-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MPV 406/2007	MEDIDAS PROVISÓRIAS PÁGINA 1 DE 1
---------------------	--------------	---

TEXTO

Suprimir do Anexo I da Medida Provisória nº 406/2007 a seguinte dotação:

Órgão: 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

Unidade Orçamentária: 39207 - VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUCOES E FERROVIAS S.A

Funcional Programática: 26 783 0237 116E 0101 - CONSTRUCAO DA FERROVIA NORTE-SUL - ANAPOLIS - URUACU - NO ESTADO DE GOIAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)

Valor: R\$ 161.495.555,00 (cento e sessenta e um milhões quatrocentos e noventa e cinco mil quinhentos e cinquenta e cinco reais)

JUSTIFICAÇÃO

A despesa não possui caráter emergencial nem imprevisível, o que contraria o § 3º do art. 167 da Constituição Federal.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR <i>Antônio Lourenço</i>	UF <i>RS</i>	PARTIDO <i>DEM</i>
DATA <i>16/02/08</i>	ASSINATURA <i>[Assinatura]</i>		

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENT**

EMENDA - 00002
MPV 406/2007
Mensagem 0188/2007-CN

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

INSTRUÇÕES NO VERSO	MPV 406/2007	MEDIDAS PROVISÓRIAS PÁGINA 1 DE 1
---------------------	--------------	--------------------------------------

TEXTO

Suprimir do Anexo I da Medida Provisória nº 406/2007 a seguinte dotação:

Órgão: 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
Unidade Orçamentária: 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
Programa: 0220 - MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL
Valor: R\$ 50.782.788,00 (cinquenta milhões setecentos e oitenta e dois mil setecentos e oitenta e oito reais)

JUSTIFICAÇÃO

A despesa referente ao programa MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL não possui caráter emergencial nem imprevisível, o que contraria o § 3º do art. 167 da Constituição Federal.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR <i>Orlando Genesio</i>	UF <i>RS</i>	PARTIDO <i>DEM</i>
DATA <i>16/02/08</i>	ASSINATURA <i>[Assinatura]</i>		

Publicadas no DSF em 11/02/2008

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Minoria-DEM - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Jonas Pinheiro*
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA ⁽¹⁾ (DEM/PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. César Borges (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Marconi Perillo (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Flávio Arns (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	
PMDB	
Valdir Raupp	1. Valter Pereira
Wellington Salgado de Oliveira	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	
PDT	
Jefferson Peres	

(1) De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

Leitura: 15.3.2007
Designação: 5.6.2007
Instalação:
Prazo Final:

2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de vôo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)

Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)

Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM/PSDB)	
(vago) ³	1.Raimundo Colombo (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	2.Romeu Tuma (DEM)
José Agripino (DEM)	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT) ²
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
PDT	
(vago) ¹	

¹ O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

² O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.

³ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Leitura: 25.4.2007

Designação: 15.5.2007

Instalação: 17.5.2007

Prazo Final: 26.11.2007

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – DEM

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Exedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB
Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Shhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT)⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)**

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB
Relator: Senador Francisco Dornelles - PP**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: somcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayne Campos – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago) ¹

Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) ¹	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro - PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (9 titulares e 9 suplentes)

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO (7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE (7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Shhessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) ¹
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa (vago)	1. Valdir Raupp
	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM

Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -
CCT
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha⁸

Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. (vago)		
João Pedro (PT) ⁹	PT	1166	2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
João Vicente Claudino (PTB) ¹	PI	2415	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
MAIORIA (PMDB)					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges (PR) ¹⁰	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ⁶	MS	3016
Marisa Serrano ⁷	AM	1413	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma ¹¹ (PTB/SP)					2051

(Atualizada em 17.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 – GLDBAG))DSF 18.10.2007).

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 04.07.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 04.07.2007.

⁸ Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁹ Eleito na Sessão de 16.08.2007.

¹⁰ O Senador César Borges deixou o Partido dos Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.

¹¹ O Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PTB-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 17.10.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago)	

Atualizado em 23.11.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5255
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3ª Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque
PSB (PDT)
Senadora Patrícia Saboya (CE) - PDT
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 02.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u>
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (DEM-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 12.12.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB – RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ³ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ⁴ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 20.12.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.

⁴ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMOSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 126 PÁGINAS